



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

# **Da censura em Democracia: O Ocidente e a III República Portuguesa**

**Mestrando: David José Caldas Baptista da Silva**

**Orientadora: Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Ciência Política

**Lisboa  
2013**

**Nota sobre a ortografia:** Não só no cumprimento da legislação em vigor (Decreto 35 228 de 8 de Dezembro de 1945 com as alterações efectuadas pelo Decreto-Lei 32/73 de 6 de Fevereiro) como no uso do direito constitucional à resistência pacífica contra normas inconstitucionais, atentatórias de direitos e liberdades fundamentais (artigo 21º da Constituição da República Portuguesa), nos quais se enquadra a identidade cultural manifestada através da expressão escrita da Língua, o autor desta tese recusa e repudia o uso do chamado “Novo Acordo Ortográfico”.

*“Quando os Nazis levaram os comunistas,  
não protestei.  
Eu não era comunista.”*

*Quando prenderam os sociais-democratas,  
não protestei.  
Eu não era social-democrata.*

*Quando levaram os sindicalistas,  
não protestei.  
Eu não era sindicalista.*

*Quando vieram para me levar  
já não havia ninguém,  
que pudesse protestar.”<sup>1</sup>*

**Friedrich Niemöller (1892 – 1984)**

---

<sup>1</sup> Tradução nossa. A citação do pastor Luterano Friedrich Niemöller conhece várias versões, variando os grupos visados. A versão que traduzimos é aquela que consta da página oficial da Fundação Friedrich Niemöller e que, portanto, tomamos como a mais correcta. Vide <http://www.martin-niemoeller-stiftung.de/4/daszitat/a31>, consultado a 20 de Agosto de 2012.

## Índice

Índice.....	4
Introdução.....	5
1.1.    Nota Introdutória.....	5
1.2.    Quem fala sobre não falar? O Estado da Arte .....	6
1.3.    A nossa posição .....	10
1.4.    Estrutura interna .....	12
Perspectiva Metodológica.....	14
Conceitos usados e respectiva operacionalização.....	17
Capítulo I.    Europa: Velho Continente, Velhos hábitos.....	20
1.1.    A censura de conteúdos.....	21
1.2.    A censura ideológica .....	28
Capítulo II.    Novo Mundo, Velhos hábitos? Os EUA e a censura.....	38
1.1.    Censura ideológica.....	38
1.2.    Censura de conteúdos.....	40
Capítulo III.    O Caso Português: a censura no pós-25 de Abril de 1974.....	54
1.1.    O Reino de Portugal e a Censura: Uma breve resenha histórica.....	54
1.2.    A Revolução Nacional, Salazar e a censura na II República.....	61
1.3.    O Programa do MFA e as promessas de Abril.....	63
1.4.    A Constituição da República Portuguesa de 1976 .....	65
1.5.    As “purgas” da democracia.....	67
1.6.    Portugal moderno: a censura nos dias de hoje.....	68
1.6.1.    Censura ideológica: Os “fascistas” e a Lei 64/78 de 6 de Outubro.....	68
1.6.2.    Censura de conteúdos.....	74
1.7.    Um perigo actual e futuro: o “Novo” Acordo Ortográfico .....	86
Conclusões.....	93
Bibliografia.....	100
ANEXO I.....	119

## Introdução

### 1.1. Nota Introdutória

O presente texto resulta dos estudos realizados para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa<sup>2</sup>.

Estas linhas que ora encetamos a escrever, versarão sobre um tema que é aparentemente tido como que “ultrapassado” numa democracia moderna: a censura.

As democracias proclamam a liberdade de expressão como algo essencial e que deve ser preservado, acarinhado, e a existência dessa liberdade é uma condição *sine qua non* para que uma verdadeira democracia tenha lugar.

Ao cidadão europeu comum, se lhe perguntarmos se acha que nos dias de hoje há censura, a resposta tenderá na maioria das vezes para o “não”. Ou tenderia.

Os tempos estão a mudar e certo dia, a Europa e os Estados Unidos da América – continentes da democracia e da liberdade de expressão, por excelência – foram acordados de forma violenta, do sono de paz em que haviam mergulhado com o fim dos totalitarismos. Esse dia foi o dia 11 de Setembro de 2001.

Os atentados terroristas que deitaram abaixo o World Trade Center, em Nova Iorque, levaram a uma viragem na forma como o Ocidente<sup>3</sup> encara as liberdades cívicas, incluindo a liberdade de expressão. Começou a monitorizar-se a internet, os sistemas de segurança nos aeroportos foram apertados, muitas vezes até níveis tais que nos levam a questionar a própria legalidade dos mesmos. E os subsequentes ataques em Madrid (2004) e em Londres (2005) vieram alertar os Europeus para a forma como durante anos haviam descurado a sua própria segurança em nome do sonho de uma sociedade mais aberta e mais livre. Com esse recentramento de prioridades, a censura começou também a ressurgir aqui e ali.

Mas não terão as democracias mantido, ainda que de forma mitigada (ou, quiçá até dissimulada) instituições censórias? Será que a censura alguma vez nos deixou?

E onde se enquadra Portugal neste panorama? Também Portugal partilha as atitudes Europeias? Terá o 25 de Abril, verdadeiramente, acabado com a censura?

Tudo isto são questões relevantes e interessantes quando analisadas do ponto de vista da Ciência Política. Não renegamos a nossa formação jurídica, mas entendemos que é um assunto que, por mais Leis que se possam elaborar, acabará sempre por estar

---

<sup>2</sup> A partir de finais de 2013, nos termos do calendário aprovado pelos Reitores da Universidade de Lisboa e da Universidade Técnica de Lisboa e no cumprimento do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 266-E/2012 de 31 de Dezembro, as Universidades mencionadas deixam de existir autonomamente, concluindo-se o processo de fusão entre ambas. Passará, assim, a “Universidade Técnica de Lisboa” a ser denominada “Universidade de Lisboa”.

<sup>3</sup> Quando dizemos “Ocidente” estamos a referir-nos à Europa e à América do Norte.

dependente dos actos políticos daqueles que detêm o Poder. Ainda que o Direito balize as regras para a liberdade de expressão ou para a censura, tais normas precisarão sempre de alguém que as execute. Estão sempre dependentes do Poder. E, como nos ensina o Professor Adriano Moreira, quando se trata da relação entre o que o Direito diz e o que o Poder faz, existe frequentemente *falta de autenticidade*, ou seja, discrepâncias “*entre o modelo normativo que a lei proclama, e o modelo de conduta que o Poder adopta*”<sup>4</sup>.

Ora isto torna a análise da censura, do ponto de vista da Ciência Política muito mais interessante do que se agrilhoarmos o tema à rigidez formal e normativa do Direito, ainda que pudéssemos “*fazer variar o significado das normas para cobrir novas atitudes ou necessidades*”<sup>5</sup>.

O nosso interesse pessoal neste tema é simples de explicar: temos fortes dúvidas de que seja verdade a ideia de que em Portugal não há censura. Assumimos tranquilamente a nossa descrença na promessa de Abril, de criação de um Estado livre e democrático. Porque permitir eleições periodicamente e deixar que se critique o Governo não é necessariamente sinónimo de democracia ou verdadeira liberdade de expressão. Não se esta estiver condicionada, à priori, por qualquer mecanismo que inquina o debate, ou se do seu exercício resultarem represálias.

Não procuramos mudar a História. Não negaremos o passado. Mas tentaremos trazer um pouco de transparência à realidade portuguesa, para que se possa evoluir no sentido de mais efectiva liberdade de expressão. Para que se clarifiquem atitudes e para que tantos “pecadores” deixem de atirar pedras aos que os antecederam.

## **1.2. Quem fala sobre não falar? O Estado da Arte**

Num objecto de estudo delicado como este, um dos principais problemas com que nos deparamos logo à partida é a falta de literatura científica em Língua Portuguesa. Assim, e com excepção das fontes institucionais primárias, teremos de recorrer a fontes académicas estrangeiras, especialmente americanas, e transpor cuidadosamente o debate para o panorama português, através de analogias e paralelismos sempre que possível e adequado.

Outro problema é a falta de tratamento teórico sobre a aceitabilidade, ou não, da censura num regime democrático. Com efeito, na Europa pós Segunda Guerra Mundial, a censura foi formalmente abolida em todos os Estados hoje classificados como democráticos, à medida que os respectivos regimes foram sofrendo alterações no sentido da democratização. Além disso, é sabido que uma das premissas de um Estado Democrático é

---

<sup>4</sup> MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2009, pp.83-84.

<sup>5</sup> MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2009, pp.84.

a Liberdade de Expressão no seu sentido mais lato. Tal é o que se encontra plasmado nas diversas Constituições Europeias, a começar pela Portuguesa<sup>6</sup>.

Podemos, contudo, encontrar em vários autores a defesa da existência de uma actuação censória, pelo menos relativamente a certas áreas.

Na Europa, um dos autores que mais terá falado sobre a liberdade de expressão foi John Stuart Mill (1806-1873) que, no seu livro "*Da Liberdade de Pensamento e Expressão*"<sup>7</sup>, defendeu um livre mercado das ideias. Para este autor o ideal seria que todas as ideias fossem debatidas independentemente do seu conteúdo, pois só através do debate exaustivo poderia a sociedade evoluir. O único limite colocado a esse direito era quando se passava para o incitamento à violência.

Do outro lado do Atlântico surgem vozes mais restritivas. De facto, nos Estados Unidos da América o debate parece centrar-se em torno de três eixos principais:

- De um lado, as teorias libertárias, que defendem que em caso algum a censura pode ser justificada, na medida em que o Estado deve redistribuir o seu poder coercivo por associações de indivíduos livres<sup>8</sup>;
- Do outro lado estão aqueles que entendem que, mesmo em democracia, devem existir limites impostos pelo Estado à liberdade de expressão quando estão em causa interesses maiores do Estado (a estes chamaremos, doravante, "*conservadores*")<sup>9</sup>;
- E, por fim, uma posição intermédia que, como o próprio nome indica, procura encontrar um meio-termo entre a liberdade de expressão e os interesses do Estado<sup>10</sup>.

Esta divisão centra-se, não na discussão dos intervenientes relativamente ao facto de a liberdade de expressão ser algo a reprimir ou não, mas antes na forma como cada um deles encara a natureza do próprio direito à liberdade de expressão.

Para os *libertários* trata-se, na senda de John Locke (1632-1704), de um direito natural dos Seres Humanos que, mesmo quando enquadrados na sociedade, só podem ser limitados pelos direitos dos outros e não pelo Poder do Estado. São direitos absolutos

---

<sup>6</sup> Vide Art.2º "*A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas*", **Constituição da República Portuguesa**, Edição 2005, Almedina, Coimbra, 2005.

<sup>7</sup> Cfr. **MILL**, John Stuart, *Da Liberdade de Pensamento e Expressão*, Leya – Colecção BIS, 1ª Edição, Alfragide, 2010.

<sup>8</sup> Ideia teorizada por **LONG**, Roderick T. "*Towards a Libertarian Theory of Class*", Social Philosophy and Policy 15, no. 2, Verão 1998: pp.303-349; reimpresso em **PAUL**, Ellen Frankel, **MILLER**, Fred D. Jr., e **PAUL** Jeffrey, (Eds.), *Problems of Market Liberalism*, Cambridge University Press, 1998, pp. 303-349. Cópia digital disponível no site do autor em <http://www.praxeology.net/libclass-theory-part-1.pdf>, consultado a 10 de Dezembro de 2011 às 21:32.

<sup>9</sup> **HEYMAN**, Steven J. "*Rising the balance: an inquiry into the foundations and limits of freedom of expression*" in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, pp. 32 - 49.

<sup>10</sup> Cfr. **HEYMAN**, Steven J. "*Rising the balance: an inquiry into the foundations and limits of freedom of expression*" in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, pp. 32 - 49.

atribuídos aos Homens pelas imutáveis leis da natureza, nas palavras de Sir William Blackstone (1723-1780)<sup>11</sup>.

Apoiados numa interpretação naturalista da 1ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, os defensores desta perspectiva afirmam que sob pretexto algum pode qualquer tipo de expressão cívica ou artística ser reprimida. Chegou até a ser deliberado, pelo Supremo Tribunal dos EUA, que nem mesmo as obscenidades deveriam ser alvo de censura: deveria ser o mercado a afastar livros, peças, filmes obscenos ou ofensivos de alguma maneira, e não uma entidade do Estado. Isto levou a que, por exemplo, a indústria dos filmes para adultos florescesse de maneira abrupta em solo Americano. Mas esta “vitória” dos libertários deve-se mais à fraca argumentação do outro lado da “barricada” e menos à qualidade dos seus argumentos, pelo menos no entendimento de alguns<sup>12</sup>.

Já do lado dos *conservadores* a liberdade de expressão é vista como um direito igual a qualquer outro. Na sua óptica legalista, não há direitos que advenham de nenhum “poder” supra-humano. Os conservadores refutaram essa ideia do naturalismo do direito e colocaram a liberdade de expressão ao nível das outras liberdades cívicas sendo, por isso, regulada e limitada pela Lei.

Não se pode considerar que exista uma “teoria da censura” propriamente dita já que não há quem tenha pensado a censura como uma construção de regras e padrões fixos dos quais emergem conclusões lógicas aplicáveis no dia-a-dia. Simplesmente não se considera a liberdade de expressão como direito natural e inalienável. Ao colocarem esse direito nas mãos do Estado, admitem por isso várias restrições ao mesmo. Esse ponto de vista ficou bem claro no caso judicial *Schenck v. United States* a propósito da distribuição de propaganda contra o alistamento para a Primeira Guerra Mundial, feita pelo Partido Socialista Americano. Na altura alegou-se que a actuação do Estado ao proibir a distribuição dos panfletos atentava contra a 1ª Emenda, o que foi refutado por Holmes Jr., então Juiz do Supremo Tribunal, que considerou que qualquer acto através do qual o exercício da liberdade de expressão pudesse causar “dano social”, estava fora do âmbito da 1ª Emenda e portanto poderia e deveria ser limitado e reprimido. Aliás, Holmes Jr. não tem mesmo problema em afirmar, no caso *Abrams v. United States*, que quando a liberdade de expressão ameaça importantes objectivos sociais, a sua supressão é uma resposta perfeitamente lógica<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> HEYMAN, Steven J. “*Rising the balance: an inquiry into the foundations and limits of freedom of expression*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p.37

<sup>12</sup> Cfr. BERNIS, Walter, “*Pornography vs. Democracy: the case for censorship*”, The Public Interest nº22, Inverno 1971. Cópia digital disponível em [http://www.nationalaffairs.com/public\\_interest/detail/pornography-vs-democracy-the-case-for-censorship](http://www.nationalaffairs.com/public_interest/detail/pornography-vs-democracy-the-case-for-censorship), consultado a 2011/12/13 às 23:10.

<sup>13</sup> HEYMAN, Steven J. “*Rising the balance: an inquiry into the foundations and limits of freedom of expression*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p.44.



Mas este pensamento não é exclusivamente americano. Por exemplo o Professor C. S. de Beer, Professor Emérito da Universidade da África do Sul, no seu artigo *Vrye spraak, verantwoordelike spraak*<sup>14</sup> diz-nos que apesar de o Ser Humano desejar acima de tudo ser livre em todos os aspectos, não pode querer sê-lo sem que essa liberdade tenha alguns limites. Afinal os Humanos são seres com defeitos, e essas liberdades são afectadas pelos defeitos dos Homens. A liberdade de expressão deve ser defendida, por isso, dos ataques de terceiros, mas também de si mesma.

Já Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) havia tentado defender a existência de censura com base nas mesmas razões. Para ele, uma coisa era a liberdade de consciência e a liberdade intelectual, liberdades essas que deviam ser defendidas. Outra coisa bem diferente era a exteriorização dessas liberdades através da emissão de opiniões, realidade que devia ser desencorajada, especialmente quando essa liberdade atentava contra a moral social<sup>15</sup>.

Durante a nossa investigação, observámos que todos os autores que se pronunciam em favor do uso da censura em regimes democráticos, fizeram-no sempre tendo por referência a sua aplicabilidade a algum caso específico. Seja em prol da Segurança Nacional (como no caso do *Patriot Act* nos EUA, que limita a liberdade de expressão em determinados casos, ou no caso *Schenck v. United States*, entre outros), seja em prol da decência e do decoro (como nos casos das tentativas de proibir a propagação da pornografia ou de obras consideradas “obscenas”), seja em defesa do “bom-nome”.

A terceira posição, aquela que procura balançar o conservadorismo com o libertarianismo é, segundo Heyman<sup>16</sup>, aquela que, por procurar agradar às duas partes, se revela mais frágil, uma vez que tenta conciliar dois tipos de interesses (o do Estado e o do Indivíduo) que são maioritariamente inconciliáveis.

Feita a resenha das três principais linhas de abordagem, chegamos à conclusão que, deste ponto de vista, nenhuma das facções coloca em causa a existência ou não de um Estado Democrático na base da discussão. Todas as correntes dão como ponto assente que a discussão sobre o valor do direito à liberdade de expressão é feita no âmbito de um regime democrático e plural. Divergem simplesmente sobre os limites que, nesse Estado, a liberdade pode/deve ter.

---

<sup>14</sup> DE BEER, C.S. “*Spesiale uitgawe – Vryheid van spraak*”, in *Tydskrif vir Geesteswetenskappe*, Suid Afrikaanse Akademie vir Wetenskap & Kuns, Pretória – África do Sul, Jaargange 49, No. 1, Março 2009 [Título: “Liberdade de Expressão, expressão responsável” (Tradução nossa)].

<sup>15</sup> KELLY, Christopher. “*Rousseau and the Case for (and against) Censorship*” in *The Journal of Politics* Vol. 59, nº4, USA, University of Texas Press, 1997 pp. 1232-1251.

<sup>16</sup> Cfr. HEYMAN, Steven J. “*Rising the balance: an inquiry into the foundations and limits of freedom of expression*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p.48.

### 1.3. A nossa posição

Cumpra agora assumir uma opção, considerando as propostas apresentadas.

No que toca às perspectivas de análise, seguimos aquela que entendemos por bem chamar “conservadora”, isto é, aquela que não admite a liberdade de expressão como um direito natural superior aos restantes direitos cívicos. Por isso, recusamos a via intermédia uma vez que, como já se disse, esta procura conciliar conceitos inconciliáveis (o capricho pessoal e a vida numa comunidade civilizada), e recusamos o libertarianismo uma vez que as suas concepções da liberdade de expressão são incapazes de balizar quaisquer limites à mesma<sup>17</sup>. E se não é possível encontrar limites à liberdade de expressão, então isso faz com que a defesa dessa tese seja uma defesa encapotada da anarquia<sup>18</sup>, o que não é coadunável nem com uma democracia nem com um Estado que se reclame de Direito Democrático.

Mesmo assim, é a visão libertária que tem sido maioritariamente adoptada nos EUA, no que à interpretação da 1ª Emenda diz respeito. Esta tornou-se “absolutista” e centrada em quatro ideias base: o Governo é inimigo da liberdade de expressão e qualquer tentativa de a regular é um ataque à mesma; a 1ª Emenda é neutral e portanto o Governo não pode traçar uma linha entre o que “gosta” e o que “não gosta”; o princípio da liberdade de expressão não deve ser visto como restrito às acções e discurso político; uma vez aberta uma excepção e admitida uma restrição à liberdade de expressão, será muito difícil parar o alastrar de novas excepções<sup>19</sup>.

Acontece que o entendimento foi, durante bastante tempo, o de que havia certas categorias de discurso que estavam fora da protecção da 1ª Emenda, como por exemplo os “discursos de ódio” e a difamação. Só mais recentemente é que o paradigma mudou e se passou a uma absolutização do direito à liberdade de expressão. Adoptou-se por completo as palavras que são atribuídas a François-Marie Arouet (1694 – 1778), conhecido pelo seu pseudónimo “Voltaire”, “*Não concordo com o que dizes, mas defenderei até à morte o teu direito a dizê-lo*”<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> Cfr. HEYMAN, Steven J. “*Rising the balance: an inquiry into the foundations and limits of freedom of expression*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p.47.

<sup>18</sup> Utilizamos aqui o termo “anarquia” no seu sentido lato, ou seja, para definir aquela visão de uma sociedade sem regras ou governo. Para maiores desenvolvimentos sobre os vários aspectos da anarquia, vide MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 239-241.

<sup>19</sup> Cfr. SUNSTEIN, Cass R., “*Free Speech Now*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, pp. 100 – 114.

<sup>20</sup> WARBURTON, Nigel, *Free Speech: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, New York – USA, 2009, p.1.

Contudo, esta defesa libertária da liberdade de expressão confronta-se com o seguinte problema: aquilo que protege pode virar-se contra si mesma. E se, por exemplo, a permissão do incentivo ao terrorismo (permitido à luz da ideia libertária de que o Estado não pode impedir a propagação de qualquer tipo de ideias sob pena de estar a violar o direito à liberdade de expressão) levar à instauração, por meio democrático, de uma ditadura que depois ponha fim a essa mesma liberdade de expressão?

O discurso libertário não é novo. É por isso que há quem proponha um *New Deal* para a liberdade de expressão<sup>21</sup>. Afinal era a mesma ideologia libertária que estava por trás do funcionamento do mercado nos EUA antes do *crash* de 1929. Aponta Sunstein<sup>22</sup> que, à luz da absolutização da letra da Constituição, era proibido ao Estado interferir em matérias como a limitação do horário de trabalho semanal ou a instituição de um salário mínimo. A relação trabalhador/patrão era uma relação privada e, portanto, o Estado não podia intervir na sua regulação, uma vez que este devia ser neutral e tratar de forma igual ambas as partes, quer o patrão quer o empregado. Ora, nos dias que correm, é impensável alguém sugerir que o Estado deixe de exigir a existência de um salário mínimo ou de um tecto às horas de trabalho. Não se percebe o porquê então da defesa tão obstinada da absolutização do direito à liberdade de expressão. A única forma de o justificar é atendendo, como já dissemos, à qualidade do direito à liberdade de expressão enquanto direito natural superior a outros. Mas contra-argumentamos nós: pois bem, e não o é, em igual grau, o direito à dignidade humana que impede a exploração de seres humanos (nomeadamente através da implementação de um salário mínimo e de um limite máximo às horas de trabalho)<sup>23</sup>? Como a resposta só pode ser positiva, então até justificar a supremacia da liberdade de expressão face a outros direitos se torna difícil, principalmente quando se atribui igual relevância a esses outros direitos.

Dito isto, importa saber se, em nosso entender, é ou não, à luz da teoria “conservadora”, aceitável em democracia, a censura. A resposta será: “sim, em alguns casos”. Como vimos, a jurisprudência Norte-Americana sempre entendeu que havia situações onde os limites à liberdade de expressão eram perfeitamente admissíveis uma vez que a protecção dada pela 1ª Emenda não se estendia a eles. E se é verdade que durante décadas esse entendimento sofreu mutações, *absolutizando* a supremacia da liberdade de

---

<sup>21</sup> Cfr. **SUNSTEIN**, Cass R., “Free Speech Now” in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p. 113.

<sup>22</sup> Cfr. **SUNSTEIN**, Cass R., “Free Speech Now” in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, pp. 100-114.

<sup>23</sup> Sobre o direito de todos ao trabalho, remuneração justa e demais direitos, *vide*, por exemplo, os Artigo 6º e 7º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Cfr. **Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais**, *Textos de Direito Internacional Público I*, 4ª edição, revista e actualizada, AAFDL, Lisboa, 2004.

expressão, nos dias que correm parece estar de volta aos Estados Unidos da América a perspectiva mais restritiva, nomeadamente se considerarmos como referência a aprovação, por exemplo, daquele a que é comumente designado de *Patriot Act*, na sequência dos atentados de 11 de Setembro de 2001<sup>24</sup>.

Entendemos que é dever do Estado limitar a liberdade de expressão sempre que estejam em causa os interesses da sociedade em geral e mais especificamente, a sua segurança. Não se pode admitir que, em nome do direito à liberdade de expressão, se possam colocar em risco outros direitos fundamentais como o direito à Segurança, à Justiça<sup>25</sup> ou à integridade física e moral dos cidadãos.

Este é, aliás, um entendimento seguido também em Portugal e na Europa: note-se, por exemplo, os requisitos prévios exigidos para a realização de uma manifestação pública, ou os limites à liberdade de expressão dos militares por força das funções que exercem<sup>26</sup>.

#### 1.4. Estrutura interna

Para atingir o nosso desiderato, organizámos este trabalho da seguinte forma: Apresentado que está o Estado da Arte, onde enquadrámos o nosso tema no contexto do debate científico, passaremos para a perspectiva metodológica. Aqui optaremos por uma das metodologias da ciência política, falaremos um pouco sobre ela e sobre o seu enquadramento nas tradicionais perspectivas de análise da Ciência Política justificando a nossa escolha.

Seguir-se-á a operacionalização de conceitos. O que queremos dizer com “democracia”? O que é, afinal, a “censura”? Quão lato é o conceito de “liberdade de expressão” adoptado? Tudo isso será operacionalizado nesse capítulo de forma a permitir ao leitor um melhor entendimento daquilo a que nos vamos referindo ao longo deste trabalho.

Arrumados os formalismos académicos preliminares, trancados e explicados os conceitos, passamos finalmente à realidade factual. Nos Capítulos I e II dedicamo-nos à fotografia da censura na Europa e nos EUA. Porque detectámos ao longo do nosso estudo dois grandes tipos de censura, decidimos dividir irmanamente ambos os capítulos em “censura ideológica<sup>27</sup>” e “censura de conteúdos”. Aqui convém salientar que, dada a vastidão dos

---

<sup>24</sup> O título oficial é **“Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (USA PATRIOT) Act of 2001.”**, e encontra-se disponível em [http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107\\_cong\\_public\\_laws&docid=f:publ056.107.pdf](http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf), consultado a 19 de Agosto de 2012 às 02:53.

<sup>25</sup> Para uma resenha sobre o debate em torno dos conceitos de Justiça nomeadamente Justiça social (John Rawls, Amartya Sen, Robert Nozick, Friedrich Hayek), vide **CATARINO**, João Ricardo, *Redistribuição Tributária – Estado Social e Escolha Individual*, Coleção Teses, Almedina, Outubro 2008, pp.195-367. Para mais sobre o conceito de Justiça, vide **RAWLS**, John, *Uma Teoria da Justiça*, 1ª Edição, Editorial Presença, Lisboa 1993.

<sup>26</sup> Vide Artigo 270º da CRP. **Constituição da República Portuguesa**, Edição 2005, Almedina, Coimbra, 2005.

<sup>27</sup> Utilizamos o termo “ideologias” no sentido não de mera construção académica de ideias, mas sim no sentido activo do termo, isto é, enquanto quadro de ideias e crenças partilhadas e defendidas por uma ou mais pessoas,

ordenamentos jurídicos e das realidades sociopolíticas, é-nos completamente impossível analisar todos os Estados Ocidentais. Assim sendo, optámos por nos centrar nos Estados de maior relevância na cena internacional como os EUA, a Alemanha e o Reino Unido. Importa ainda dizer que, sendo esta uma dissertação de mestrado, não nos competia entrar em demasiado pormenor nos regimes jurídicos dos países analisados. Salientamos os aspectos essenciais à compreensão do nosso tema mas não mais, até porque seria infazível. Só a título de exemplo, o *United States Code* possui 71302 artigos. É um Código de dimensão muito superior a qualquer Código português. Há, certamente, relações entre artigos que não referimos e que desconhecemos. Mas são os condicionalismos a que estamos sujeitos quer territorialmente, quer academicamente.

Apresentado e visto o panorama internacional, chegará então a hora de olhar para Portugal. Porque o que nos interessa é a censura em Portugal, entende-se que este Capítulo III seja mais extenso que os restantes.

Veremos quando surgiu a censura em Portugal, como viveu através dos séculos, como entrou nas Repúblicas Portuguesas e onde foi parar depois de 1974. Chegados ao Portugal moderno, vamos centrar-nos também, à semelhança dos capítulos precedentes, na censura de ideologias e na censura de conteúdos. Escolheremos alguns dos casos mais mediáticos e, colocando-os sob a lupa da nossa definição de “censura”, procuraremos aferir se, de facto, estamos perante casos ou não de censura. Mas, o simples facto de limitarmos-nos a um grupo restrito de casos mais mediáticos, não significa que não tenhamos encontrado relatos de outros casos. Pelo contrário. Encontrámos informações sobre actos censórios feitos sobre filmes como “*Pato com Laranja*” ou “*Império dos Sentidos*”, ou até casos mais recentes como o caso entre o Ministro do PSD, Miguel Relvas, e o jornal “*Público*”. No entanto não os abordámos porque não só não nos pretendíamos estender demasiado como, ora não foi possível encontrar informações que sustentassem esses relatos de forma suficiente para os podermos abordar com segurança, ora encontrámos informação tão discrepante que não nos foi possível aferir qual o lado que está mais próximo da verdade sobre o assunto.

Por fim, dedicamos ainda um ponto a um problema que nos diz bastante, que consideramos muito sério e que afecta e poderá vir a afectar ainda mais a liberdade de expressão em Portugal. Esse problema chama-se “Acordo Ortográfico de 1990”. Pode um Estado democrático ditar aos cidadãos como escrever? Podem pessoas ser impedidas de publicar textos por não respeitarem uma ortografia científica e academicamente reprovada

---

quer através de meios formais – partidos, movimentos cívicos – ou informais – golpes de Estado, Revoluções. No mesmo sentido Cfr. **LARA**, António de Sousa, *Da História das Ideologias Políticas à Teoria das Ideologias*, Volume I, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1994.

mas imposta, única e exclusivamente, por interesses políticos? É o que veremos com esse capítulo.

Como é óbvio, dedicamos o último Capítulo às conclusões. Afinal há ou não censura em Portugal? Está Portugal a agir de forma coerente com os seus parceiros Ocidentais?

## **Perspectiva Metodológica**

Quando se parte para um estudo de cariz científico, é importante munir-mo-nos de ferramentas que nos permitam orientar e solidificar o mesmo. É nessa perspectiva que a metodologia científica – isto é, a forma como se fará a análise do tema – entra em jogo. O método usado para a análise importa, quanto mais não seja, para que outros possam fazer estudo idêntico que o tente contrariar. É a chamada “falsificabilidade”, ou seja, a capacidade de alguém aferir se, usando os mesmos métodos de investigação e análise que outrem usou para deduzir algo, chega à mesma conclusão ou se consegue provar algo contrário.

Procuramos, com este trabalho, demonstrar que a ideia de que “em Portugal não há censura” não é inteiramente verdadeira. Queremos responder à pergunta: *é possível a coexistência da censura com a democracia moderna? E face à resposta dada, podemos dizer ou não que há censura no Portugal actual?*

Dada a natureza da problemática em análise, o método a usar nunca poderá passar por esquemas matemáticos e afins. Assim, não recorreremos à metodologia de análise quantitativa. Precisamos de analisar factos, documentos históricos, legislação. Procurar saber se *é possível a coexistência da censura com a democracia moderna e se face à resposta dada se pode dizer ou não que há censura no Portugal actual*, é resposta que não pode ser dada com base em análises estatísticas.

O método será, portanto, um método de natureza qualitativa, de base documental.

A análise centrar-se-á em dois grandes blocos de informação: aquele referente a fontes históricas (artigos de jornais, notícias, biografias, etc.); e aquele outro referente a fontes legais (textos Constitucionais, leis nacionais e Tratados internacionais).

Teremos assim uma base de sustentação e apoio para o desenvolvimento desta investigação documental e factual.

Desde que a política é pensada, que métodos de análise da mesma surgiram. Não significa isto que esses métodos se sucedam entre si, pelo contrário. Todos permanecem válidos o que significa que nenhum método faz outro “prescrever”.

Assim, o primeiro método que surgiu de análise da Ciência Política foi um método a que se chamou “*institucionalismo*”, porque se baseava precisamente nas “instituições”<sup>28</sup> do Estado ou para-Estatais. Através da análise da estrutura e das normas que regiam essas instituições os cientistas políticos aferiam os comportamentos dos agentes políticos. A ciência política era no fundo e basicamente o estudo do Estado.

Este institucionalismo caracterizava-se por isso pelo seu cunho legalista, ou seja, a Lei era base de análise porquanto detentora um de papel central na governação dos Estados não só no Continente Europeu mas também, ao contrário do que alguns autores parecem sugerir, no sistema de governo Anglo-Americano<sup>29</sup>.

Caracterizava-se pelo *estruturalismo*, ou seja, pela análise das estruturas erguidas pelas Leis que determinavam os comportamentos dos agentes; pelo *holismo*, isto é, pelo uso da análise comparativa não de institutos em si mas de sistemas inteiros (tal como se faz no Direito); pelo *historicismo*, na medida em que se servia também da História para a análise dos comportamentos políticos, nomeadamente através do estudo da evolução dos sistemas políticos dos países (novamente análise completa dos sistemas e não de institutos em particular); e por fim faziam também uma análise *normativista*, através do estudo das normas, do “ser” e do “dever ser”.

Os críticos deste normativismo apontavam este aspecto como uma falha uma vez que ao analisar o “dever ser” os institucionalistas estavam a emitir juízos de valor e tais juízos de valor não se coadunavam com a tentativa de “cientificar” a ciência política pois passavam dos factos para as opiniões.

Os seus críticos acusavam-na também de ser uma teoria limitada quer no que tocava ao método de análise quer no que ao próprio âmbito dizia respeito. Ao focarem-se só em organizações formais, os velhos institucionalistas ignoravam factores externos às próprias instituições que poderiam influenciar o comportamento das mesmas. Além disso menosprezavam, diziam, a capacidade dos indivíduos influenciarem as instituições.

Com a introdução de novas perspectivas, importadas da psicologia e da economia por movimentos como o *comportamentalismo*<sup>30</sup>, os institucionalistas viram a necessidade de o “reformular”.

---

<sup>28</sup> Para uma análise mais profunda da discussão em torno do conceito de “instituição”, vide **PETERS**, Guy B., *Institutional theory in political science: The new institutionalism*, Continuum, New York, reimpressão 2000; e **LOWNDES**, V. “The institutional approach” in **MARSH**, D. e **STOKER**, G. (eds.) *Theory and methods in political science*, 3rd Edition, Palgrave Macmillan, England, 2002.

<sup>29</sup> Cfr. **PETERS**, Guy B., *Institutional theory in political science: The new institutionalism*, Continuum, New York, reimpressão 2000.

<sup>30</sup> Usamos este termo em substituição do aportuguesamento “behaviorismo” ou “behaviourismo”. Pensamos que ou bem que usamos o termo inglês *behaviouralism* ou se usa um termo em português. Como não encontramos uma “tradução oficial” verdadeiramente portuguesa, optámos por esta.

E dessa necessidade nasce aquilo que se chamou de “novo institucionalismo”<sup>31</sup>. Nele, ao contrário do “velho” institucionalismo onde se faziam análises descritivas e indutivas para delas fazer deduções empíricas, as teorias passaram a ter um papel importante enquanto premissas usadas para uma posterior abordagem descritiva da forma como as instituições se comportam. Assim, as instituições políticas deixavam de ser equiparadas às organizações políticas e passam a ser vistas como conjunto de normas que guiam e controlam o comportamento dos indivíduos.

De entre as correntes do novo institucionalismo, destacamos aquela chamada de “normativista”.

A corrente “normativista” explica que as preferências dos indivíduos são moldadas de acordo com os valores da instituição aos quais aderem. Dessa forma, as instituições importam mais que os indivíduos na determinação dos comportamentos e o sucesso de uma instituição é aferido através da forma como os indivíduos assimilam os seus valores. Se a instituição tiver sucesso, o comportamento destes estará moldado de tal forma que deixarão, ao agir, de pensar primeiro nas consequências pessoais das suas acções, mas antes pensarão se a sua acção está de acordo com as normas da instituição. É o que se chama de *lógica de apropriação*. Dois exemplos bem visíveis desta assimilação pelos indivíduos dos valores da instituição são o Exército e os Tribunais.

O novo institucionalismo normativista apresenta, contudo, um problema de falsificabilidade uma vez que se baseia em excesso em conceitos como “valores” e “lógica de apropriação”.

Ora, no que aos valores diz respeito é sempre difícil aferir se a acção do agente se baseou neles ou não uma vez que, sendo os valores algo da esfera íntima de cada um, só os conhecemos se o indivíduo os assumir enquanto tal. Não o fazendo, só podemos presumir a sua adesão aos valores da instituição.

A perspectiva metodológica que vamos adoptar é claramente institucionalista. Mas não nos fecharemos nos parâmetros do “novo institucionalismo normativista”. Por causa, precisamente, desse problema da falsificabilidade, vamos aproximar-nos mais do “velho institucionalismo”, mais legalista. Mas esta aproximação é, também, fruto da nossa formação académica. Sendo que o autor destas linhas é formado em Direito, pertence àquela linha académica que tende a olhar a Ciência Política enquanto parte do Direito Constitucional (e por isso, mais próximo da visão do “velho institucionalismo”). No entanto,

---

<sup>31</sup> Para maiores desenvolvimentos sobre o chamado “*Novo Institucionalismo*” e as várias correntes que nele existem, vide **LOWNDES**, V. “*The institutional approach*”, em **MARSH**, David. e **STOKER**, Gerry, (eds) *Theory and Methods in Political Science*, 3ª Edição, Palgrave Macmillan, England, 2010, pp. 60-79.



reconhecemos a necessidade de nos libertarmos das correntes do Direito. E por isso acolhemos com simpatia a visão de Marcelo Rebelo de Sousa<sup>32</sup>.

Vamos portanto adoptar uma visão institucionalista histórico-normativista.

O motivo desta escolha é simples: estamos perante uma matéria ante a qual é utópico pensar que se pode ser totalmente imparcial. Todos os seres Humanos crescem com base num determinado sistema de valores. Formulam opiniões e absorvem crenças. E é este sistema que faz alguém olhar para o Mundo de forma diferente do seu concidadão. Portanto, quer queiramos quer não, esses valores reflectem-se nas nossas acções. Assim, parece-nos que o método mais eficaz para combater o excesso de “dever ser” que o institucionalismo traz consigo, é recorrendo a uma análise baseada maioritariamente sobre o ponto de vista normativista/legalista, conjugando-o com os factos históricos devidamente documentados e com as acções das instituições a que pertence.

Ao adoptarmos este tipo de método, estamos a partir para a observação de como as normas e os valores cristalizados nas Leis e no Estado afectam e interagem com os indivíduos.

Será portanto uma análise que, não sendo puramente institucionalista-normativista – uma vez que terá em conta o comportamento dos agentes do poder – terá como base primária as normas que os regem e a sua aplicação por aqueles que lhes dão execução, bem como os acontecimentos históricos que com elas colidem.

### **Conceitos usados e respectiva operacionalização.**

Ao longo desta dissertação usaremos vários conceitos que se revelaram relevantes. Uns serão explicados na altura em que surjam, quer porque a sua relevância seja menor quer porque a explicação seja de cariz técnico-jurídico. Mas outros há cuja relevância é transversal a toda a tese. São conceitos-base que usaremos e que importam ser operacionalizados logo desde o início.

Os três que consideramos mais relevantes no âmbito da nossa investigação são o conceito de “democracia”, o de “liberdade de expressão” e aquele de “censura”.

Vejamos o que entendemos relativamente a esses três conceitos.

Relativamente ao conceito de *democracia*, aquele que vamos adoptar é o mais comumente usado no Ocidente para identificar as democracias liberais do estilo ocidental,

---

<sup>32</sup> Para mais desenvolvimentos sobre a defesa de maior autonomização da Ciência Política face ao Direito Constitucional, vide **REBELO DE SOUSA**, Marcelo, *Ciência Política – Conteúdos e Métodos*, LEX – Edições Jurídicas, Lisboa, 1998.

Para uma visão da posição de Marcelo Rebelo de Sousa, do ponto de vista da Ciência Política, vide **LARA**, António de Sousa, *Ciências Políticas – Metodologia, Doutrina e Ideologia*, ISCSP, Lisboa 1998.

que se caracterizam, como apontam Bobbio, Matteucci e Pasquino<sup>33</sup>, pela existência de um órgão com competências legislativas, directa ou indirectamente eleito pelo povo, junto ao qual deverão existir outras instituições cujos membros sejam também eleitos (por exemplo, o Presidente da República). Para os eleger têm capacidade eleitoral todos os cidadãos maiores de idade, sem distinção de Raça, sexo ou credo religioso, sendo o voto igual para todos os eleitores que devem exercer esse direito de forma livre e o mais informada possível, sem pressão ou coacção. Não obstante a vitória da maioria, isso em nada deve afectar os direitos daqueles que votaram em minoria. Este conjunto de características é transversal a todas as formas de Poder<sup>34</sup>, sejam governos presidenciais, parlamentares ou semi-parlamentares, Monarquias, Repúblicas ou Principados.

Apontam os autores supra referenciados, ainda, a importância da distinção entre Democracias formais e substanciais. A democracia formal é aquela que se caracteriza pela existência de um conjunto de formas, ou seja, regras, que determinam o modo de funcionamento da mesma: como se elege determinado órgão, que poderes tem determinada instituição, etc. Já a democracia substancial é a materialização dessas regras. Quais os fins a que elas se destinam? De que forma visam essas regras atingir a igualdade jurídica, social e económica entre todos? Ou seja, enquanto a primeira determina a teoria, a segunda preocupa-se com os resultados práticos. *“A democracia perfeita – que até agora não foi realizada em nenhuma parte do mundo, sendo utópica, portanto – deveria ser simultaneamente formal e substancial”*<sup>35</sup>. Compreende-se: afinal há que recordar que não foram poucos os Estados que, na História, se proclamaram Estados Democráticos quando, na verdade, não o eram. Estes Estados possuíam, formalmente, um conjunto de regras para o funcionamento da democracia. Contudo, na substância, tais regras ora não se aplicavam ora eram distorcidas de forma a servir os interesses daqueles que se encontravam no Poder e lá se pretendiam manter. Nos Estados democráticos modernos o que se vê é uma tentativa de atingir o máximo equilíbrio possível entre os dois aspectos desta complexa equação, tendo em vista a busca constante pela concretização da “democracia perfeita”.

Inerente a este moderno conceito de democracia está, claro, o conceito de *liberdade*. Mas não o conceito de libertinagem ou liberdade desregrada. Antes, liberdade equilibrada, tão bem descrita pelo pregão popular *“a liberdade de um acaba onde começa a liberdade do*

---

<sup>33</sup> Cfr. **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola e **PASQUINO**, Gianfranco, *Dicionário de Política – Volume 1*, 12ª Edição, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2004, p. 327.

<sup>34</sup> Sobre as várias formas de Poder, vide **LARA**, António de Sousa, *Elementos de Ciência Política*, 4ª Edição, Papalaria Fernandes, Sintra, 1995.

<sup>35</sup> **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola e **PASQUINO**, Gianfranco, *Dicionário de Política – Volume 1*, 12ª Edição, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2004, p. 329.

*outro*”. É isto que a democracia faz. De forma a atingir “igual liberdade”<sup>36</sup>, os cidadãos abdicam de certas liberdades de forma a assegurar o respeito pelas dos outros. Por exemplo, a liberdade de expressão de um cidadão é limitada, à partida, pelo respeito que esse deve ao seu igual. Trata-se daquilo que é considerado no Direito Constitucional um “limite imanente” da liberdade de expressão, isto é, trata-se de um limite que a Lei não precisa de positivizar porque ele está implícito<sup>37</sup>.

Assim, aproveitando a ligação que existe entre os conceitos, operacionalizamos o conceito de *liberdade de expressão* no âmbito deste trabalho de investigação considerando-o como correspondendo ao direito reconhecido pela sociedade a uma pessoa singular ou colectiva, para expressar livremente por meio oral, escrito ou através da expressão artística, as suas ideias, crenças, sentimentos e pensamentos<sup>38</sup>.

Importa-nos autonomizar e especificar este conceito de liberdade de expressão porque, se usarmos o sentido lato do termo, o resultado seria “o direito a expressar-se livremente”. Sem mais. Como dissemos supra, entendemos que a liberdade de expressão pode ser suprimida quando os altos interesses da comunidade estão em causa, por se tratar de um direito atribuído pela sociedade (e portanto um direito positivo) e não um direito natural. Assim, só uma definição de liberdade de expressão que se coadune com essa ideia pode permitir a operacionalização dos conceitos e a sua utilidade.

Já a *censura* é definida no dicionário como “*exame a que são submetidos trabalhos de cunho artístico ou informativo, ger. com base em critérios de carácter moral ou político, para decidir sobre a conveniência de serem ou não apresentados ou exibidos ao público em geral*”<sup>39</sup>.

Não há uma teoria da censura e, curiosamente, a censura é sempre definida em termos muito próximos destes que citámos. Por vezes, na busca de uma definição “académica”, esquecemo-nos de que não há definição mais académica e científica que aquela dada pelo dicionário. Assim, em vez de optarmos por definições de terceiros sobre o que é ou não a censura, decidimos ir directamente à fonte de todas as definições. Para efeitos do nosso trabalho, e dado que nos interessa identificar o agente/instituição que leva a cabo o acto de censura, propomos a seguinte definição: *Acto realizado pelo Estado ou por*

---

<sup>36</sup> **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola e **PASQUINO**, Gianfranco, *Dicionário de Política – Volume 2*, 12ª Edição, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2004, p. 710.

<sup>37</sup> Sobre limites imanentes dos direitos fundamentais vide **ANDRADE**, José Carlos Vieira, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª Edição, Almedina, Coimbra, Janeiro 2006.

<sup>38</sup> No mesmo sentido, **MIRANDA**, Jorge, *Manual de Direito Constitucional – Tomo IV – Direitos Fundamentais*, 3ª Edição, Coimbra Editora, Janeiro 2000.

<sup>39</sup> Definição extraída de **A.A.V.V.**, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Temas e Debates, Porto, 2001, p.1924.

*organismos revestidos de ius imperii<sup>40</sup>, que limitam, condicionam ou suprimem qualquer forma de expressão, tendo como única base decisões fundadas em julgamentos morais, políticos, e/ou em interesses privados dos detentores do poder.*

Com esta definição excluimos a possibilidade de actos que suprimam a liberdade de expressão quando os interesses gerais da sociedade estejam em causa como, por exemplo, impedindo que seja atribuído tempo de antena a organizações que incentivem a actos terroristas ou perturbadores da paz pública que coloquem em causa o princípio basilar da própria liberdade: a segurança<sup>41</sup>.

## **Capítulo I. Europa: Velho Continente, Velhos hábitos.**

*Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.<sup>42</sup>*

Assim versa o Artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, datada 10 de Dezembro de 1948, três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Marcava-se então um novo começo no que toca às relações entre Nações e um novo começo no que tocava à protecção dos direitos e liberdades dos Povos do Mundo. Um novo começo no que dizia respeito à liberdade de todos os Seres Humanos se expressarem livremente.

Na Europa, após o fim da Guerra, à excepção dos países que mantiveram regimes autoritários como Portugal e Espanha, as instituições de censura típicas do antigamente, cujos membros, no Portugal de hoje, associamos ao boneco de Herman José, Diácono Remédios – indivíduo vestido de fato negro que entra em todo o lado para censurar a televisão, os jornais e os livros – deixaram de existir. Mas isso não quer dizer que a censura tenha desaparecido. Não. Simplesmente, em muitos Estados Europeus, sofreu apenas alguns ajustes.

---

<sup>40</sup> *Ius imperii* é um termo jurídico para designar o poder público exercido pelo Estado sobre o indivíduo. Sendo um conceito que advém do tempo do Império Romano, usamo-lo não no seu sentido estritamente jurídico – relação de poder Estado/indivíduo – mas de forma lata para designar todas as situações em que alguém está numa situação de supremacia ante outro, i.e. patrão/trabalhador; editor/autor; chefe/subalterno.

<sup>41</sup> No mesmo sentido **ANDRADE**, José Carlos Vieira, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª Edição, Almedina, Coimbra, Janeiro 2006.

<sup>42</sup> **Declaração Universal dos Direitos do Homem**, *Textos de Direito Internacional Público I*, 4ª edição, revista e actualizada, AAFDL, Lisboa, 2004.

Na Europa moderna há três temas de que detectámos como particularmente sensíveis: Raça, Holocausto e Sexo. É nestas três áreas que a actividade censória Europeia está principalmente focada nos dias de hoje, como veremos neste Capítulo.

No que toca ao sexo<sup>43</sup>, através da existência de uma série de instituições de avaliação de literatura e filmes que visa classificar de forma etária os conteúdos quando não mesmo banir os mesmos.

No que se refere à Raça e ao Holocausto, ambas resultam de uma reacção por parte de alguns Estados, aquando do fim da Segunda Guerra Mundial, que levou à criação de uma série de Leis especificamente destinada a reprimir e censurar a divulgação de certas opiniões.

Através da Europa foi praticamente banida qualquer discussão atinente à ideia de que possam existir Raças entre os Homens, e que encontra expressão máxima na frase que abre a Declaração Universal dos Direitos do Homem: “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*”<sup>44</sup>. Também banida foi a discussão sobre o Holocausto em alguns países Europeus que aprovaram “Leis Anti-Nazis”, de escopo variado, mas com um objectivo comum: proibir a propagação do ideal nacional-socialista e a negação do Holocausto.

Por se tratarem de aspectos completamente distintos, vamos analisá-los em separado para melhor se compreender o porquê da existência de dois principais e distintos tipos de censura – a ideológica e a de conteúdos - como ambos têm sido exercidos e quais as consequências do seu uso.

### 1.1. A censura de conteúdos

Desde a ascensão da Igreja Católica a lugares de destaque na cena política europeia, temas como a sexualidade foram sendo paulatinamente reprimidos e afastados da luz do dia, ganhando especial força a partir do momento em que o Papa Gregório I instituiu os Sete Pecados Mortais, o tipo de pecado que “*destrói a caridade, priva-nos da graça santificante e conduz-nos à morte eterna do inferno, se dele não nos arrependermos*”<sup>45</sup>.

E se é certo que durante a Idade Média e o Renascimento – apesar das denúncias debalde feitas por Girolamo Savonarola – vigorava entre os clérigos e a nobreza o ditado “*Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz*”, é só a partir do

---

<sup>43</sup> Falamos aqui de “sexo” enquanto actividade levada a cabo por Seres Humanos quer para a obtenção de prazer quer para fins reprodutivos e não enquanto forma de definição da identidade de género.

<sup>44</sup> Cfr. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**, *Textos de Direito Internacional Público I*, 4ª edição, revista e actualizada, AAFDL, Lisboa, 2004.

<sup>45</sup> Vide **A.A.V.V. Catecismo da Igreja Católica: Compêndio**, Libreria Editrice Vaticana, 2005, 395. 1855-1861 1874, [http://www.vatican.va/archive/compendium\\_ccc/documents/archive\\_2005\\_compendium-ccc\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html), consultado a 23 de Agosto de 2012 às 02:48

momento em que Martinho Lutero inicia o processo de ruptura dentro da Igreja Católica com as suas 95 Teses, que esta começa a regressar aos comportamentos puritanos que a faziam diferenciar, a princípio, das práticas pagãs romanas.

É com a Contra-Reforma saída do Concílio de Trento que a Igreja vai endurecer mais e mais o seu controle sobre as populações e reprimir todo o tipo de indecências do foro da sexualidade. Para tal deram um contributo especial os Reis Católicos de Espanha, Fernando II e Isabel, ao restaurarem o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição (que viria também a ser implementado em Portugal e Roma), instituição que resistiu até aos dias de hoje, agora sob o nome de Congregação para a Doutrina da Fé<sup>46</sup>.

A visão da Igreja sobre a decência e o decoro marcou assim mais de meio milénio de História da Europa, tendo culminado, curiosamente, num país onde a Inquisição nunca chegou: Inglaterra.

Foi no reinado da Rainha Victoria que as regras sociais de decoro e a repressão da sexualidade foram aplicadas com maior veemência, regras essas que influenciaram a Europa, a América e as províncias dos Impérios Europeus, até à revolução cultural das décadas de 60 e 70 do século XX.

Durante esse período que antecedeu a emancipação da mulher, a revolução sexual e os movimentos hippies, a sexualidade e a violência eram reprimidas e escondidas, especialmente no seio das classes médias e altas. Escritos eróticos ou livros pornográficos já existiam, claro, basta recordar que as obras do Marquês de Sade datam do fim do século XVIII<sup>47</sup>. Mas não eram vistos com bons olhos e eram escondidos, ao contrário do que sucede nos tempos modernos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o avançar dos anos a Europa veio a conhecer paulatinamente uma revolução de mentalidades, especialmente influenciada pelos Estados Unidos da América que tomaram o lugar do Velho Continente no que toca ao ditar das mais variadas modas. As sociedades começaram a abrir-se mais, ajudadas pela crescente globalização<sup>48</sup> e pelo triunfo das democracias sobre os totalitarismos da primeira metade do século XX.

---

<sup>46</sup> Embora, obviamente, a Congregação já não recorra a métodos como queimar pessoas e livros, continua a ter como missão a difusão da Doutrina da Igreja e a defesa da Fé. É da sua responsabilidade a orientação teológica e doutrinária e a defesa dos valores Católicos contra coisas que se revelem contrárias à Fé (i.e. a união de pessoas do mesmo sexo). Nesse sentido, a Congregação para a Doutrina da Fé só difere da antiga Inquisição no que toca aos métodos. Quanto ao poder que detém, este é agora muito limitado face àquele que a Inquisição possuía num tempo em que Reis “escolhidos por Deus” governavam. A Congregação para a Doutrina da Fé é a responsável pelo “combate político” da Igreja no século XXI, e o seu mais conhecido Prefeito foi Joseph Ratzinger, agora Papa Emérito Bento XVI, após ter renunciado ao Trono de S. Pedro, algo que não acontecia desde o século XV.

<sup>47</sup> A primeira edição da obra “*Os Cento e Vinte Dias de Sodoma*” data de Novembro de 1785. Cfr. SADE, Marquês de, *Os Cento e Vinte Dias de Sodoma*, Antígona, 2007.

<sup>48</sup> Sobre o movimento de Globalização, vide BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *Globalização e Anti-Globalização no Mundo C. Uma visão analítica (Tese de Doutoramento)*, Edição de Autor, Policopiada, Lisboa, 2008.

No entanto essas ideias de liberdade, paz e amor, sem regras ou convenções, não tinham condições para se perpetuar no tempo. Os movimentos hippies e libertários dos anos 60 e 70 depressa esbarraram no mais elementar pilar da existência de uma sociedade: a necessidade de haver regras.

O movimento passou, mas deixou marcas. A mais significativa foi o trazer para a vida quotidiana o sexo, o humor despidorado e a violência, fosse em filmes, revistas ou livros. A revista *Playboy*<sup>49</sup> foi um símbolo desse novo modo de ver a sexualidade. Quando os anos 80 chegaram à Europa, sexo e violência eram servidos em catadupa nos filmes vindos de Hollywood. E os Europeus iam na onda americana e produziam obras controversas e, para alguns, de cariz profundamente reprovável. Foi então que a Europa disse: *basta!*

Os Governos Europeus entenderam que tinham de conter o clima de excessiva liberdade sexual, violência e imoralidade que se propagara na sociedade. Foi então que a censura regressou às democracias Europeias, desta vez sob a forma de Gabinetes de Classificação de Filmes e Leis de Protecção contra a pornografia.

Mas no que toca à censura de conteúdos pornográficos, obscenos ou violentos há que fazer, *a priori*, a pergunta: estaremos perante casos de liberdade de expressão?

No que à pornografia concerne a resposta é tudo menos clara. Para alguns<sup>50</sup> a pornografia não é abrangida pela liberdade de expressão porque, ao contrário do discurso político ou da expressão artística, a pornografia não transmite qualquer tipo de mensagem que possa entrar no debate de ideias. Sendo simplesmente a reprodução de actos sexuais com vista ao estímulo sexual do consumidor, dificilmente poderá exprimir qualquer visão sobre a política, a sociedade, a economia ou o mundo em geral. Assim sendo não está abrangida pela liberdade de expressão porque, em boa verdade, não se trata da expressão de coisa alguma. Uns defendem que ela é degradante para as mulheres<sup>51</sup>, outros que atenta contra os valores tradicionais da Família e que devia mesmo ser banida por Lei<sup>52</sup>. Ambas as opiniões partem dos mesmos pressupostos base: que a pornografia não é abrangida pela liberdade de expressão; e que, como tal, pode ser restringida ou banida por poder causar danos à sociedade.

Esta justificação parece vingar em parte, na medida em que é com base nesses argumentos que existem Leis que protegem menores tanto de ser expostos à pornografia como de ser levados a tomar parte na sua produção<sup>53</sup>.

---

<sup>49</sup> HEFNER, Hugh, (ed.), *Playboy – Entertainment for Men*, Playboy Enterprises, Inc., USA, 1953.

<sup>50</sup> Cfr. **WARBURTON**, Nigel, *Free Speech: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, New York – USA, , 2009, p.60-61.

<sup>51</sup> É o que defende a feminista Catherine Mackinnon. Cfr. **MACKINNON**, Catherine, “*Pornography, Civil Rights, and Speech*”, in *Harvard Civil Rights/ Civil Liberties Law Review* 20, nº 1, 1985, pp.1-70.

<sup>52</sup> Caso de Lord Patrick Devlin (1905-1992). **DWORKIN**, Ronald M., “*Lord Devlin and the Enforcement of Morals*” in *Faculty Scholarship Series*, [http://digitalcommons.law.yale.edu/fss\\_papers/3611](http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/3611), p. 988-1005.

<sup>53</sup> Não entraremos em considerações sobre as várias Leis penais estrangeiras mas sobre a visão de Portugal no que toca à pornografia, *vide infra* Capítulo VI.

Contudo, em nosso entender, não é líquido que isso signifique que a pornografia não pode ser abrangida pelo direito à liberdade de expressão. Afinal, como dissemos, a liberdade de expressão não é um direito acima de todos os outros e, mesmo que consideremos a pornografia uma forma de expressão, podemos continuar a restringi-la em nome do direito à integridade física e moral das crianças. Esse sim, é um argumento que nos parece reunir maior consenso. Afinal, contra as feministas que querem proibir a pornografia<sup>54</sup> por causa da forma como as mulheres são representadas no ecrã, podemos argumentar que as atrizes não são, normalmente, forçadas a nada. E que se tomam parte num desses filmes, é de livre vontade, ou seja, num acto de exercício da sua liberdade, acto que, além disso, é remunerado, o que o transforma no exercício da sua profissão. Quando assim não é estamos perante actos criminosos e portanto é irrelevante, novamente, se estamos ou não perante liberdade de expressão. Quanto aos valores tradicionais da Família, também só são argumento na medida em que sejam valores partilhados pela esmagadora maioria da sociedade. E mesmo aí, numa democracia, não se pode impor a toda a gente que partilhe os mesmos valores<sup>55</sup>.

Não nos aflige, portanto, admitir que a pornografia possa ser abrangida pela liberdade de expressão. Tal como outras formas de arte – seja teatro, pintura, literatura – também no cinema, seja de que cariz for, o juízo tem de ser feito casuisticamente. Se é verdade que um filme pornográfico sobre uma moça loira que é visitada por um canalizador só de forma muito rebuscada pode veicular uma ideia, nada impede que um filme de cariz pornográfico possa, de facto, querer transmitir alguma mensagem (pensemos, por exemplo, numa paródia<sup>56</sup> como aquela que foi feita à antiga Governadora do Alasca e candidata a vice-presidente dos EUA, Sarah Palin).

No fundo, devemos aplicar a esse tipo de conteúdos o mesmo princípio de avaliação que utilizamos para qualquer outra instalação artística.

Temos assim, na Europa, instituições governamentais ou investidas de *potestas* por parte do Estado para controlar os conteúdos que são difundidos. Todas elas possuem um motivo de actuação em comum: a protecção dos menores. No entanto algumas vão para além da protecção de menores, adoptando uma atitude mais paternalista em relação aos consumidores, e agindo como verdadeiras comissões de censura.

---

<sup>54</sup> Cfr. **MACKINNON**, Catherine, "Pornography, Civil Rights, and Speech", in Harvard Civil Rights/ Civil Liberties Law Review 20, nº 1, 1985, pp.1-70.

<sup>55</sup> Exemplo de que os valores tradicionais da Família têm cada vez menos relevância na sociedade moderna é a proliferação recente de novas leis que permitem "casamentos" entre pessoas do mesmo sexo.

<sup>56</sup> **TANNER**, Jerome, *Who's Nailin' Paylin?*, Hustler Video, produzido por Larry Flynt, USA, 2008, DVD.



É o caso da BBFC (British Board of Film Classification), criada em 1912 para padronizar a actuação censória na crescente indústria cinematográfica<sup>57</sup>. A princípio sob comando do Governo Britânico, acabou por se tornar uma organização independente ainda que investida de poderes públicos. A actuação da BBFC não se limita, contudo, à classificação. Esta organização tem poder para banir filmes, séries e jogos de solo Britânico com base em critérios de obscenidade, excesso de violência ou conteúdo sexual. Foi o caso, por exemplo, do filme nipónico “Grotesque”, banido em 2009 pela BBFC por se focar maioritariamente “*em abusos sexuais, humilhação e tortura extrema de um homem e de uma mulher*”, tendo os censores considerado que “*a obra tem narrativa ou desenvolvimento de personagens diminutos e oferece ao espectador pouco mais que um crescendo de cenários de humilhação, brutalidade e sadismo.*” A justificação para a rejeição do filme foi a de que a banalização desse tipo de actos poderiam erotizar e incentivar a reprodução dos abusos por parte dos espectadores<sup>58</sup>.

A actuação desta organização é fundada em várias leis Britânicas como o *Video Recordings Act 2010*<sup>59</sup> (revogando e ripristinando o *Vídeo Recordings Act 1984*) que determina a obrigatoriedade de submeter a classificação pela BBFC todo o tipo de trabalhos fornecidos em formato de disco, cassete ou suporte digital (sejam eles filmes, programas de televisão, jogos, etc), o *Obscene Publications Acts 1959 e 1964*<sup>60</sup> que proíbe a publicação no Reino Unido de obras de carácter obsceno, isto é, cujo conteúdo seja passível de corromper moralmente uma porção significativa daqueles que o visualizarem, o *Protection of Children Act 1978*<sup>61</sup> que proíbe a posse, produção, distribuição ou exibição de fotografias ou “pseudo-fotografias” obscenas contendo crianças; ou o *Public Order Act 1986*<sup>62</sup> que declara ilegal a distribuição ou exibição em público de imagens ou sons ameaçadores, insultuosos ou que incitem ao ódio religioso, racial ou sexual. Esta última lei em particular tem sido, recentemente, alvo de fortes críticas por parte de organizações e indivíduos, que consideram a proibição genérica de insultar em público uma limitação à liberdade de

---

<sup>57</sup> S.A, “*The sbbfc Student Guide 2005/06*”, British Board of Film Classification, 2005, [http://www.sbbfc.co.uk/Assets/documents/sbbfc\\_online\\_new.pdf](http://www.sbbfc.co.uk/Assets/documents/sbbfc_online_new.pdf), p.1, consultado a 25 de Outubro de 2012 às 01:27.

<sup>58</sup> Tradução nossa. Classificação da BBFC disponível em <http://www.bbfc.co.uk/website/Classified.nsf/0/CBAD4497BEC6D8A18025761600520707>, consultado a 25 de Outubro de 2012 às 03:24.

<sup>59</sup> **Video Recordings Act 2010**, [http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/1/pdfs/ukpga\\_20100001\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/1/pdfs/ukpga_20100001_en.pdf), consultado a 25 de Outubro de 2012.

<sup>60</sup> **Obscene Publications Act 1959**, [http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1959/66/pdfs/ukpga\\_19590066\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1959/66/pdfs/ukpga_19590066_en.pdf) e **Obscene Publications Act 1964**, [http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1964/74/pdfs/ukpga\\_19640074\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1964/74/pdfs/ukpga_19640074_en.pdf), consultados a 25 de Outubro de 2012.

<sup>61</sup> **Protection of Children Act 1978**, [http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1978/37/pdfs/ukpga\\_19780037\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1978/37/pdfs/ukpga_19780037_en.pdf), consultado a 25 de Outubro de 2012.

<sup>62</sup> **Public Order Act 1986**, [http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1986/64/pdfs/ukpga\\_19860064\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1986/64/pdfs/ukpga_19860064_en.pdf) consultado a 25 de Outubro de 2012. Presentemente encontra-se em discussão um novo projecto que visa reformar esta Lei.

expressão<sup>63</sup>. Uma das figuras públicas que mais notoriamente se opõe a esta Lei é o actor britânico Rowan Atkinson (conhecido pelo seu personagem “Mr. Bean”) que lançou uma campanha para a reforma da Lei, pois entende que facilmente se pode abusar do escopo do conceito de “insulto”. Diz ele que *“O problema óbvio de ilegalizar o insulto é que demasiadas coisas podem ser consideradas como tal. Criticismo, ridicularização, sarcasmo, a mera exposição de um ponto de vista diferente do comum, pode ser considerado um insulto”*<sup>64</sup>.

Também na Alemanha é uma organização não-governamental que classifica os filmes. Criada após a Segunda Guerra Mundial pelo responsável americano pela reestruturação da indústria cinematográfica Alemã, Erich Pommer, a *Freiwillige Selbstkontrolle der Filmwirtschaft* (FSK)<sup>65</sup> passou a actuar na classificação de filmes em solo alemão. Composta unicamente por voluntários, o objectivo principal aquando da sua criação era ter um papel no processo de “desnazificação” da Alemanha e de reeducação do Povo Alemão. Hoje em dia, contudo, o trabalho da FSK centra-se principalmente na classificação de filmes de forma a proteger a juventude. Assim, é a sua actuação baseada nos parágrafos 11, 12 e 14 da *Jugendschutzgesetz* (JuSchG) de 23 de Julho de 2002<sup>66</sup>. No entanto não há, na Alemanha actual, casos de censura de conteúdos que não se prendam com motivos políticos, como o caso do filme turco “*Vale dos Lobos*” (por causa do seu conteúdo anti-semita<sup>67</sup>) ou dos filmes de propaganda realizados por Leni Riefenstahl durante o III Reich (sobre a censura por motivos ideológicos falaremos mais à frente.).

O mesmo tipo de organizações existe hoje em todos os países Europeus, variando somente no tipo de autonomia face ao Estado e no escopo dos seus poderes de actuação. Assim, por exemplo e ao contrário de Inglaterra e Alemanha, em França a entidade responsável pela regulação da indústria cinematográfica - Centre National du Cinéma et de l'image animée (CNC) – é uma entidade pública, sob tutela do Ministério da Cultura<sup>68</sup>. Mas ao contrário de Inglaterra e Alemanha, não encontrámos registo de qualquer filme banido na França moderna. O mesmo se pode dizer sobre a imprensa escrita cuja liberdade é grande, não obstante as normais pressões políticas pontuais, algo comum a todas as democracias. Contudo há algo em França que provoca algum celeuma a várias empresas multinacionais.

---

<sup>63</sup> CHAPMAN, James, “Free speech ‘strangled by law that bans insults’ and is abused by over-zealous police and prosecutors”, in Daily Mail, 2012/05/15, <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2145009/Public-Order-Act-Free-speech-strangled-law-bans-insults.html>, consultado a 25 de Outubro de 2012 às 03:53.

<sup>64</sup> S.A. “Rowan Atkinson: we must be allowed to insult each other”, in The Telegraph, 2012/10/18, <http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/law-and-order/9616750/Rowan-Atkinson-we-must-be-allowed-to-insult-each-other.html>, consultado a 25 de Outubro de 2012 às 04:34.

<sup>65</sup> Auto-regulação Voluntária da Indústria Cinematográfica (tradução nossa).

<sup>66</sup> Lei de Protecção de Menores. **Jugendschutzgesetz (JuSchG)**, <http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/juschg/gesamt.pdf>, consultado a 25 de Outubro de 2012.

<sup>67</sup> S.A., “‘Anti-Semitic’ Turkish Blockbuster Denied Release in Germany”, in Spiegel Online, 2011/01/26, <http://www.spiegel.de/international/germany/valley-of-the-wolves-controversy-anti-semitic-turkish-blockbuster-denied-release-in-germany-a-741780.html>, consultado a 25 de Outubro de 2012.

<sup>68</sup> Cfr. Centre National du Cinéma et de l'image animée, <http://www.cnc.fr/web/en/about-us>, consultado a 25 de Outubro de 2012 às 04:34.

Trata-se da *Lei Toubon*<sup>69</sup>, que obriga a que todas as publicações ou anúncios expostos em público, panfletos propagandísticos, contratos, escolas, filmes, séries, anúncios ou programas televisivos, usem a Língua Francesa. Trata-se de uma Lei que visa proteger a Língua Francesa por a considerar “*um elemento fundamental da identidade e do património da França*” (Artigo 1º). Esta obrigação de verter tudo para a Língua Francesa, por tradução ou dobragem, leva a que muitas dessas empresas internacionais considerem a Lei um acto de censura linguística. É um argumento que, quanto a nós, não colhe. A protecção da identidade cultural e linguística de um Povo é um dever fundamental de qualquer Estado. A sua efectivação não consubstancia qualquer acto de censura. Afinal, não estamos perante nenhuma proibição de divulgação de determinada mensagem. Simplesmente exige-se um requisito prévio a essa divulgação que não afecta em nada o conteúdo da mensagem nem tampouco a limita. Pelo contrário, pode mesmo permitir a sua maior difusão.

O que se observa na Europa é, portanto, a escassa prática de censura de conteúdos. As Leis não os proíbem na generalidade, à excepção da compreensível e mais que justificada proibição da criação, transmissão, posse e difusão de conteúdos pornográficos envolvendo menores ou que sejam criados com base num crime. Os sectores estão regulados no que toca aos conteúdos mas meramente por motivos de protecção do desenvolvimento de crianças e jovens e não tanto porque se pretende proibir o seu acesso a tais conteúdos no futuro, ou porque sobre esses conteúdos seja feito qualquer tipo de julgamento político ou moralista.

Consubstancia essa regulação de conteúdos, censura? Não. Apesar de estarmos a falar de *actos* do Estado ou de entidades com poderes públicos que visam *limitar* o acesso a determinado conteúdo, essa limitação é circunscrita a uma determinada faixa da população e não é uma limitação duradoura, ou seja, as pessoas limitadas pelo acto terão acesso ao conteúdo assim que estejam reunidos determinados pressupostos.

Sendo portanto uma limitação temporária e restrita, não deve ser considerada um ataque à liberdade de expressão. Também não se trata de uma limitação baseada num julgamento moral e/ou num acto derivado de um interesse privado de detentores do poder. Trata-se de um julgamento, sim, na medida em que é determinado se certo conteúdo é ou não apropriado para determinadas audiências, mas trata-se de uma decisão tomada com base em princípios básicos da vida na sociedade e não com base em caprichos pessoais dos detentores do poder de censurar.

---

<sup>69</sup> **Loi no 94-665 du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française**, ORF n°180, 5 août 1994, p. 11392, <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000349929&dateTexte=&categorieLien=id>, consultado a 25 de Outubro de 2012.

## 1.2. A censura ideológica

Mais grave e mais perigosa que a censura da sexualidade ou da violência que, como vimos, tem objectivos concretos e bem justificados (visando proteger aqueles que sozinhos não o podem fazer) é a censura ideológica.

Na livre Europa, uma nébula teima em pairar sobre as cabeças dos democratas. Uma sombra que aparentemente partiu há mais de 65 anos mas que teima em atormentar a vida e, quiçá, a consciência de alguns povos europeus. O fantasma de Adolf Hitler e do seu III Reich ainda vagueia pelas mentes dos Europeus e pelas ruas da Europa. Num instinto de reacção, e no medo de que alguém, como que por artes mágicas, pudesse reerguer o Nazismo das cinzas, alguns países Europeus apressaram-se a legislar no sentido de banir completamente a ideologia nacional-socialista do seu panorama político. Proibição que em alguns casos se limitou simplesmente à constituição de partidos de ideologia nacional-socialista, mas noutros casos se estendeu à total paranóia, com a proibição da exibição de símbolos com ela conotados de alguma forma, ou de obras de autores do regime.

No topo desta reacção estão, como seria de esperar, a Áustria e a Alemanha. O país que em 1933 votou massivamente para colocar Hitler na Chancelaria, hoje não pode sequer ver uma cruz suástica sem que suores frios corram pela testa dos seus políticos.

Esta atitude de vergonha do passado (ou medo de que o povo alemão volte a repetir a escolha?) seria irrelevante no escopo deste trabalho, não fosse a mesma ser de tal forma persecutória que acaba por atentar contra o próprio conceito de liberdade de expressão.

Sucede que a Alemanha não se limitou a proibir partidos nazis. A Alemanha tentou (e tenta), através da força da Lei, apagar por completo a existência de ligações ao seu próprio passado histórico e ideológico. Não é hoje permitido, na Alemanha, ostentar ou sequer possuir símbolos relacionados com o Nacional-Socialismo. Não é permitido expressar opiniões que sejam aquelas do nacional-socialismo. Não é sequer possível adquirir um exemplar de *Mein Kampf*, a *opus* de Hitler. Negar o Holocausto, colocar a mínima dúvida sobre se, de facto, existiram câmaras de gás, ou se o número de judeus mortos foi realmente seis milhões, é proibido. E não só tudo isto é proibido como é punido criminalmente. Na sua senda para apagar o Nazismo da História, a Alemanha tomou medidas que acabam por lembrar precisamente o III Reich.

Assim, pode ler-se no Código Penal Alemão (Strafgesetzbuch<sup>70</sup> – que doravante abreviaremos para StGB), Secção 130 – Incitamento ao ódio:

*(3) É punido com multa ou pena de prisão até 5 anos quem, de forma que seja passível de*

---

<sup>70</sup> **Strafgesetzbuch (StGB)**, <http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/stgb/gesamt.pdf>, consultado a 24 de Setembro de 2012.

*perturbar a Ordem Pública, em público ou numa reunião, apoiar, negar ou minimizar qualquer acto cometido pelo regime Nacional-Socialista indicado no §6 n.1 do Völkerstrafgesetzbuches.*

*(4) É punido com multa ou pena de prisão até 3 anos quem, em público ou numa reunião, apoiar, glorificar ou justificar os actos de brutalidade arbitrária do Nacional-Socialismo, perturbando a Ordem Pública e violando a dignidade das vítimas.<sup>71</sup>*

Como é visível através destes dois preceitos, os alemães do pós-guerra decidiram atacar fortemente aquilo que, anos antes, tinham apoiado. A inclusão de um tipo específico de ideologia numa proibição deste género, no âmbito de um Código Penal, levanta assim as maiores dúvidas relativamente à sua “justeza”, tendo em conta o princípio da liberdade de expressão e pensamento que deve primar numa sociedade democrática.

Note-se no entanto que, ao contrário do que, como veremos mais à frente, sucede em Portugal, na Alemanha esta proibição aponta as baterias de forma muito específica a uma ideologia – o Nacional-Socialismo. Não há na Alemanha uma proibição genérica a partidos de extrema-direita. E o caso mais paradigmático é a existência do NDP (*Nationaldemokratische Partei Deutschlands*<sup>72</sup>) um partido que, estatutariamente não se declara neo-nazi (por tal constituir, como vimos, um crime) mas cujos membros são muitos deles oriundos de organizações neo-nazis.

O NDP, apesar de legal e de possuir pouca expressão eleitoral na Alemanha<sup>73</sup>, está constantemente sob o olhar atento da *Bundesamt für Verfassungsschutz*, o órgão federal alemão que equivale em competências e âmbito ao Ministério da Administração Interna

---

<sup>71</sup> Tradução nossa. No original: (3) *Mit Freiheitsstrafe bis zu fünf Jahren oder mit Geldstrafe wird bestraft, wer eine unter der Herrschaft des Nationalsozialismus begangene Handlung der in § 6 Abs. 1 des Völkerstrafgesetzbuches bezeichneten Art in einer Weise, die geeignet ist, den öffentlichen Frieden zu stören, öffentlich oder in einer Versammlung billigt, leugnet oder;*

(4) *Mit Freiheitsstrafe bis zu drei Jahren oder mit Geldstrafe wird bestraft, wer öffentlich oder in einer Versammlung den öffentlichen Frieden in einer die Würde der Opfer verletzenden Weise dadurch stört, dass er die nationalsozialistische Gewalt- und Willkürherrschaft billigt, verherrlicht oder rechtfertigt.*

O **Völkerstrafgesetzbuches (VStGB)**, disponível para consulta em <http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/vstgb/gesamt.pdf>, consultado a 24 de Setembro de 2012, resulta de um acto do Parlamento Federal Alemão, e consiste naquilo que poderíamos chamar de “Código Penal para crimes contra Leis Internacionais”. Separado do Código Penal propriamente dito, o *Völkerstrafgesetzbuches* contém nele os crimes de cariz internacional também julgados pelo Tribunal Penal Internacional. O citado parágrafo 6 n.1 da 2ª Parte, Secção 1 do *Völkerstrafgesetzbuches* contempla o crime de genocídio.

<sup>72</sup> Partido Nacional-Democrata Alemão. Tradução nossa.

<sup>73</sup> Nas últimas eleições federais o NDP conseguiu apenas 1,8% dos votos, o que não representa sequer 1 milhão de Alemães. Resultados disponíveis em: [http://www.bundeswahlleiter.de/en/bundestagswahlen/BTW\\_BUND\\_09/ergebnisse/bundesergebnisse/index.html](http://www.bundeswahlleiter.de/en/bundestagswahlen/BTW_BUND_09/ergebnisse/bundesergebnisse/index.html), consultado a 24 de Setembro de 2012 às 01:56.

português.<sup>74</sup> Segundo um artigo do jornal *Der Spiegel*, o Gabinete arranhou uma forma de monitorizar melhor as actividades do partido: agentes infiltrados, alguns dos quais já em posições proeminentes na estrutura partidária. Isto leva-nos, claro, à pergunta “não será o NDP, na verdade, controlado pelo Governo Alemão, no sentido de poder manter sempre debaixo de olho aqueles que de bom grado votariam novamente nos Nazis, caso estes voltassem?”<sup>75</sup>

Independentemente da resposta dada à questão supra, que não é o foco desta dissertação, o facto é que várias tentativas foram feitas ao longo dos anos para declarar a ilegalidade do NDP, mas até hoje todas saíram goradas. A última tentativa em curso visa tentar ligar este partido ao recém-descoberto grupo neo-nazi que durante vários anos foi responsável pelo homicídio de vários imigrantes em solo alemão<sup>76</sup>.

Mas se é certo que o NDP tem escapado a todas as tentativas para o banir do espectro político alemão, menos sorte têm tido cidadãos independentes, como por exemplo Gerald Frederick Töben, um cidadão australiano nascido na Alemanha. O crime de que Töben é acusado pela Alemanha é precisamente aquele que está plasmado no (3) da secção 130 do Código Penal Alemão: negação do holocausto<sup>77</sup>.

O professor Töben fundou, na Austrália, um instituto privado – Adelaide Institute – onde questiona a veracidade do holocausto e sobre tal publicou vários artigos na internet. Como tal é visto pelas autoridades alemãs como um “negacionista”<sup>78</sup> e, portanto, um criminoso. E por isso foi preso.

A questão da detenção do professor Töben gerou controvérsia. Não só pelo facto de o professor Töben ter sido detido em solo britânico, país onde não é crime negar o holocausto, mas também porque se levantou, mais uma vez, a questão de saber até onde pode ir a liberdade de expressão de um indivíduo.

Num artigo de opinião do jornal *The Australian*, a jornalista Janet Albrechtsen escreveu:

---

<sup>74</sup> Cfr. **Relatório Anual de Protecção da Constituição 2011**, [http://www.verfassungsschutz.de/download/SHOW/vsbericht\\_2011\\_engl.pdf](http://www.verfassungsschutz.de/download/SHOW/vsbericht_2011_engl.pdf), consultado a 24 de Setembro de 2012.

<sup>75</sup> **JAS/SPIEGEL**, “German Intelligence Has 130 Informants in Extremist Party”, in *Der Spiegel*, 2011/12/12, <http://www.spiegel.de/international/germany/infiltrating-the-far-right-german-intelligence-has-130-informants-in-extremist-party-a-803136.html>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 02:08.

<sup>76</sup> **V.V.A.A.**, “Germany Faces Tough Battle to Ban Far-Right NPD”, in *Der Spiegel*, 2012/12/07, <http://www.spiegel.de/international/germany/protected-by-the-constitution-germany-faces-tough-battle-to-ban-far-right-ndp-a-802014.html>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 02:13.

<sup>77</sup> **BOWCOTT**, OWEN, “Alleged Holocaust denier held at Heathrow”, in *The Guardian*, 2008/10/02, <http://www.guardian.co.uk/world/2008/oct/02/secondworldwar.australia>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 05:12.

<sup>78</sup> A expressão inglesa é “*denier*” que em Português se poderia traduzir por “negador”. Optámos no entanto por usar o termo “negacionista” uma vez que os negadores do holocausto formam um ramo de pensamento dentro dos historiadores. Oficialmente o termo é “reviscionista” mas não raras vezes o termo “revisionist” é substituído por “*denier*”. Como tal decidimos transpor também essa diferença vocabular para o Português, utilizando o sufixo “ista”, permitindo assim identificar melhor que não se trata de um simples “negador” de algo, mas de alguém que o faz através da inserção dentro de uma corrente de ideias na História – o revisionismo.

*“Detesto as opiniões de Frederick Töben sobre o Holocausto. São erradas. São estúpidas. São ofensivas. Mas usar leis para censurar as suas opiniões não fortalece a nossa democracia. Diminui a nossa fibra democrática ao sugerir que somos demasiado presunçosos, ou demasiado inseguros, para confrontar palavras erradas com palavras certas.”*<sup>79</sup>

Estas palavras são espelho do pensamento atribuído a Voltaire que já mencionámos: *“Não concordo com o que dizes, mas defenderei até à morte o teu direito a dizê-lo”*<sup>80</sup> e entram em linha com aquilo que Stuart Mill defendeu sobre o livre mercado de ideias. Mas, mais importante, invocam um argumento válido: se temos a certeza de que os argumentos contra os ideais nazis são válidos e de que os factos históricos são uns, porque há tanto medo de enfrentar em debate, aqueles que têm uma opinião contrária?

O professor Töben, contudo, está longe de estar sozinho nesta forma de pensar. A verdade é que não é só no Médio Oriente que o Holocausto é negado. Vários historiadores europeus acompanham o professor Töben e os líderes iranianos. E se poderíamos tentar justificar a posição do professor Töben com o facto de ter nascido na Alemanha e, quiçá, o negacionismo ser uma forma de tentar conviver com o passado do País que o viu nascer, ou mesmo se justificarmos o negacionismo iraniano com questões religiosas, o que dizer quando nos deparamos com um negacionista vindo do mais insuspeito dos países: o Reino Unido?

David Irving é actualmente o rosto mais conhecido do revisionismo no Ocidente, ou, nas palavras daqueles que o acusam de negar o holocausto, negacionismo. Este autor britânico há mais de três décadas que tem vindo a colocar uma série de questões relacionadas com o holocausto levado a cabo pela Alemanha de Hitler. Questiona especialmente a veracidade das câmaras de gás e o alegado número de judeus que foram mortos<sup>81</sup>. Além disso afirma que não viu até hoje uma única prova de que Hitler tivesse conhecimento de que o extermínio em massa de judeus estivesse em curso. Irving chegou mesmo a oferecer uma recompensa de 1000 dólares à pessoa que lhe apresentar um

---

<sup>79</sup> ALBRECHTSEN, JANET, *“The freedom to be offensive”*, in The Australian, 2009/04/20, <http://www.theaustralian.com.au/opinion/the-freedom-to-be-offensive/story-e6frg6zo-1225700205161>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 05:20.

<sup>80</sup> WARBURTON, Nigel, *Free Speech: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, New York – USA,, 2009, p.1.

<sup>81</sup> As afirmações foram proferidas por David Irving num discurso nos E.U.A que pode ser visto em <http://youtu.be/D2ZzrYRRpHU> entre os minutos 05:30 e 09:39 (Uma cópia do vídeo encontra-se no DVD apenso a esta Tese. Vide “vídeo nº 1”). Localização e data do vídeo desconhecidas.

documento escrito do tempo da guerra que prove que Hitler tinha conhecimento do extermínio dos judeus<sup>82</sup>.

Estas afirmações colocam-no claramente na mira das Leis anti-negacionismo em vigor na Alemanha e noutros países Europeus. E por causa delas, Irving foi multado em 1992 na Alemanha pelo crime da secção 130 do Código Penal Alemão, não tendo sido preso porque não foi à Alemanha para o julgamento. Posteriormente foi também proibido de entrar na Alemanha<sup>83</sup>.

A par deste tipo de reacção na Alemanha só está a Áustria. A terra natal do Führer do III Reich, que a 12 de Março de 1938 acolheu de braços abertos o seu “filho pródigo” e calmamente se deixou anexar à Alemanha, não pode hoje ouvir falar nele.

Com efeito, na Áustria, a proibição do nazismo não está adstrita a normas penais. Não. Ao contrário da Alemanha, que incluiu essa legislação no âmbito do Código Penal, a Áustria criou legislação autónoma e específica para proibir o nazismo.

Esta legislação, denominada *Verbotsgesetz 1945*<sup>84</sup>, de 8 de Maio de 1945, apesar de revista a última vez a 10 de Janeiro de 2012 e já bastante reduzida face ao texto original, mantém a proibição específica do NSDAP<sup>85</sup> e de todo o ideário nazi, e fá-lo de forma bastante severa. Senão vejamos logo o seu Artigo I:

#### *Artigo I: Proibição do NSDAP*

*§ 1. O NSDAP e os seus braços armados (SS, SA, NSKK, NSFK), as suas divisões e organizações afiliadas, bem como todas as organizações e instituições nacional-socialistas estão dissolvidas e a sua formação proibida.*

*O seu património é transferido para o Estado.*

*(...)*

*§ 3. Toda a gente está proibida de, mesmo fora destas organizações, actuar em prol do NSDAP ou dos seus ideais.*

*§ 3a. Quem o fizer incorre numa pena de prisão de 10 a 20 anos, sendo em caso de extrema perigosidade da pessoa ou da sua actuação, punido com prisão perpétua:*

<sup>82</sup> O desafio ainda está de pé e a recompensa por reclamar. Vide o site oficial do autor em <http://www.fpp.co.uk/Auschwitz/docs/controversies/Reward.html>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 05:41.

<sup>83</sup> Cfr. **Southern Poverty Law Center**, USA, <http://www.splcenter.org/get-informed/intelligence-files/profiles/david-irving>, consultado a 21 de Setembro de 2012 às 02:10.

<sup>84</sup> **Verbotsgesetz 1945**, Ausgegeben am 6. Juni 1945, 4. Stück, Jahrgang 1945, [http://www.ris.bka.gv.at/Dokumente/BgblPdf/1945\\_13\\_0/1945\\_13\\_0.pdf](http://www.ris.bka.gv.at/Dokumente/BgblPdf/1945_13_0/1945_13_0.pdf), consultado a 21 de Setembro de 2012.

<sup>85</sup> *Nationalsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei* – Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.



(...)

§ 3d. Quem abertamente ou de forma pública, de forma escrita, através de jornais ou representações gráficas, incentivar, persuadir ou ordenar um dos actos proibidos pelos § 1 ou § 3, com o propósito de glorificar os objectivos do NSDAP, as suas actividades ou as suas instituições, será, desde que não se trate de uma acção considerada particularmente grave, sujeito a pena de prisão de 5 a 10 anos, sendo em caso de extrema perigosidade da pessoa ou da sua actuação, punido com pena de prisão até 20 anos.<sup>86</sup>

Poderíamos continuar aqui a traduzir artigos e parágrafos da *Verbotsgesetz 1947* mas parece-nos que estes exemplos são suficientes para ilustrar a tónica da Lei em questão.

Repare-se que, ao contrário da Lei Alemã, a Lei Austríaca não só não coloca sequer a hipótese de multar os infractores como atribui penas muitíssimo mais graves, incluindo a prisão perpétua<sup>87</sup>. Há, portanto, uma tentativa de erradicar completamente os ideais nazis e os mesmos não podem sequer ser analisados de forma crítica uma vez que, para o fazer, teríamos de ser isentos na sua abordagem o que poderia levar a que tal fosse interpretado como *negacionismo*.

Foi o que aconteceu a David Irving, o autor Britânico de que já falámos. Desde 1989 que a Áustria havia emitido um mandado de captura com o nome de Irving após este ter declarado, em dois discursos que dera em território austríaco, que as câmaras de gás em Auschwitz não passavam de um “conto de fadas” e que Hitler tinha “protegido os Judeus” ao tentar impedir a colocação em marcha da “Solução Final para a questão Judaica”, pelo menos até ao fim da guerra. Estas declarações valeram-lhe um mandado de captura e um

---

<sup>86</sup> Sublinhado, tradução e adaptação ao jargão jurídico português nosso. No original:

“§1. Die NSDAP, ihre Wehrverbände (SS, SA, NSKK, NSFK), ihre Gliederungen und angeschlossenen Verbände sowie alle nationalsozialistischen Organisationen und Einrichtungen überhaupt sind aufgelöst; ihre Neubildung ist verboten.

Ihr Vermögen ist der Republik verfallen.

§3. Es ist jedermann untersagt, sich, sei es auch außerhalb dieser Organisationen, für die NSDAP oder ihre Ziele irgendwie zu betätigen.

§3a. Eines Verbrechens macht sich schuldig und wird mit Freiheitsstrafe von zehn bis zu zwanzig Jahren, bei besonderer Gefährlichkeit des Täters oder der Betätigung auch mit lebenslanger Freiheitsstrafe bestraft: (...)

§3d. Wer öffentlich oder vor mehreren Leuten, in Druckwerken, verbreiteten Schriften oder bildlichen Darstellungen zu einer der nach § 1 oder § 3 verbotenen Handlungen auffordert, aneifert oder zu verleiten sucht, insbesondere zu diesem Zweck die Ziele der NSDAP, ihre Einrichtungen oder Maßnahmen verherrlicht oder anpreist, wird, sofern sich darin nicht ein schwerer verpöntes Verbrechen darstellt, mit Freiheitsstrafe von fünf bis zu zehn Jahren, bei besonderer Gefährlichkeit des Täters oder der Betätigung bis zu zwanzig Jahren, bestraft.”

<sup>87</sup> Ao contrário do que um português possa ser levado a pensar, a pena de prisão perpétua ainda existe em quase toda a Europa. A realidade é que Portugal faz parte de um conjunto pequeno de excepções à regra. Juntamente com Portugal, na Europa Ocidental, só a Espanha e a Noruega é que aboliram completamente a prisão perpétua.

banimento permanente da Áustria. Em Novembro de 2005, David Irving regressou à Áustria para dar novas palestras. Desta vez as autoridades não perderam tempo e prenderam-no. Irving foi condenado a 3 anos de prisão por “negar o Holocausto”<sup>88</sup>. A sua prisão fez despoletar precisamente a questão que temos vindo a colocar: Até onde devemos aceitar a liberdade de expressão?

Irving acabou por ser colocado em liberdade condicional em Dezembro de 2006 tendo regressado a Inglaterra<sup>89</sup>.

Contudo, e apesar de nos termos focado com especial incidência nos casos Alemão e Austríaco, casos que mais interesse despertam dado os países em questão, as Leis que proíbem a negação ou as dúvidas sobre o Holocausto não são exclusivas deles.

Outras nações europeias possuem Leis idênticas. São, por exemplo, o caso da França, da Bélgica ou da Polónia. Outros países há, como Suíça, Espanha ou até mesmo Portugal, onde negar o holocausto não é crime, mas pode ser considerado crime a sua justificação, na medida em que é tido como uma forma de incitamento ao ódio.

Não veremos todos os países mencionados, mas o caso da França é interessante, na medida em que houve mesmo o cuidado de alterar a Lei da Liberdade de Imprensa datada de 29 de Julho de 1881<sup>90</sup>. Esta alteração foi efectuada pela “Lei 90-615 de 13 de Julho de 1990 com vista a reprimir actos racistas, anti-semitas ou xenófobos”<sup>91</sup>.

Pode ler-se no Capítulo IV, artigo 23º da Lei da Liberdade de Imprensa (com as últimas alterações introduzidas pela Lei 2004-575 de 21 de Junho de 2004) o seguinte:

*Serão punidos como cúmplices de uma acção qualificada como crime ou delito aqueles que, seja por discursos, gritos ou ameaças feitas em público, seja por forma escrita, impressa, por desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens ou qualquer outro suporte escrito, por palavras ou imagens vendidas ou distribuídas, colocadas à venda ou em exposição em reuniões ou locais públicos, seja através de placares ou posters, seja por*

---

<sup>88</sup> **TRAYNOR**, Ian, “Irving jailed for denying Holocaust”, in The Guardian, 2006/02/21, <http://www.guardian.co.uk/world/2006/feb/21/thefarright.highereducation>, consultado a 22 de Setembro de 2012 às 04:36.

<sup>89</sup> **S.A.**, “Holocaust denial to be released”, BBC News, 2006/12/20, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6196073.stm>, consultado a 22 de Setembro de 2012 às 04:48.

<sup>90</sup> **Loi du 29 juillet 1881 sur la liberté de la presse**, [http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do;jsessionid=6FD902A7B67B20328130CA560B3594C1.tpdjo10v\\_1?cidTexte=LEGITEXT000006070722&dateTexte=20121006](http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do;jsessionid=6FD902A7B67B20328130CA560B3594C1.tpdjo10v_1?cidTexte=LEGITEXT000006070722&dateTexte=20121006), consultado a 6 de Outubro de 2012.

<sup>91</sup> **Loi no 90-615 du 13 juillet 1990 tendant à réprimer tout acte raciste, antisémite ou xénophobe**, <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000532990&dateTexte=&categorieLien=id>, consultado a 6 de Outubro de 2012.

*qualquer meio de comunicação electrónica com o público, incitarem directamente o perpetrador a cometer o acto, se tal provocação surtir efeito.*

*Nos termos do artigo 2º do Código Penal, a tentativa é punível.*<sup>92</sup>

Veja-se que, de forma genérica, a Lei de Imprensa Francesa proíbe qualquer tipo de materialização de expressões de apoio a acções qualificadas como crimes. Isto importa saber para compreender o alcance do aditado Artigo 24 bis à Lei da Liberdade de Imprensa que determina que:

*Serão punidos (...) aqueles que contestarem, por um dos métodos enunciados no artigo 23, a existência de um ou de mais crimes contra a humanidade que são definidos pelo artigo 6 do Estatuto do Tribunal Militar Internacional, anexo ao Acordo de Londres de 8 de Agosto de 1945 e que foram cometidos pelos membros de uma organização declarada criminosa à luz do artigo 9 do mencionado Estatuto, ou por uma pessoa declarada culpada dos ditos crimes por tribunais franceses ou internacionais.*<sup>93</sup>

Recordemos que o Acordo de Londres de 8 de Agosto de 1945<sup>94</sup>, foi um acordo feito entre os Governos dos Estados Unidos da América, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e pelo Governo provisório de França, para perseguir e julgar os altos dirigentes das forças do Eixo. Este Acordo veio criar o referido Tribunal Militar Internacional que julgou os altos dignitários do III Reich em Nuremberga.

Lê-se no seu Estatuto:

---

<sup>92</sup> Tradução nossa. No original: “Seront punis comme complices d’une action qualifiée crime ou délit ceux qui, soit par des discours, cris ou menaces proférés dans des lieux ou réunions publics, soit par des écrits, imprimés, dessins, gravures, peintures, emblèmes, images ou tout autre support de l’écrit, de la parole ou de l’image vendus ou distribués, mis en vente ou exposés dans des lieux ou réunions publics, soit par des placards ou des affiches exposés au regard du public, soit par tout moyen de communication au public par voie électronique, auront directement provoqué l’auteur ou les auteurs à commettre ladite action, si la provocation a été suivie d’effet.

Cette disposition sera également applicable lorsque la provocation n’aura été suivie que d’une tentative de crime prévue par l’article 2 du code pénal.”

<sup>93</sup> Tradução e adaptação nossa. No original: “Seront punis des peines prévues par le sixième alinéa de l’article 24 ceux qui auront contesté, par un des moyens énoncés à l’article 23, l’existence d’un ou plusieurs crimes contre l’humanité tels qu’ils sont définis par l’article 6 du statut du tribunal militaire international annexé à l’accord de Londres du 8 août 1945 et qui ont été commis soit par les membres d’une organisation déclarée criminelle en application de l’article 9 dudit statut, soit par une personne reconnue coupable de tels crimes par une juridiction française ou internationale.”

<sup>94</sup> O texto do **Acordo de Londres** pode ser encontrado através do Projecto Avalon, da Faculdade de Direito da Universidade de Yale, em <http://avalon.law.yale.edu/imt/imtchart.asp>, consultado a 6 de Outubro de 2012.

## Artigo 6

*O Tribunal (...) terá poder para julgar e punir pessoas que, actuando nos interesses das forças Europeias do Eixo que, seja como indivíduos ou como membros de organizações, cometeram qualquer dos seguintes crimes.*

*(...)*

*(c)CRIMES CONTRA A HUMANIDADE: nomeadamente, assassínio, extermínio, escravização, deportação, e outros actos desumanos cometidos contra população civil, antes ou durante a Guerra; ou perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos em execução ou na persecução de qualquer crime dentro da jurisdição do Tribunal, em violação ou não da Lei interna do país em que tais actos foram perpetrados.<sup>95</sup>*

A Lei Francesa, como vemos, apesar de não referir explicitamente a ideologia Nacional-Socialista, proíbe que eventos como o holocausto sejam colocados em causa seja por que motivo for. Podemos dizer que a Lei Francesa é aquela que se encontra mais no meio-termo entre a perseguição e repressão total e completa à ideologia nazi e a não perseguição de todo que existe em países como o Reino Unido, onde não há Leis que proíbam a negação do holocausto ou a apologia do nazismo.

A meio caminho entre o panorama francês e britânico estão países como Portugal, onde é permitido ser-se neo-nazi e possuir símbolos nazis, mas não é possível formar partidos neo-nazis – como veremos mais adiante – nem justificar os actos do regime nazi por poder ser considerado incitamento ao ódio.

O que temos então é, através da Europa, uma miríade de legislações que, de uma forma ou de outra, visam impedir que alguém analise de forma imparcial certo período da

---

<sup>95</sup> Tradução e adaptação nossa. No original: "Article 6. The Tribunal established by the Agreement referred to in Article 1 hereof for the trial and punishment of the major war criminals of the European Axis countries shall have the power to try and punish persons who, acting in the interests of the European Axis countries, whether as individuals or as members of organizations, committed any of the following crimes.(...) (c)CRIMES AGAINST HUMANITY: namely, murder, extermination, enslavement, deportation, and other inhumane acts committed against any civilian population, before or during the war; or persecutions on political, racial or religious grounds in execution of or in connection with any crime within the jurisdiction of the Tribunal, whether or not in violation of the domestic law of the country where perpetrated.(...).".

O texto do **Estatuto do Tribunal Militar Internacional** pode ser encontrado através do Projecto Avalon, da Faculdade de Direito da Universidade de Yale, em <http://avalon.law.yale.edu/imt/imtconst.asp>, consultado a 6 de Outubro de 2012.

história, uma vez que impedem o exercício básico da análise empírica, que é o acto de questionar as informações dadas como adquiridas.

Pensemos aqui no caso específico do “revisionismo” e de David Irving. O que temos é alguém que – independentemente de eventuais crenças ideológicas ou simpatias políticas – quis questionar determinados factos históricos. Irving quis questionar a veracidade do número “6 milhões” no que toca a judeus mortos pelo regime nazi, quis questionar a veracidade da existência efectiva de câmaras de gás antes da sua reconstrução no pós-guerra e quis questionar se Adolf Hitler teria, de facto, conhecimento sobre o que se estava a passar relativamente aos judeus. Quis, como vimos, que lhe provassem através de documentos que tais factos, conforme são contados nos livros de história, eram verídicos e não baseados em *diz-que-disse*. No fim do seu estudo não encontrou provas. Publicou e publicitou as suas conclusões. E por isso foi multado na Alemanha e preso na Áustria.

Resta colocar duas questões:

Primeira: não estaremos perante actos de censura, ao proibir que alguém expresse essas opiniões?

A resposta é sim. Estamos. Com base na definição de censura que adoptámos, vemos que estamos perante um *acto realizado pelo Estado que limita, condiciona ou suprime qualquer forma de expressão, tendo como única base decisões fundadas num julgamento político*.

O *acto* é a perseguição e punição do indivíduo, fazendo uso da Lei. Essa Lei *limita* a liberdade de análise científica ao impedir que se coloque em causa um determinado aspecto, dando-o como adquirido, e assim *condiciona* o estudo sério do tema ao talhar o acesso à versão contrária, *suprimindo* qualquer tipo de materialização de dúvidas ao ameaçar com a perda da liberdade ou com multas avultadas quem o ousar fazer.

Segunda: Esta censura ao pensamento é uniforme em toda a Europa?

Não. Como vimos não é. A gradação da censura ao ideário nazi varia de país para país. Nuns é muito forte, noutros é inexistente. O que significa que o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, com que abrimos este Capítulo, não é interpretado da mesma maneira em todos os países da Europa. E se não o é, isto significa que, na Europa, os limites da liberdade de expressão não são uniformes nem o local onde se deve traçar a linha que separa a liberdade de expressão do incitamento ao ódio – que pode colocar em causa o princípio elementar da Segurança e, portanto, a nosso ver, justificar intervenção do Estado – claro.

## Capítulo II. Novo Mundo, Velhos hábitos? Os EUA e a censura.

Enquanto País, os Estados Unidos da América são bastante jovens quando comparados com países como Portugal, Inglaterra ou França. Seria portanto de esperar que os EUA tivessem uma história de censura bastante menor do que a Europa. Curiosamente não. Aliás, os EUA são, talvez, o País onde mais se discute a censura.

Ao contrário do que vimos na Europa, quando os Estados Unidos se proclamam “*the land of the free*” estão a falar muito a sério. Assente na 1ª Emenda à Constituição Americana, a liberdade de expressão é um valor muito querido aos norte-americanos, mas isso não quer dizer que não estejam dispostos a abdicar de partes dela.

Só que, ao contrário da maioria dos países da Europa Continental, os EUA não são um conjunto de Estados muito dados à produção de legislação em catadupa. Lá as Leis são genéricas e poucas, e são principalmente fruto da jurisprudência dos Tribunais. Lá, ao contrário de casos como o Português, a Jurisprudência é fonte de Direito. Esse facto leva a que o debate da censura seja feito principalmente nos Tribunais e em torno da mesma Lei: a Constituição.

### 1.1. Censura ideológica

A Lei Fundamental dos EUA, na sua 1ª Emenda (que faz parte das 10 Emendas que constituem também a chamada *Bill of Rights*) determina que:

*O Congresso não fará qualquer Lei (...) que limite a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito de as pessoas se reunirem pacificamente e de peticionarem o Governo (...)*<sup>96</sup>

Ainda que pareça vigorar na mentalidade judicial e política americana a crença de Stuart Mill no livre mercado de ideias, a interpretação desta 1ª Emenda acaba por variar, no Supremo Tribunal, de juiz para juiz.

Para aqueles que seguem a linha do Juiz Hugo Black<sup>97</sup>, por exemplo, a interpretação da 1ª Emenda deve ser feita de modo literal e absoluto. Quando nela se diz “*não fará*

---

<sup>96</sup> O texto legal da **Bill of Rights**, bem como da **Constitution of the United States of America** disponíveis em **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009.

<sup>97</sup> Hugo Lafayette Black (1866-1971), antigo Senador Democrata, foi nomeado Juiz do Supremo Tribunal de Justiça pelo Presidente Roosevelt. Biografia disponível no **Directório Bibliográfico online do Congresso Americano** em <http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=B000499>, consultado a 13 de Outubro de 2012 às 01:16.

*qualquer lei que limite*” significa isso mesmo. Para o Juiz Black o conteúdo da *Bill of Rights* é todo ele simples e claro e não comporta excepções<sup>98</sup>.

Já outros, como o Juiz Frankfurter, no Acórdão do caso *Dennis v. United States*, veio defender que a Constituição e as suas Emendas não devem ser lidas à letra mas sim interpretadas à luz da experiência histórica<sup>99</sup>.

Essa interpretação leva à aceitação da possibilidade de “limitar”, em certos casos, a liberdade de expressão, casos esses que estão fora do escopo de protecção da 1ª Emenda. Assim, como aponta Meiklejohn, “*a um cidadão pode ser-lhe dito quando, onde e de que maneira pode ou não falar, escrever, reunir-se etc. (...) mas não lhe pode ser dito no que deve ou não acreditar*”<sup>100</sup>.

Contudo, o facto de se poder dizer tudo o que se quiser, não isenta aquele que profere as palavras de, eventualmente, responder pelo que disse. Mas mesmo aí, como disse Meiklejohn, aquilo que diz depende de onde/quando/como o diz. Se, por exemplo, alguém insultar gratuitamente outrem, esse insulto pode ser alvo de um processo judicial por ofensa ao bom-nome<sup>101</sup>. Trata-se de um caso onde a 1ª Emenda não protege o ofensor. No entanto, se essa ofensa for proferida no sentido de denunciar a falta de qualificação de alguém para exercer um certo cargo público, tal acto é considerado uma simples forma de participação cívica no debate político e, como tal, já está abrangida pela protecção dada pela 1ª Emenda.

Esta distinção assenta num escalonamento que os Tribunais fazem do âmbito de protecção da 1ª Emenda. Esse escalonamento, que poderemos imaginar como uma série de círculos concêntricos, determina o nível de protecção dada pela 1ª Emenda aos vários tipos de expressão. No núcleo está a liberdade de expressar ideias políticas. Já no círculo mais afastado do centro os tribunais tendem a colocar a obscenidade, considerando-a o tipo de liberdade de expressão que menos é protegido pela 1ª Emenda. Este círculo exterior é composto por aquilo que podemos chamar de “valores de baixa-protecção”.

A teoria dos “valores de baixa-protecção constitucional” foi criada no caso *Chaplinsky v. New Hampshire*<sup>102</sup>, e trata-se de uma visão que defende que há certos tipos de discurso,

---

<sup>98</sup> Cfr. MEIKLEJOHN, Alexander “*The First Amendment is an absolute*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, pp. 125-140.

<sup>99</sup> Cfr. MEIKLEJOHN, Alexander “*The First Amendment is an absolute*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, pp. 125-140.

<sup>100</sup> MEIKLEJOHN, Alexander “*The First Amendment is an absolute*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p.135.

<sup>101</sup> MEIKLEJOHN, Alexander “*The First Amendment is an absolute*” in AMAR, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p.136.

<sup>102</sup> O Acórdão *Chaplinsky v. New Hampshire* pode ser encontrado em

bem definidos e claramente identificados (normalmente tratando-se de discursos de incitamento ao ódio ou à violência) que não são parte essencial de qualquer debate de ideias e cujo valor para a sociedade é tão baixo que pode ser limitado ou suprimido uma vez que é maior o benefício que a sua supressão traz à sociedade do que a sua manutenção sem limitações.

## 1.2. Censura de conteúdos

Quanto à censura de conteúdos, o Supremo Tribunal, aceitando a premissa de que a 1ª Emenda não é absoluta e, portanto, a liberdade de expressão pode ser limitada, tende a adoptar um de dois métodos<sup>103</sup>, conforme o juiz, para analisar cada caso. Esses métodos de análise são: 1 – de conteúdo-específico; ou 2 – de conteúdo-neutro.

No que ao método de análise de conteúdo-neutro concerne, o Tribunal pesa em que medida a restrição limita a comunicação, balanceando-a com os interesses governamentais servidos por tal restrição, e pergunta se esses interesses poderiam ser servidos de outra forma que não através da limitação da liberdade de expressão. Trata-se assim na análise de proibições genéricas, do género “É proibido organizar manifestações que obstruam estradas”.

Já a análise de conteúdo-específico recorre ao uso da teoria dos “valores de baixa-protecção constitucional” para avaliar se determinada restrição viola ou não princípios da 1ª Emenda. O Tribunal cria, assim, áreas de não-protecção dentro de uma presunção genérica de que a 1ª Emenda protege toda a comunicação. Avalia o conteúdo específico da restrição em causa e determina se este é ou não de “baixa-protecção constitucional”. A partir daí procura então uma solução equilibrada para a restrição em causa. É este o tipo de processo que permite, por exemplo, restringir facilmente a transmissão de conteúdos para adultos nas televisões e classificar determinada obra como obscena ou não.

Mas o facto de a análise de conteúdo-específico olhar directamente para o objecto da restrição não significa que tal método seja mais propício a limitar a liberdade de expressão. Como recorda Stone<sup>104</sup>, uma lei que, por exemplo, proíba genericamente os cartazes de propaganda, limita mais a liberdade de expressão que uma lei que proíba especificamente cartazes com propaganda neo-nazi.

---

<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&vol=315&invol=568>, consultado a 13 de Outubro de 2012 às 02:21.

<sup>103</sup> Cfr. **STONE**, Geoffrey R. “Content regulation and the First Amendment” in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, pp.153-178.

<sup>104</sup> Cfr. **STONE**, Geoffrey R. “Content regulation and the First Amendment” in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p.157.



Chama ainda a atenção para o facto de, apesar de a censura com base em conteúdo-específico causar menos danos à liberdade de expressão, esse efeito é meramente aparente. As restrições de conteúdo-específico – como acontece na Europa com a ideologia nazi – são mais prejudiciais à liberdade de expressão. É que estas, ao impedirem a exteriorização de determinada opinião com base no seu conteúdo, limitam o livre debate de ideias. Como já dissemos supra, a propósito do caso David Irving, ao impedir uma opinião de entrar no debate de ideias, estamos automaticamente a inquinhar um debate sério. E essa exclusão de ideias e ideais com base no seu conteúdo, acaba por colidir com o próprio princípio da igualdade. Como afirma Stone, “*quando o Governo restringe somente certas ideias, pontos de vista, ou tipos de informação, as pessoas que desejam exprimir as mensagens restringidas recebem tratamento desigual.*”<sup>105</sup>

Como vimos, na Europa, a restrição de ideias políticas é prática comum, seja o ideário nazi ou as teorias raciais. Nos Estados Unidos tal não sucede. Ainda que, por exemplo, as teorias raciais da Supremacia Branca possam ser ofensivas para os afro-americanos, asiáticos ou sul-americanos, nenhum Americano está proibido, por lei, de as perfilhar e exprimir. É por isso que organizações como núcleos do Ku Klux Klan (KKK), ou partidos neo-nazis americanos são perfeitamente legais nos EUA. O Governo Americano não interfere na liberdade dos seus cidadãos decidirem por si próprios se as ideologias dessas organizações são ou não de acolher. Isso não significa que, se um membro de uma dessas organizações atacar ou matar um concidadão não responda judicialmente por isso. Claro que responderá. E poderá mesmo responder por um crime de ódio. Mas está a responder por um acto que praticou violando uma lei que é igual para todos. Se um membro do KKK matar alguém, seja esse alguém branco, preto, amarelo ou azul às riscas, responde pelo crime de homicídio, ponto final. Porque, lá está, é julgado pelo acto que cometeu e não por aquilo em que acredita.

Aquilo que os tribunais americanos procuram é pesar o interesse a proteger com a limitação a aplicar. Já assim fora no caso *Schenck v. United States*<sup>106</sup> quando o Tribunal negou a um membro do pequeno Partido Socialista Americano o direito a distribuir panfletos contra a recruta obrigatória de soldados durante a Primeira Guerra Mundial. Entendeu o Tribunal que se tratava de um caso onde a liberdade de expressão podia ser limitada, por

---

<sup>105</sup> **STONE**, Geoffrey R. “Content regulation and the First Amendment” in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p.160.

<sup>106</sup> Acórdão **Schenck v. United States** disponível em [http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC\\_CR\\_0249\\_0047\\_ZO.html](http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC_CR_0249_0047_ZO.html), consultado a 10 de Novembro de 2012 às 01:12.

considerar que a atitude do Partido Socialista Americano poderia colocar em causa a capacidade dos Estados Unidos de manterem um exército na Guerra, algo que colocaria em risco a própria segurança dos EUA. Note-se que o Tribunal não proibiu a distribuição de panfletos. Proibiu a distribuição daquele tipo de panfletos durante aquele período de tempo. Tratou-se de uma restrição com base numa análise de conteúdo-específico.

Já, por exemplo, o *USA Patriot Act* de 2001, consubstancia uma das restrições mais genéricas à liberdade de expressão e possivelmente um dos mais perigosos actos legais que atentam contra a mesma nos EUA.

Decretado no rescaldo dos atentados de 11 de Setembro de 2001, o *Patriot Act* tem raízes que já haviam sido criadas nos anos 90 com os surtos de imigração ilegal vindos do México e os primeiros atentados contra o World Trade Center<sup>107</sup>.

Este instrumento apresentou-se como um instrumento para “*unir e fortalecer a América providenciando os instrumentos apropriados, necessários à interceptação e obstrução do terrorismo*”<sup>108</sup>, para citar o título oficial daquilo que ficou conhecido como Patriot Act.

Mas que “instrumentos” serão esses de que nos fala? Esses instrumentos consistem numa série de permissões e mecanismos legalizados para “combater o terrorismo” que vão desde a colocação de escutas telefónicas e interceptação de mensagens na internet sem ordem judicial, à possibilidade de deter indivíduos suspeitos e retê-los por tempo indeterminado.

Não obstante o excesso de algumas destas medidas, elas não são do foro da liberdade de expressão. A detenção por tempo indeterminado, a colocação de escutas, não ser preso sem justificação, são matérias do foro dos direitos fundamentais à reserva da vida privada e a não ser preso sem julgamento. Portanto, à primeira vista não nos interessariam, uma vez que não se tratam de casos relacionados com a liberdade de expressão.

Acontece que o Procurador-Geral John Ashcroft decidiu ir mais longe na interpretação do conteúdo do Patriot Act e, em Dezembro de 2001, decretou que a Lei autorizava os Serviços Secretos a delimitar zonas específicas onde se poderiam realizar os protestos e manifestações. Ou seja, de acordo com Ashcroft, somente dentro de determinadas áreas é que vigoraria o direito à liberdade de expressar discordância ou desagrado para com alguma política do Governo. Estas zonas eram, como não poderia deixar de ser, geralmente afastadas dos locais onde aqueles a quem tais protestos se dirigiam iriam estar. Basicamente o que Ashcroft defendeu é que, em nome da segurança

---

<sup>107</sup> Cfr. GRONBECK, Bruce E. “*The USA Patriot Act: coming to terms with silenced voices*”, in *The Public*, Vol.11, 2, USA, 2004, pp. 37-48.

<sup>108</sup> Cfr. “*Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (USA PATRIOT) Act of 2001.*”, [http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107\\_cong\\_public\\_laws&docid=f:publ056.107.pdf](http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf), consultado a 19 de Agosto de 2012 às 02:53

Nacional e da coesão do Povo Americano, os protestos contra, por exemplo, a decisão do Presidente de invadir o Afeganistão ou o Iraque, só poderiam ser realizados em “zonas delimitadas” para o efeito que eram, por sua vez, afastadas da Casa Branca e de outros locais relevantes. A isto o Prof. Gronbeck chamou de “voz acorrentada”, significando com isso que o exercício da liberdade de expressão ficaria confinado a determinado espaço e fora dele não poderia ser exercido.

Mas o Professor Gronbeck vai mais longe e aponta outros tipos de censura existentes no *Patriot Act*. Juntamente com a “voz acorrentada” de que falámos, ele propõe outros três conceitos de tipos de censura decorrentes do texto legal em apreço.

Fala-nos em “voz ausente” para definir a limitação que é criada àqueles que são detidos sob a égide do *Patriot Act*, ou seja, os tais “indivíduos suspeitos”. Diz o professor que:

*“Os detidos vêem a sua voz ser-lhes retirada. Sem acesso sequer a um advogado, pode-se falar sobre eles mas sem que se tenha conhecimento em primeira-mão das suas condições e circunstâncias.”*<sup>109</sup>

Ou seja, a “voz ausente” é aquela que é impedida de falar, ficando nas mãos de terceiros a oportunidade de o fazer, se esses terceiros conseguirem reunir informação para tal. É o caso paradigmático de um prisioneiro em Guantanamo. Sendo que lhes está vedado o contacto com jornalistas, resta-lhes esperar que esses jornalistas consigam obter as informações e falar por eles.

Refere depois a existência de uma “voz emudecida”, para qualificar o discurso e a palavra que é controlada pelo medo e pela intimidação. Fala-nos nela a propósito da possibilidade de colocar escutas em todo e qualquer telefone ou sistema de mensagens sem que para tal seja necessária autorização prévia de um Tribunal. Ao autorizar um sistema de controlo desenfreado de conversas e mensagens privadas, o Título II do *Patriot Act* leva a que se gere o medo em muita gente de falar livremente, pois receiam que qualquer tipo de conversa possa ser mal interpretada.

Veja-se o que aconteceu ao britânico Leigh Van Bryan de 26 anos que, juntamente com uma amiga, foi preso pelas autoridades americanas ao chegar ao aeroporto de Los Angeles, em Janeiro de 2012<sup>110</sup>. O crime deles? O jovem Leigh convidara, na rede social Twitter, uma amiga para “ir dar dois dedos de conversa antes de ele partir para *destruir* a América”. Esta é uma frase que colocada no contexto em que se insere e proferida por um jovem só pode ser interpretada como uma força de expressão. Não no sentido literal do

---

<sup>109</sup> GRONBECK, Bruce E. “*The USA Patriot Act: coming to terms with silenced voices*”, in *The Public*, Vol.11, 2, USA, 2004, p. 41.

<sup>110</sup> PARKER, Andrew, “*US bars friends over Twitter joke*”, in *The Sun*, 2012/01/30, <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/news/4095372/Twitter-news-US-bars-friends-over-Twitter-joke.html>, consultado a 10 de Novembro de 2012 às 02:27.

termo. De facto, o uso de “destruir” qualquer coisa na Língua Inglesa significa, como o jovem tentou explicar, que tencionava ir para os EUA para se divertir em festas até cair para o lado. “Destruidor” é o termo coloquial usado pelos jovens para expressar a vontade de aproveitar ao máximo a estadia e normalmente beber até atingir estados de embriaguez consideráveis. No entanto as autoridades americanas, que sem que muitos saibam, monitorizam atentamente as redes sociais em busca de ameaças terroristas, não entenderam a expressão da mesma maneira. Aliás, entenderam-na como “planos criminosos”<sup>111</sup>. E como tal, assim que o jovem e uma amiga chegaram aos Estados Unidos foram imediatamente presos, interrogados durante cerca de cinco horas e posteriormente enviados de volta para o Reino Unido. O comentário das autoridades americanas sobre o que consideraram um “*tweet* terrorista” foi de que os interrogatórios revelaram que os jovens britânicos eram “inadmissíveis nos EUA”<sup>112</sup>.

Ora esta atitude persecutória, autorizada pelos mecanismos do *Patriot Act*, acaba de facto por levar à criação de uma “voz emudecida”. E se tal acontece, estamos perante um claro acto de censura.

Gronbeck fala, por fim, numa “voz substituída”, referindo-se aos actos de expressão de ideias levados a cabo por terceiros em nome daqueles que, sozinhos, não o conseguem fazer. Dá o exemplo dos advogados que falam pelos detidos que representam, ou de Associações que falam em nome dos associados.

Com o devido respeito, não podemos acompanhar esta última ideia. Se admitimos que o facto de alguém ter de recorrer a um terceiro para exprimir uma ideia para o público geral é um sinal de “voz substituída” e portanto de censura, então teremos de afirmar que provavelmente 80% das vezes que falamos sobre algo, estamos a ser censurados. Porque as nossas ideias não passam para o público geral. Aliás, o simples facto de termos de eleger deputados à Assembleia da República constituiria um acto de censura por parte do Estado uma vez que temos de confiar a terceiros a transmissão das nossas ideias.

É uma ideia que não nos parece colher, pois não vislumbramos qualquer tipo de censura nisso. Há dificuldade em transmitir uma opinião individual a um público vasto? Há. Realmente não é fácil, sozinho, alguém exprimir as suas ideias de forma a serem publicamente conhecidas. Mas tal não significa que essas ideias não possam ser expressas. Desde que a não expressão dessas ideias não resulte de um acto directo ou indirecto do Estado, não configura censura. Sê-lo-á se, por exemplo, alguém com responsabilidades para tal se recusar a transmitir a mensagem – pensemos numa televisão que se recusa a

---

<sup>111</sup> **PARKER**, Andrew, “US bars friends over Twitter joke”, in The Sun, 2012/01/30, <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/news/4095372/Twitter-news-US-bars-friends-over-Twitter-joke.html>, consultado a 10 de Novembro de 2012 às 02:29.

<sup>112</sup> **S.A.**, “Twitter joke to “destroy America” reportedly gets U.K. tourists barred from US”, in Fox News, 2012/01/30, <http://www.foxnews.com/travel/2012/01/30/twitter-joke-to-destroy-america-gets-tourists-barred-from-us/>, consultado a 10 de Novembro de 2012 às 02:40.

exibir determinado Tempo de Antena. De outra forma, a não abrangência geral de ideias pessoais é uma vicissitude da vida em sociedade, especialmente quando essa sociedade é vasta.

Ora, estaremos então perante um caso de censura nos termos em que a definimos, quando nos referimos ao *Patriot Act*? Trata-se de um *acto realizado pelo Estado* sob a forma de uma Lei que *limita, condiciona ou suprime formas de expressão*. Sim. Contudo, ao contrário do que estipulámos como terceira característica de um acto de censura – que a decisão seja *fundada em julgamentos morais e/ou interesses privados dos detentores do poder* – parece-nos que o *Patriot Act* não se encaixa, no seu todo, num caso de censura. Isto porque as restrições que impõe à liberdade de expressão são, regra geral, fundadas na Segurança Nacional.

Mas será que estamos perante um verdadeiro caso de segurança nacional? Haverá perigo iminente de um ataque à segurança do Povo Americano só porque alguém se manifesta contra uma política do Governo? Custa-nos a crer. Se tal argumento poderia colher para justificar violações de outros direitos, como os que já referimos (colocação de escutas, detenção de suspeitos por tempo indeterminado, etc) o mesmo não nos parece suceder em casos de mera expressão de uma opinião divergente. A menos, claro, que estejamos perante uma situação semelhante àquela que levou ao caso *Schenck* onde a acção dos protestantes colocava em causa, de facto, um esforço de guerra em curso. No entanto há que salientar este ponto importante: é que enquanto no caso *Schenck* se estava perante a possibilidade de reprimir totalmente uma forma de expressão, a aplicação das tais “zonas delimitadas” decorrente da interpretação de Ashcroft, não consubstancia uma supressão de um direito. Trata-se tão-somente de uma “relocalização” dos protestos. Ora, se tais protestos constituem um perigo suficientemente sério para a segurança dos EUA ao ponto de ser necessário limitar a liberdade de expressão, não nos parece que o facto de serem feitos em “zonas delimitadas” seja suficiente para eliminar essa ameaça. Se não são perigosos quando feitos em “zonas delimitadas” então também não o serão noutra zona qualquer do território. Essa pequena nuance faz-nos, por isso, concluir que a inexistência de uma limitação total à liberdade de expressão, nesses casos, consubstancia um acto de censura. Pode parecer paradoxal mas estamos, de facto, perante um caso em que a ausência de um acto de censura leva à violação do direito à liberdade de expressão.

A liberdade de expressão, para ser designada como tal, tem que ser total. Excepto, claro, se colocar em risco direitos superiores como é o caso do direito à segurança colectiva dos cidadãos. Ora, se a liberdade de expressão só pode ser suprimida, no nosso entender, em casos excepcionais onde o direito à segurança fala mais alto, então qualquer acto

limitador deve ser forte ao ponto de demonstrar que o exercício de tal liberdade provoca dano. No caso do *Patriot Act*, se se entende que determinada manifestação pode ser nociva à segurança dos EUA, então essa manifestação sê-lo-á onde quer que seja levada a cabo. A deslocação da mesma de um espaço para o outro não elimina esse perigo, se ele realmente existir. E como tal, a partir do momento em que se diz que algo “não pode ser dito em local X porque coloca em causa a segurança, mas pode ser dito em local Y porque aí já não o faz” está-se a admitir que tal acto não coloca, verdadeiramente, em causa a segurança nacional, podendo colocar em causa, eventualmente, a consciência daqueles a quem se dirige o protesto. E nesse caso estamos perante *decisões fundadas em julgamentos morais e/ou interesses privados dos detentores do poder*.

E note-se que tal não é comparável à censura de conteúdos com base em preocupações com a integridade moral daqueles que os vejam. Recordemos que estamos a falar de limitações à liberdade de expressão e que, a pornografia ou a indecência, não possuem normalmente mensagem de conteúdo político. O *Patriot Act* é desenhado única e exclusivamente para o combate ao “terrorismo”. Trata-se de uma Lei política que abrange conteúdos ligados à discussão política. Como vimos, a liberdade de expressar opinião política é a mais importante forma de liberdade de expressão nos EUA. E como tal, actos que a limitem têm de ser obrigatoriamente muito bem justificados. É o carácter vago de que se reveste o *Patriot Act* no que toca à delimitação do que é ou não “perigo para a segurança dos EUA” e “terrorismo” que o torna uma Lei tão perigosa e que facilmente dá origem a abusos de poder.

Pensemos agora no caso dos conteúdos televisivos, por exemplo. A censura da nudez e da obscenidade é avaliada contra certos interesses a proteger, sem que tal consubstancie qualquer tipo de paternalismo. Foi o que sucedeu, por exemplo, no caso *Erznoznik v. City of Jacksonville*<sup>113</sup>, onde o Tribunal declarou a inconstitucionalidade de uma proibição local de exhibir filmes que contivessem nudez em cinemas *drive-in* cujo ecrã fosse visível a partir de uma qualquer estrada ou local público, porque tal “podia distrair os condutores”. Não havendo nesse caso qualquer motivo para a restrição (note-se que a proibição não dizia algo do género “cujo ecrã seja visível a partir de uma escola ou local de culto”) o Tribunal considerou que tal restrição genérica era excessiva pois não podiam “descriminar com base no conteúdo a menos que haja claros motivos” para o fazer. O Tribunal acrescentou ainda que “*não há motivo para pensar que outras cenas da habitual*

---

<sup>113</sup> Acórdão **Erznoznik v. City of Jacksonville** disponível em <http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=us&vol=422&invol=205>, consultado a 10 de Novembro de 2012 às 03:32.

*programação, desde telenovelas a violência, não seriam menos distractivas para os condutores” que a nudez*<sup>114</sup>.

A censura de conteúdos com base em análises de conteúdo-específico é complicada e, como tal, não espanta que a tendência seja para que, a haver uma Lei que restrinja a liberdade de expressão, esta seja de conteúdo-neutro.

Além disso, como aponta Stone<sup>115</sup>, o Supremo Tribunal há muito que deixou claro que o Governo não pode proibir a livre expressão de ideias só porque estas são ofensivas ou impopulares. A 1ª Emenda parece assim enclausurar, no seu espírito, a premissa atribuída a Voltaire *“Não concordo com o que dizes, mas defenderei até à morte o teu direito a dizê-lo”*<sup>116</sup>.

Há contudo, nos EUA, uma entidade semelhante à BBFC e restantes congéneres Europeias: a FCC<sup>117</sup>. Dissemos que a obscenidade é considerada um dos “valores de baixa-protecção” da 1ª Emenda, e a FCC (Federal Communications Commission), mandatada pelo Congresso dos EUA para tal, parece alimentar-se desse facto. Aliás, não obstante a divergência doutrinária no Supremo Tribunal relativamente à protecção que a 1ª Emenda dá ou não à obscenidade em sentido lato, a FCC decidiu tomar uma posição de princípio sobre o assunto: para a Comissão, a obscenidade, a indecência e profanidade são ilegais e não protegidos pela 1ª Emenda. Veja-se o que a FCC declara sobre o assunto:

*“Material obsceno não é protegido pela 1ª Emenda à Constituição e não pode ser emitido em momento algum. O Supremo Tribunal estabeleceu que, para ser obsceno, o material deve reunir três requisitos cumulativos:*

- *Um cidadão comum, usando padrões sociais contemporâneos, deve considerar que o material, no seu todo, apela à lascívia;*
- *O material deve retratar ou descrever, de forma patentemente ofensiva, condutas sexuais especificamente definidas pela Lei aplicável; e*
- *O material, no seu todo, deve possuir valor literário, artístico, político ou científico consideravelmente baixo.”*<sup>118</sup>

<sup>114</sup> Cfr. **STONE**, Geoffrey R. *“Content regulation and the First Amendment”* in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p. 166.

<sup>115</sup> Cfr. **STONE**, Geoffrey R. *“Content regulation and the First Amendment”* in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009, p. 166.

<sup>116</sup> **WARBURTON**, Nigel, *Free Speech: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, New York – USA, 2009, p.1.

<sup>117</sup> **FCC Guide** disponível em <http://www.fcc.gov/guides/obscenity-indecency-and-profanity>, consultado a 11 de Novembro de 2012 às 02:17.

<sup>118</sup> Tradução nossa. No original: *“Obscene material is not protected by the First Amendment to the Constitution and cannot be broadcast at any time. The Supreme Court has established that, to be obscene, material must*

O que está escrito *supra* é de considerável importância. Note-se que a FCC não afirma que o Supremo Tribunal estabeleceu que o material obsceno não é protegido pela 1ª Emenda. Eles fazem uma afirmação e depois descrevem o método definido pelo Supremo Tribunal para aferir o que é ou não obsceno. Não dizem que o Tribunal declarou a obscenidade fora da protecção da 1ª Emenda. Porque não o podem fazer. É verdade que, como já dissemos a respeito da Europa, só de forma muito rebuscada se consegue aferir que material obsceno pode veicular uma ideia que possa ser considerada exercício da liberdade de expressão. E parece ser esse o entendimento do *United States Code*<sup>119</sup> (doravante USC), uma espécie de “Código dos Códigos” nos Estados Unidos onde se encontram todas as Leis Federais desde a definição dos símbolos nacionais ao Código Penal. O Título 18 (Crimes e Procedimento Criminal), Parte I (Crimes), Capítulo 71 (Obscenidade), criminaliza a “obscenidade”. Acontece que a Lei Federal não define “o que é” obscenidade. Assim, a FCC aproveita o § 1464 do USC para proibir genericamente todo o tipo de “obscenidades”. Diz o Título 18, Parte I, Capítulo 71, §1464 do USC:

*§ 1464. Difusão de Linguagem obscena.*

*Quem utilizar linguagem obscena, indecente ou profana através de comunicações rádio, será multado conforme previsto neste título ou preso por não mais de dois anos, ou ambos.*<sup>120</sup>

Não dando definição em todo o Título 18 do que é “obscenidade”, a FCC decidiu recorrer aos três pontos do Tribunal para aferir o que será “obsceno”. Mas curiosamente, logo de seguida, afirma que:

*“Os Tribunais defenderam que materiais indecentes são protegidos pela 1ª Emenda e não podem ser banidos por completo. Podem, no entanto, ser restritos de forma a evitar a*

---

*meet a three-pronged test: - An average person, applying contemporary community standards, must find that the material, as a whole, appeals to the prurient interest; - The material must depict or describe, in a patently offensive way, sexual conduct specifically defined by applicable law; and - The material, taken as a whole, must lack serious literary, artistic, political or scientific value.” Vide FFC Guide em <http://www.fcc.gov/guides/obscenity-indecency-and-profanity>, consultado a 14 de Novembro de 2012 às 04:21.*

<sup>119</sup> O **United States Code** (USC) pode ser encontrado online em <http://uscode.house.gov/>. Devido à sua considerável extensão – 71302 artigos espalhados por 51 Títulos – não está publicado num único ficheiro online, mas a *House of Representatives* disponibiliza-o em DVD ou dividido em secções.

<sup>120</sup> Tradução nossa. No original: “§1464 - *Broadcasting obscene language: Whoever utters any obscene, indecent, or profane language by means of radio communication shall be fined under this title or imprisoned not more than two years, or both.*” Texto legal do Título 18 disponível em **United States Code**, <http://uscode.house.gov/pdf/2011/2011usc18.pdf>, consultado a 14 de Novembro de 2012.



sua transmissão durante alturas do dia onde haja razoável risco de haver crianças na audiência.”<sup>121</sup>

Ou seja, ao contrário do que vem no §1464 do USC, a FCC separa a “obscenidade” do material indecente, e determina que material indecente não pode ser transmitido entre as 6 da manhã e as 10 da noite. O mesmo se aplica a material profano.

No entanto, enquanto no seu “Guia”, define a “indecência” como “*linguagem ou material que, em contexto, retrate ou descreva, em termos claramente ofensivos de acordo com padrões sociais contemporâneos, órgãos ou actividades sexuais ou excretórias*” e “profanidade” como “*linguagem tão claramente ofensiva que cause incómodo aos membros do público que a ouçam*”, a FCC não tenta fornecer qualquer definição do que considera “obscenidade”<sup>122</sup>.

O problema é que os três pontos do Tribunal são vagos o suficiente para que muita coisa, talvez demasiada, lá caiba. E isso é, quanto a nós, perigoso, especialmente se tivermos em conta que a FCC tem poder para revogar licenças, impor multas ou emitir avisos a estações de rádio e televisão que se encontrem em falta nesse aspecto. O uso de critérios vagos para aplicar medidas censórias a conteúdos “obscenos” é pernicioso.

Ainda assim, há mais de trinta anos que a FCC governa sobre televisões e rádios dos EUA, ora com punho de ferro ora com luva de veludo. A sua legitimidade para tal ganhou força desde o caso *FCC v. Pacifica Foundation*<sup>123</sup>, em 1978, quando um pai reclamou que o seu filho ouvira o monólogo do comediante George Carlin “*Sete Palavras que nunca podes dizer na Televisão*”. Mas desde então que os critérios que a FCC usa são bastante dúbios e voláteis.

Por exemplo, em Janeiro de 2003, durante a cerimónia de entrega dos Globos de Ouro, o músico Bono utilizou um palavrão ao dizer “this is really *fucking* great”. Após receber mais de 230 queixas, a FCC analisou o caso e decidiu que não se tratava de indecência porque, naquele contexto, “*fucking*” era usado como adjetivo para transmitir um sentimento de “mesmo muito grande” alegria<sup>124</sup>. Em Fevereiro de 2004, durante o intervalo da 38ª edição do *Super Bowl*, foi transmitido um espectáculo de música. O fim da actuação de Janet Jackson ficou marcado pela exposição do seu mamilo naquilo que a artista considerou

---

<sup>121</sup> **FFC Guide** em <http://www.fcc.gov/guides/obscenity-indecency-and-profanity>, consultado a 14 de Novembro de 2012 às 04:24.

<sup>122</sup> Cfr. **FFC Guide** em <http://www.fcc.gov/guides/obscenity-indecency-and-profanity>, consultado a 14 de Novembro de 2012 às 04:26.

<sup>123</sup> Acórdão **FCC v. Pacifica Foundation** disponível em <http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&vol=438&invol=726>, consultado a 14 de Novembro de 2012.

<sup>124</sup> **WELBORN**, Angie A., **COHEN**, Henry, “*Regulation of Broadcast Indecency: Background and Legal Analysis*”, Congressional Research Service Report for Congress, USA, 2005/12/02, <http://fpc.state.gov/documents/organization/57868.pdf>, p. 2, consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:38.

um “acidente de guarda-roupa”<sup>125</sup>. O Presidente da FCC foi contundente: ficou “ultrajado” com o que viu e ordenou a abertura imediata de um processo ao incidente<sup>126</sup>. Em Setembro de 2004 puniu os responsáveis pela transmissão com uma multa de \$550,000. Mas não sem antes, em Março desse mesmo ano, ter decidido rever a sua decisão no caso “Bono”. Voltando atrás, considerou que afinal se tratava de indecência e, como tal, violação do §1464 do USC. Naquilo que ficou conhecida como a “Ordem Globos de Ouro”<sup>127</sup>, a FCC inverteu a marcha e retrocedeu 30 anos, recorrendo novamente ao caso *Pacífica* para decretar que o uso daquela palavra é sempre indecente. E profano. Não contente com a declaração de indecência, a FCC aproveitou e decretou a “profanidade” da palavra, afastando-se assim da prática de até então, que ligava a “profanidade” a conteúdos de cariz religioso<sup>128</sup>.

Por outro lado, a 11 de Novembro de 2004, por ocasião do feriado do “Dia dos Veteranos”, a FCC decidiu que o filme “*Resgate do Soldado Ryan*” poderia passar sem qualquer tipo de censura, não obstante a presença de vários e variados palavrões ao longo de todo o filme. Após receber queixas devido à linguagem mas também ao excesso de violência do filme, a FCC declarou que, “*não encontrou material que violasse as proibições de indecência e profanidade*”<sup>129</sup>. Alegando que “o contexto é importante”, determinou, num acto que consideramos de verdadeira hipocrisia, que no caso do filme em apreço, os palavrões “*reflectem as fortes reacções humanas dos soldados*” às “*inenarráveis condições e perigos com que se deparavam*”<sup>130</sup>. Censurar essas palavras, no entender da FCC, “*alteraria a natureza do trabalho artístico e diminuiria o poder, o realismo e o imediatismo da experiência cinematográfica para os espectadores*”<sup>131</sup>.

Ou seja, na opinião da FCC, aparentemente, só em filmes de guerra existem “fortes reacções humanas” expressadas através de palavrões cuja censura alteraria a “natureza do trabalho artístico”. De facto, estamos perante situações diferentes. Uma entrega de prémios não é o mesmo que um filme de guerra. É que um filme não deixa de ser um filme. Trata-se de ficção. Uma entrega de prémios é um evento em directo onde se reconhece o mérito de alguém. Mas a FCC, aparentemente, acha que qualquer expressão menos “politicamente

<sup>125</sup> S.A., “*Apologetic Jackson says 'costume reveal' went awry*”, CNN, 2004/02/03,

<http://edition.cnn.com/2004/US/02/02/superbowl.jackson/>, consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:30.

<sup>126</sup> Comunicado do Presidente da FCC disponível em [http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/DOC-243435A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/DOC-243435A1.pdf), consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:33.

<sup>127</sup> **Ordem Globos de Ouro** disponível em [http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-04-43A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-04-43A1.pdf), consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:36.

<sup>128</sup> **WELBORN**, Angie A., **COHEN**, Henry, “*Regulation of Broadcast Indecency: Background and Legal Analysis*”, Congressional Research Service Report for Congress, USA, 2005/12/02, <http://fpc.state.gov/documents/organization/57868.pdf>, p. 11, consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:38.

<sup>129</sup> In **Relatório da FCC**, File No. EB-04-IH-0589, [http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-05-23A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-05-23A1.pdf), p. 3, consultado a 15 de Novembro de 2012 às 02:40.

<sup>130</sup> In **Relatório da FCC**, File No. EB-04-IH-0589, [http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-05-23A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-05-23A1.pdf), p. 6-7, consultado a 15 de Novembro de 2012 às 02:41.

<sup>131</sup> In **Relatório da FCC**, File No. EB-04-IH-0589, [http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-05-23A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-05-23A1.pdf), p. 7, consultado a 15 de Novembro de 2012 às 02:42.

correcta” proferida num momento de euforia é mais digna de censura que um filme de ficção.

Há que salientar que a “integridade artística” que salvou o filme “*Resgate do Soldado Ryan*” da censura da FCC, não é aparentemente extensível a outras obras. Em Março de 2006 a FCC decidiu condenar a San Mateo County Community College District numa multa de \$15,000 pela exibição não censurada do documentário “*The Blues: Godfathers and Sons*”. O documentário, sobre a vida de músicos de Blues – que, realcemos, nos EUA, são na sua esmagadora maioria Afro-Americanos – foi acusado de usar repetidamente linguagem “*obscena*” e vulgar. Além disso, diz a FCC que “*não acreditamos que San Mateo tenha demonstrado que era essencial à natureza de um trabalho artístico ou educacional*”<sup>132</sup>. A FCC “*não acredita*” que tenha sido demonstrado. Esta argumentação é, novamente, perigosa. Uma autoridade como a FCC dever-se-ia basear em factos que ou são ou não são provados. Emitir uma multa com base em questões de “crença” é, em última análise, uso indiscriminado dos poderes que lhe são atribuídos. Há que dizer, no entanto, que não foi uma decisão unânime. O Comissário Jonathan S. Adelstein, que votou vencido, apensou uma declaração de voto onde se pode ler:

*“A autoridade da Comissão para regular a indecência nos meios de comunicação públicos foi fragilmente afirmada pelo Supremo Tribunal, com a advertência de que a deveríamos exercer com a máxima contenção no caso de restringir direitos constitucionais para não transgredir limites constitucionais ao Governo no que toca à regulação da liberdade de expressão.*

(...)

*O rumo por onde hoje se enveredou é evidentemente perigoso no que toca ao aclamado documentário de Scorsese “The Blues: Godfathers and Sons”. É claro do ponto de vista do senso comum ao visionar o programa que o vernáculo é parte da cultura dos indivíduos retratados. Para reflectir apropriadamente os seus pontos de vista e emoções sobre a música blues é necessário transmitir certo material que, se proibido, limitaria a capacidade do realizador de reproduzir a realidade do objecto do documentário. Este argumento contextual é consistente com as nossas decisões em Resgate do Soldado Ryan e A Lista de Schindler.”*<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> *Complaints Regarding Various Television Broadcasts Between February 2, 2002 and March 8, 2005*, [http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-06-17A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-06-17A1.pdf), consultado a 15 de Novembro de 2012 às 01:58, p. 25, §82.

<sup>133</sup> Tradução nossa. In *Complaints Regarding Various Television Broadcasts Between February 2, 2002 and March 8, 2005*, [http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-06-17A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-06-17A1.pdf), consultado a 15 de Novembro de 2012 às 01:56, p. 71.

Parece-nos claro, posto isto, que os actuais poderes da FCC são talvez demasiado abrangentes e baseados em critérios pouco firmes. O que facilmente pode levar a que esta entidade com poderes públicos venha a censurar algo com fundamento apenas em julgamentos morais de quem censura.

Mas o respeito pela proibição da obscenidade contida no USC não é só garantido pela FCC. Há que lembrar que nem só de televisão vive a liberdade de expressão. Todas as obras estão sujeitas a esse controlo do §1464 USC.

Pensemos, por exemplo, no caso do polémico fotógrafo Robert Mapplethorpe, cujas obras de cariz homo-erótico e pornográfico, consideradas inapropriadas, sempre causaram burburinho na sociedade Norte-Americana. O zénite dos problemas em torno da obra do artista deu-se em 1990, um ano após a morte do mesmo, quando o Centro de Artes Contemporâneas do Cincinnati, decidiu apresentar a exposição "*Robert Mapplethorpe: The Perfect Moment*". Nessa exposição, para além de fotos representativas de actos sexuais entre homens, foi exposta a fotografia *Rosie* (de 1976), onde se apresentava a imagem de uma rapariga de 4 anos, sentada num banco, com uma saia vestida e sem roupa interior, o que expunha os seus órgãos genitais. Isto levou imediatamente a que o director do Centro fosse julgado por obscenidade. Este foi, posteriormente, absolvido pelo júri, pois o trabalho do fotógrafo que havia decidido expor possuía "mérito artístico"<sup>134</sup>. Não podemos contudo deixar de salientar que, independentemente do "mérito" das fotografias, a presença da fotografia *Rosie* não deixa de ser problemática. Afinal estamos perante uma fotografia de uma menor. Independentemente do valor artístico da mesma, esta pode, como aponta Warburton, "*estimular os pedófilos, o que pode colocar em perigo outras crianças*"<sup>135</sup>. A censura de uma fotografia como *Rosie* seria, portanto, perfeitamente admissível, em nosso entender, uma vez que o bem a proteger – a segurança das crianças em geral – é um direito superior àquele da liberdade de expressão artística.

Outro exemplo de "obscenidade" que ainda causa polémica é a fotografia "*Piss Christ*" do fotógrafo Andres Serrano. A mesma consiste numa imagem de Jesus Cristo crucificado, mergulhada num recipiente de urina do próprio fotógrafo. Este trabalho, obviamente, despertou a ira dos Cristãos. Trata-se, afinal, da profanação de uma imagem sagrada para muitos milhões, independentemente do mérito artístico que possa ter. Compreende-se, por isso, e a nosso ver, a indignação de muitos. O alarido causado foi tanto

---

<sup>134</sup> Cfr. **WARBURTON**, Nigel, *Free Speech: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, New York – USA, 2009, p.74.

<sup>135</sup> Cfr. **WARBURTON**, Nigel, *Free Speech: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, New York – USA, 2009, p.75.

que o assunto chegou mesmo a ser discutido no Senado dos Estados Unidos<sup>136</sup>, até porque o artista em questão havia recebido subsídio do Estado. Mas, ainda que pudéssemos aceitar e compreender os argumentos de quem se sente ofendido com a obra, será motivo para a censurar? De acordo com os critérios que defendemos, não. A menos que se provasse que tal obra poderia, de alguma forma, colocar em risco valores mais altos que os da liberdade de expressão – nomeadamente a Segurança – não. Nos EUA, no entanto, ainda não se decidiram. A imagem não foi alvo de qualquer tipo de censura até hoje, o que significa que os Tribunais não a consideram em violação do §1464 do USC. No entanto sempre que a imagem é colocada em exposição, veementes protestos surgem, tanto dos EUA como fora deles. O último registado em solo americano data de 2012. Exposta numa galeria privada em Nova Iorque, a fotografia voltou a atizar a ira de vários grupos religiosos bem como de advogados que exigiram ao Presidente dos EUA que condenasse a exibição da imagem, tal como condenou o filme *"Innocence of Muslims"*, que tanta ira provocou no mundo árabe<sup>137</sup>.

Posto isto e para não nos alongarmos também neste capítulo, a que conclusões podemos chegar? Parece claro que, ao contrário da Europa, os EUA têm uma relação peculiar com a censura. Enquanto, no Velho Continente, a tendência continua a ser para censurar mais as ideologias políticas que os conteúdos artísticos, em terras do Tio Sam a tendência é contrária. Nos EUA parece existir uma preocupação muito maior com aquilo a que podemos chamar de "valores morais", muito provavelmente por força da história dos próprios EUA. Recordemos que muitos dos peregrinos que partiram de Inglaterra rumo à então colónia ficaram conhecidos como "puritanos". Os puritanos foram uma facção da Igreja Anglicana que se separou desta, defendendo, entre outras coisas, um maior rigor moral e religioso, no sentido de dedicar a vida na Terra à glória de Deus.

Já a relação dos Americanos com a violência é diferente. Seria um tema também interessante de abordar, mas decidimos não o fazer por motivos de não-dispersão.

---

<sup>136</sup> Excertos da discussão no Senado dos Estados Unidos sobre *"Piss Christ"* podem ser encontrados em [http://www.csulb.edu/~jvancamp/361\\_r7.html](http://www.csulb.edu/~jvancamp/361_r7.html), consultado a 10 de Novembro de 2012, às 02:13.

<sup>137</sup> STARNES, Todd, *"WH silent over demands to denounce 'Piss Christ' artwork"*, in FOX News, 2012/09/21, <http://radio.foxnews.com/toddstarnes/top-stories/wh-silent-over-demands-to-denounce-piss-christ-artwork.html>, consultado a 16 de Novembro de 2012 às 22:58.

### Capítulo III. O Caso Português: a censura no pós-25 de Abril de 1974.

#### 1.1. O Reino de Portugal e a Censura: Uma breve resenha histórica

A ideia de que todos os Seres são livres para pensar e exprimir abertamente as suas opiniões é relativamente nova, especialmente para países como Portugal que contam com quase mil anos<sup>138</sup> de História.

Quando se olha para a longa caminhada história portuguesa, percebemos que a liberdade de expressão é um direito mesmo muito moderno. Já a censura é tão antiga como nós.

Se é certo que não há registos históricos de uma instituição censória aquando da independência do Reino de Portugal, tal não significa que as pessoas pudessem dizer o que lhes viesse à cabeça. Há que lembrar que se vivia então em regime de vassalagem. E um vassalo não diz o que pensa ao seu senhor. Um vassalo, idealmente, não pensa.

A primeira forma organizada de censura surge em Portugal no conturbado reinado de D. Fernando. Envolto em guerras com Castela pelo trono que reclamava para si – política reprovada pelas Cortes de Lisboa e Porto – e alvo de acusações de beneficiar a nobreza em detrimento das outras classes<sup>139</sup>, D. Fernando acaba por pedir ao Papa Gregório XI que institua em Portugal um órgão de censura, colocado sob a alçada da Igreja Católica. No entanto já desde o reinado do seu avô, o Rei Afonso IV, que em Portugal se aplicavam processos penais de cariz inquisitório, influenciado pelo regime do Santo Ofício da Inquisição, criado em 1229<sup>140</sup>.

A verdadeira censura institucionalizada só chegaria mais tarde, já no século XVI, quando em 1531 o Rei D. João III pede ao Papa autorização para instaurar em Portugal a Santa Inquisição. À semelhança do reinado de D. Fernando, também D. João III se viu a braços com um país em tumulto quando subiu ao trono. O seu pai, o Rei D. Manuel I, havia expandido o Império Português até à Índia e ao Brasil, e enquanto os problemas que D. Fernando enfrentou eram de ordem política e militar, D. João III teve de enfrentar tumultos

---

<sup>138</sup> 870 anos em 2013 se só contarmos, como é hábito, a partir de 1143, data da assinatura do Tratado de Zamora. Contudo Portugal já existia, pelo menos enquanto Condado, desde 868 d.C. A data 1143 é meramente simbólica. Há que lembrar que a independência de Portugal só foi reconhecida em 1179. Como tal não vemos o motivo pelo qual se há-de contar a partir de 1143 e não, por exemplo, de 868 d.C, data da fundação do Condado Portucalense. Claro que se contarmos a Lusitânia como parte da História de Portugal, então a nossa história remonta ao século I a.C, quando o Imperador Octávio criou a província. O que faz de Portugal, em todo o caso, uma Pátria milenar.

<sup>139</sup> Cfr. **SARAIVA**, José Hermano, *História concisa de Portugal*, 24ª Edição, Publicações Europa-América, Colecção Saber, Outubro 2007.

<sup>140</sup> Cfr. **ALBUQUERQUE**, Ruy e Martim de, *História do Direito Português - II Volume*, Faculdade de Direito de Lisboa, 1983, p. 249-250.

religiosos. Estávamos então no auge da explosão luterana na Europa, na época no humanismo e das cisões no seio da Igreja Católica<sup>141</sup>.

Face a este clima, e para não permitir influências do pensamento estrangeiro, D. João III requer ao Papa a instauração da Inquisição. E apesar de a bula que autoriza a instauração da mesma só ter chegado em 1536, nada impediu que Portugal já possuísse um Inquisidor em funções e que este já tivesse instaurado um processo ao “pai” do Teatro português, Gil Vicente<sup>142</sup>.

Portugal era um país Católico e tencionava manter-se fiel a Roma. D. João III queria certificar-se que a ordem pública era mantida e as mentes dos portugueses eram afastadas das novas ideias que vinham da Europa central. Algo que talvez não fosse necessário. A verdade é que os portugueses não eram tão tolerantes como nós hoje gostamos de pensar. Em 1506, durante o Reinado de D. Manuel I, num episódio que foi aparentemente atirado para as páginas do esquecimento em Portugal, os cidadãos de Lisboa levaram a cabo uma das maiores barbáries da nossa história. Algo que, com as devidas adaptações decorrentes do contexto histórico, poderia bem ser a *Kristallnacht*<sup>143</sup> Portuguesa.

Aquilo que ficaria conhecido como o Massacre de Lisboa, começou com uma disputa numa capela do antigo Mosteiro de São Domingos, quando um Cristão-novo questionou uma aparição na Igreja, aparição que havia sido considerada “um sinal divino”. Como nos conta Damião de Góis:

*“Ouvindo isto, alguns homens de baixa condição arrastaram-no pelos cabelos, para fora da igreja, e mataram-no e queimaram logo o corpo no Rossio.*

*Ao alvoroço acudiu muito povo a quem um frade dirigiu uma pregação incitando contra os Cristãos-novos, após o que saíram dois frades do mosteiro com um crucifixo nas mãos e gritando: “Heresia! Heresia!” Isto impressionou grande multidão de gente estrangeira, marinheiros de naus vindos da Holanda, Zelândia, Alemanha e outras paragens. Juntos mais de quinhentos, começaram a matar os Cristãos-novos que encontravam pelas ruas, e os corpos, mortos ou meio-vivos, queimavam-nos em fogueiras que acendiam na ribeira (do Tejo) e no Rossio. Na tarefa ajudavam-nos escravos e moços*

<sup>141</sup> Cfr. **BUESCU**, Ana Isabel, *D. João III*, Coleção Reis de Portugal, Vol. XV, Círculo de Leitores, Mem Martins, Setembro-Outubro 2005, p. 245-248

<sup>142</sup> Cfr. **BUESCU**, Ana Isabel, *D. João III*, Coleção Reis de Portugal, Vol. XV, Círculo de Leitores, Mem Martins, Setembro-Outubro 2005, p. 245-248.

<sup>143</sup> A *Kristallnacht*, ou Noite de Cristal, foi um ataque levado a cabo por cidadãos alemães e membros das S.A. nos primórdios do III Reich. Numa noite foram mortos alguns judeus, presos outros milhares e destruídas centenas de lojas, propriedade deles. O nome “Noite de Cristal” advém do facto de, na manhã seguinte, o chão das ruas estar coberto por milhares de estilhaços de vidro proveniente dos edifícios atacados.

*portugueses que, com grande diligência, acarretavam lenha e outros materiais para acender o fogo.*<sup>144</sup>

Os judeus já haviam sido expulsos pelos Reis Católicos de Espanha, e haviam fugido em massa para Portugal. Julgavam-no um país seguro. Não era.

D. Manuel I já antevira problemas e dera-lhes também, por influência dos Reis de Espanha, ordem de expulsão. Contudo abriu-lhes a possibilidade de se converterem ao Catolicismo. Eram os chamados “Cristãos-novos”. Mas a abertura do Rei não era claramente aquela do Povo. O certo é que os portugueses responsabilizavam os judeus por todos os males que os afectavam e assim que tiveram a oportunidade, instigados por membros do clero, procederam a uma voluntária carnificina. As autoridades régias tentaram intervir mas sem sucesso. Foi preciso o Rei, que se encontrava em Avis, enviar o exército para conseguir pôr cobro à matança. E apesar de o Rei ter mandado queimar os frades instigadores e enforcar outros responsáveis<sup>145</sup>, isto deixou patente o clima de fanatismo religioso em que Portugal vivia na época.

Não é portanto de espantar que a introdução da Inquisição pelo Rei D. João III não tenha sido muito mal vista aos olhos da população lusitana. Como aponta o Prof. José Hermano Saraiva, “*todo o País era religioso, e por isso durante dois séculos todo o País serviu de polícia a si mesmo*”<sup>146</sup>.

De facto, até ao século XVIII foi a Inquisição que assegurou a censura em Portugal, queimando livros e pessoas. Tratava-se de censura principalmente do foro religioso, com especial incidência nos crimes contra a Fé.

No entanto isso mudou assim que se chegou ao século XVIII. No Trono de Portugal sentou-se D. José I e a seu lado o Ministro Sebastião José de Carvalho e Mello. Foi durante o governo do Marquês de Pombal que a censura em Portugal muda de alvo e passa, pela primeira vez, a focar-se nos conteúdos políticos e não nos religiosos. Nas mãos do Estado, com a criação da Real Mesa Censória a 5 de Abril de 1768, passa a ser o poder político – que nessa altura era sinónimo de Carvalho e Mello – a ditar o que podia ou não ser lido e escrito. As várias instituições inquisitoriais que até então existiam no sistema judicial português – porque, recordemos, o Tribunal do Santo Ofício era um verdadeiro Tribunal –

<sup>144</sup> **GÓIS**, Damião de, *Chronica do sereníssimo Rei D. Manoel*, Primeira Parte, Capítulo CII, Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1749, p.141-142. Uma cópia digital está disponível na Biblioteca Nacional Digital em <http://purl.pt/288>.

<sup>145</sup> Cfr. **OLIVEIRA E COSTA**, João Paulo, *D. Manuel I*, Colecção Reis de Portugal, Vol. XIV, Círculo de Leitores, Mem Martins, Abril 2005, p.144.

<sup>146</sup> **SARAIVA**, José Hermano, *História concisa de Portugal*, 24ª Edição, Publicações Europa-América, Colecção Saber, Outubro 2007, p. 183.



são fundidas num único organismo que vai passar a ser controlado não por clérigos mas pela “elite dos ‘intelectuais’ do regime”<sup>147</sup>.

Com Pombal a censura passa assim, pela primeira vez, a actuar na defesa do poder político e não na defesa do ideário da Igreja Católica, o que não é de espantar. Afinal foi pela mão de Sebastião José que se fez a primeira tentativa de verdadeira laicização do Estado. Ainda que não oficial, o Marquês de Pombal expulsou a Companhia de Jesus do País, perseguiu os seus membros, despiu a Inquisição dos seus poderes e proibiu a aplicação do Direito Canónico. A actuação de Pombal foi de tal forma acutilante e eficaz que conseguiu levar o próprio Papa Clemente XIV a extinguir por completo a Companhia de Jesus através de uma bula previamente revista e homologada pelo próprio Carvalho e Mello<sup>148</sup>.

Durante o Reinado de D. Maria I vai-se dar uma reversão nas reformas Pombalinas no que diz respeito à censura. Sendo a Rainha uma mulher extremamente religiosa, achou por bem que se deveria restaurar à Igreja os poderes de censura que possuía antes do Reinado de D. José I. Assim, pela Carta de Lei Fundamental de 21 de Junho de 1787, fez substituir a Real Mesa Censória pela *Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros*, a quem atribuiu os poderes censórios.<sup>149</sup>

Com o advento do liberalismo várias são as tentativas Constitucionais de abolir a censura. Em todas as Constituições Monárquicas era garantido aos portugueses o direito à liberdade de expressão. Assim versava a primeira *Constituição Política da Monarchia Portuguesa* de 1822:

#### *Título I*

#### *Capítulo Único*

#### *Artigo 7*

*A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Portuguez pode consequentemente, sem dependencia de censura previa,*

---

<sup>147</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José*, Colecção Reis de Portugal, Vol. XXV, Círculo de Leitores, Mem Martins, Setembro-Outubro 2006, p. 204.

<sup>148</sup> Cfr. SARAIVA, José Hermano, *História concisa de Portugal*, 24ª Edição, Publicações Europa-América, Colecção Saber, Outubro 2007, p. 252.

<sup>149</sup> DELGADO DA SILVA, António, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações*, Typografia Maigrense, Lisboa, 1828. Uma cópia digital está disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=109&id\\_obra=73&pagina=682](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=109&id_obra=73&pagina=682).

*manifestar suas opiniões em qualquer matéria, comtanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar.*<sup>150</sup>

Apesar da brevíssima vigência dessa Constituição, a *Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa*, outorgada pelo Rei D. Pedro IV em 1826, e que se mantém até hoje como a Constituição Portuguesa que mais tempo vigorou, continuava a garantir esses direitos aos Portugueses. Assim, lia-se no seu *Título VIII*:

*Artigo 145. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Portuguezes, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, he garantida pela Constituição do Reino, pela maneira seguinte.*

*(...)*

*§. 3. Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escriptos, e publica-los pela Imprensa sem dependencia de censura, com tanto que hajão de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio d'este direito nos casos, pela forma, que a Lei determinar.*<sup>151</sup>

Também a breve *Constituição Política da Monarchia Portuguesa*, de 1838, manteve os direitos das suas antecessoras. Lia-se nela:

### *Título III*

#### *Capítulo Único*

*Artigo 13.º Todo o Cidadão póde communicar os seus pensamentos pela imprensa ou por qualquer outro modo, sem dependencia de censura prévia.*

*§1.º A lei regulará o exercicio deste direito; e determinará o modo de fazer effectiva a responsabilidade pelos abusos nelle commettidos.*<sup>152</sup>

---

<sup>150</sup> **Constituição Política da Monarchia Portuguesa**, Imprensa Nacional, Lisboa, 1822, in *Constituições Portuguesas 1822 | 1826 | 1838 | 1911 | 1933*, Edições da Assembleia da República, Lisboa, 2009, p. 13.

<sup>151</sup> **Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa**, Imprensa Regia, Lisboa, 1826, in *Constituições Portuguesas 1822 | 1826 | 1838 | 1911 | 1933*, Edições da Assembleia da República, Lisboa, 2009, p. 139.

<sup>152</sup> **Constituição Política da Monarchia Portuguesa**, Imprensa Nacional, Lisboa, 1838, in *Constituições Portuguesas 1822 | 1826 | 1838 | 1911 | 1933*, Edições da Assembleia da República, Lisboa, 2009, p. 151.

O que se observa é sempre o cuidado em garantir a liberdade de expressão. No entanto é de notar que, enquanto nas duas primeiras Constituições, tal liberdade de expressão era garantida “aos Portuguezes”, na Constituição de 1838 esta era garantida aos “cidadãos”. Ora, como é sabido, até ao século XX, nem todos tinham direito ao estatuto de “cidadãos”. E aqueles que o tinham, eram aqueles que pouco protestavam com o Governo, já que se encontravam nas classes mais abastadas do Reino.

Assim sendo, e dada a extrema instabilidade que se fazia sentir nos tempos da Monarquia Constitucional, não espanta que a censura tenha permanecido, não obstante os direitos constitucionais dos portugueses. Basta lembrar que este foi o período das Guerras Liberais e do surgimento do Partido Republicano, uma época onde a instabilidade política era permanente. Ainda assim, e curiosamente, não foi uma época de acentuada censura – salvo alguns períodos excepcionais – tendo-se assistido ao crescimento significativo do jornalismo quer de opinião, quer de informação<sup>153</sup>. Mas era também uma época onde mais de metade da população não sabia ler ou escrever. Como tal, os efeitos da existência desse incremento na produção jornalística e de pasquins de opinião são relativos e restritos às camadas instruídas da população que eram ainda uma minoria.

No dealbar do século XX a Monarquia acabou por ser derrubada, mas a censura não.

A I República, a princípio, aboliu a censura, que se agravara especialmente nas últimas décadas da Monarquia, com a ditadura de João Franco.

Quando, depois de em 1908 terem assassinado o Rei D. Carlos e o Príncipe herdeiro, Luís Filipe, os republicanos assaltam definitivamente o poder e derrubam a Monarquia a 5 de Outubro de 1910, trouxeram com eles uma nova Constituição para a recém-inventada “República Portuguesa”.

Nela, à semelhança das Constituições do Reino, era reiterado o direito à liberdade de expressão. Assim, lia-se:

## *Título II*

### *Artigo 3º*

---

<sup>153</sup> Cfr. **SARAIVA**, José Hermano, *História concisa de Portugal*, 24ª Edição, Publicações Europa-América, Coleção Saber, Outubro 2007

*13.º A expressão do pensamento, seja qual fôr a sua forma, é completamente livre, sem dependencia de caução, censura ou autorização previa, mas o abuso d'este direito é punivel nos casos e pela forma que a lei determinar.*<sup>154</sup>

Mas nem a I República viria a escapar ao canto de sereia da censura. E como tal, no meio do pandemónio que foi a primeira experiência republicana em Portugal, e para tentar silenciar as críticas dos monárquicos e de todos os que não tinham apoiado a revolução, a censura é reinstaurada em 1912, proibindo-se qualquer tipo de “insulto” ou crítica às instituições republicanas. Os republicanos, que nunca haviam visto a sua voz silenciada na Monarquia, tratavam agora de silenciar a oposição e persegui-la.

Assim, através de uma Lei de 9 de Julho de 1912, o Congresso da República decreta o seguinte:

*Artigo 1.º As autoridades judiciais, administrativas e policiais poderão apreender ou mandar apreender os periódicos, cartazes, anúncios, avisos, e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos ou publicações que forem expostos à venda, ou por qualquer modo distribuídos ou afixados ou expostos em quaisquer lugares públicos:*  
(...)

*b) Que contenham ultraje às instituições republicanas, e injúria, difamação ou ameaça contra o Presidente da República no exercício das duas funções ou fora dêle (...)*

*c) Que sejam pornográficas; ou*

*d) Que sejam redigidas em linguagem despejada e provocadora contra a segurança do Estado, da ordem e da tranquilidade pública.*<sup>155</sup>

Repare-se especialmente na alínea b) que consubstancia um caso evidente de censura. Torna-se proibido “ultrajar” as instituições da República. O termo “ultrajar” tem muitos sinónimos, mas todos eles expressam uma forma de desagrado para com algo. E a

---

<sup>154</sup> **Constituição Política da República Portuguesa** in *Constituições Portuguesas 1822 | 1826| 1838 | 1911 | 1933*, Edições da Assembleia da República, Lisboa, 2009, p. 184.

<sup>155</sup> **Diário do Governo** n.º 164 – Ano 1912, Segunda-feira 15 de Julho, <http://www.dre.pt/pdfgratis/1912/07/16400.pdf>, p.2513.

República, no meio do rebuliço que a caracterizou, tentou pôr fim à oposição monárquica ou de todos os que não se reviam nela, proibindo-os de “ultrajar” as suas instituições.

Tal como até então, a censura era usada como forma de controlar o povo. Demasiadas ideias geram demasiada confusão. E a confusão é inimiga daqueles que pretendem permanecer no Poder.

## 1.2. A Revolução Nacional, Salazar e a censura na II República

Quando a 28 de Maio de 1926 se dá a Revolução Nacional, a censura é oficialmente abolida pela nova Lei da Imprensa aprovada no Decreto nº 11839 de 5 de Julho, sendo mantida apenas nos termos em que o era na I República, ou seja, não eram permitidas publicações que ofendessem as instituições republicanas. Depois o Professor Doutor Oliveira Salazar chega à Presidência do Conselho de Ministros.

Profundamente religioso<sup>156</sup>, o novo Presidente do Conselho sempre se mostrara contrário a todas as instituições da democracia. Assumia-se como anti-liberal, anti-democrata e anti-parlamentar. Dizia ele: “Somos anti-democratas, porque a nossa democracia, que aparentemente se apoiava no povo e pretendia representá-lo, chegou ao ponto de não se lembrar do povo a não ser no momento das eleições(...)”<sup>157</sup>. Em coerência, acabou com uma das formas essenciais expressão de opiniões em democracia - os partidos políticos – até porque “dar liberdade de acção aos antigos partidos era permitir-lhes corromper a opinião pública e entravar toda a acção eficaz, através dos seus partidários e dos funcionários da sua devoção”<sup>158</sup>.

Quando é plebiscitada e aprovada a nova *Constituição Política da República Portuguesa* a 19 de Março de 1933, e com ela é instaurado o Estado Novo, a censura, que havia sido reinstaurada ainda em 1926, não foi sequer mencionada. Pelo contrário. O próprio texto da Constituição era averso a qualquer tipo de censura, tal como hoje, ao prever no seu Artigo 8º:

*Constituem direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos portugueses; (...)*

*4.º - A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma;”*

---

<sup>156</sup> De recordar que o Presidente do Conselho estudou num Seminário e esteve para ser ordenado. Sobre a religiosidade do Professor Doutor Oliveira Salazar, veja-se por exemplo, o que o Professor escreveu em 1908, no Seminário. Vide **SALAZAR**, António de Oliveira, “Oração” in **BRAGA DA CRUZ**, Manuel (org.), *Inéditos e Dispersos – I – Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Bertrand Editora, 1997, pp. 31-43.

Sobre o percurso académico e os estudos religiosos de Salazar, vide **RIBEIRO DE MENEZES**, Filipe, *Salazar: Uma Biografia Política*, 2ª Edição, Publicações Dom Quixote, Alfragide, 2012, p.25 e ss.

<sup>157</sup> **SALAZAR**, António de Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Atomic Books, 2007, p. 56.

<sup>158</sup> **SALAZAR**, António de Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Atomic Books, 2007, p. 31.

No entanto a diferença estava nos parágrafos 1 e 2 onde se lia:

*§ 1º (...) os cidadãos deverão sempre fazer uso deles sem ofensa dos direitos de terceiros, nem lesão dos interesses da sociedade ou dos princípios da moral.*

...bem como:

*§ 2º Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão de pensamento, de ensino, de reunião (...) devendo, quanto à primeira, impedir, preventiva ou repressivamente, a perversão da opinião pública (...) e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos.*

Estes dois parágrafos eram o suficiente para justificar a censura daquilo que o Professor Salazar considerava as “grandes heresias” daquele tempo, ou seja, o comunismo, o liberalismo, a democracia. Afirmou-se o Presidente do Conselho “(...) *contra todas as grandes heresias do nosso tempo, tanto mais que não há prova de existir um único lugar no mundo onde a liberdade para propagar tais heresias tenha constituído uma fonte de bem (...)*”<sup>159</sup> e dizia que “*por mais longe que pudéssemos ir na nossa tolerância para com as divergências doutrinárias (...) somos forçados a dizer que não reconhecemos liberdade contra a nação, contra o bem-comum, contra a família, contra a moral*”.<sup>160</sup>

Com um Estado fundado neste pensamento é fácil admitir a existência da censura. Aliás, é uma consequência lógica do próprio texto legal a necessidade de criação de uma entidade que faça cumprir os ditames da Lei Fundamental.

Surge assim a Direcção dos Serviços de Censura, sob a dependência do então Secretariado Nacional de Informação. Esta direcção, dividida em Comissões de Censura espalhadas pelo país, tinha como objectivo zelar pela preservação do Regime. Todos sabiam que existia a censura, era oficial. Afinal havia temas que o Professor Salazar sempre deixara muito claro não serem passíveis de discussão:

---

<sup>159</sup> **SALAZAR**, António de Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Atomic Books, 2007, p. 51-52.

<sup>160</sup> **SALAZAR**, António de Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Atomic Books, 2007, p. 87.

*“Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o dever de trabalhar.”<sup>161</sup>*

Quando em 1974 se dá o golpe que viria a pôr fim ao Estado Novo, Salazar já estava afastado do poder. No seu lugar estava agora o Professor Doutor Marcello Caetano, homem do regime e respeitado professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Com ele já se tinha observado uma primeira tentativa de abertura do regime, naquela que ficou conhecida como “Primavera Marcelista”.

O Professor Marcello Caetano pretendia uma “evolução na continuidade”, um Salazarismo sem Salazar. Mas tal não era possível e como *“ao fim de treze anos de luta em terras do ultramar, o sistema político não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina”<sup>162</sup>* que levasse à paz, o descontentamento dentro das próprias Forças Armadas foi crescendo.

Por isso, na madrugada de 25 de Abril, os militares deram início a um golpe de Estado que visava “revolucionar” o País e torná-lo uma democracia.

Como qualquer democracia, Abril prometeu ao povo de Portugal a liberdade de expressão efectiva, a liberdade de imprensa sem qualquer censura prévia, a liberdade de associação, o fim da repressão política, o fim da Guerra por África e o fim da miséria. No fundo, em termos propagandísticos, soube jogar com aqueles que eram os desejos imediatos de alguns portugueses.

O Golpe, esse, foi liderado por um grupo de homens que se denominou de “Movimento das Forças Armadas”, ou MFA, que viria ele próprio a estabelecer um programa que pretendia seguir. É este programa que viria a servir de base àquela que seria a futura Constituição de 1976.

### **1.3. O Programa do MFA e as promessas de Abril**

Para que o golpe não caísse num vazio ideológico, o próprio MFA. tinha um programa. Um plano para Portugal, baseado numa suposta legitimidade adquirida por uma presunção de representação do povo português. Mas teria essa legitimidade?

---

<sup>161</sup> SALAZAR, António de Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Atomic Books, 2007, p. 127.

<sup>162</sup> **Programa do MFA**, Centro de Documentação 25 Abril da Universidade de Coimbra, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-1.HTM>, consultado a 14 de Dezembro de 2012 às 03:33.

*“(...)na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo Português(...)”*<sup>163</sup> lê-se no preâmbulo do Programa.

Em democracia, essas aspirações são traduzidas através do voto. No caso do MFA tal não sucede. Poder-se-á dizer que a legitimação por parte do Povo proveio da aclamação? Bom, talvez, mas o programa foi elaborado em segredo antes do golpe de Estado e, portanto, também a aclamação afasta a legitimação popular desse programa. Além disso, quem diz que a adesão popular que se fez sentir junto ao Quartel do Carmo, onde o Presidente do Conselho Marcello Caetano se encontrava, era uma efectiva manifestação de apoio ao golpe e ao seu programa (que até então era desconhecido)? Como podemos afirmar que a maioria não estaria lá mais por curiosidade? Afinal estavam a ocorrer grandes tumultos num País onde nunca se passava nada.

Resta-nos portanto concluir que o MFA e o seu programa não foram legitimados pelo povo que nunca sobre ele se pronunciou, nem antes nem depois do Golpe. Constitui por isso um movimento rebelde nascido no seio da instituição militar legitimado apenas pela força das armas.

Mas, independentemente da legitimidade ou não e das verdadeiras intenções dos revoltosos, o programa apresentava – depois dos artigos referentes à destituição do próprio Chefe de Estado (e Comandante Supremo das Forças Armadas, lembre-se), do Governo e dos altos cargos da Administração Pública - uma série de medidas que visavam o estabelecimento de uma nova Ordem e a restituição de liberdades que, diziam, tinham sido sonegadas ao povo pelo anterior regime.

Entre essas medidas estavam a extinção de todas as organizações nacionais como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa – que serviam para enquadrar os cidadãos na ideologia do regime, restringindo a liberdade de pensamento – bem como a extinção da DGS (antiga PIDE), órgão de polícia que visava a supressão da oposição – *Secção A al. c)* do Programa.

No Programa do MFA, dizia-se ainda que se libertava todos os presos políticos – *al. f)* – e se abolia, finalmente, a censura e o exame prévio – *al. g)* – não obstante a criação de uma comissão “*ad hoc*” para controlar os media, de forma a salvaguardar “os segredos militares” e “evitar perturbações da ordem pública”.

Veja-se, logo aqui, como o gene da censura sobrevive, tal como acontecera desde sempre. Abole-se a censura enquanto organismo estruturado mas mantém-se uma minicensura, tal como acontecera ao longo da História, sempre que se anunciou o fim da mesma.

---

<sup>163</sup> **Programa do MFA**, Centro de Documentação 25 Abril da Universidade de Coimbra, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-1.HTM>, consultado a 14 de Dezembro de 2012 às 02:41.



Seria depois criado um Governo Provisório ao qual competiria promover, ainda antes da eleição da Assembleia Nacional Constituinte, a aplicação de medidas que restabelecessem a liberdade de reunião e associação – *nº 5 al. b)* – bem como o restabelecimento da liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma – *n.5 al. c)* do Programa do MFA.

O que podemos extrair daqui? Bom, uma análise completa ao documento releva-nos que a principal preocupação estava mais em pôr fim ao antigo poder e especialmente à luta pelas províncias ultramarinas. Os direitos, liberdades e garantias – onde está a liberdade de expressão - foram tidos em conta mas não como parte fulcral do programa. Viriam contudo a ganhar relevância num outro local: a nova Constituição. Mas essa só chegaria depois de um período atribulado que ficou conhecido como PREC – Período Revolucionário Em Curso – e depois de reunida uma Assembleia Constituinte.

#### 1.4. A Constituição da República Portuguesa de 1976

Quando em 1976 é aprovada a nova Constituição da República Portuguesa (doravante abreviada para CRP) pela maioria da Assembleia Constituinte (o CDS não votou a favor da Constituição), termina por fim o Estado Novo (uma vez que a Constituição de 1933 havia ficado parcialmente em vigor). Dele restam os Códigos legislativos a vigorar nas partes em que não fossem considerados contrários à nova ordem. Mas pouco mais.<sup>164</sup>

A nova Constituição veio também ela assumir, logo no seu preâmbulo, o mesmo que o programa do MFA assumia, ou seja, que este movimento “*coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista*”<sup>165</sup> e também ela reiterava as promessas do Movimento, sendo o objectivo do golpe “*libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo*”<sup>166</sup>.

Não resistiu contudo a ficar “infectada” com o vírus programático daqueles que fizeram o golpe e acabou mesmo por assumir, como objectivo da democracia que instaurava, a transformação da sociedade portuguesa numa “*sociedade socialista*” que teoricamente iria construir um “*país mais livre, mais justo e mais fraterno*”<sup>167</sup>.

Assim, assume-se Portugal como um País onde vigora o Estado de Direito Democrático – *artigo 2º CRP* – baseado na pluralidade de ideias e no respeito pelos direitos, liberdades e garantias, considerados direitos fundamentais de todos e para todos (princípios da universalidade e igualdade – *artigos 12º e 13º CRP*) sendo agora esses direitos

---

<sup>164</sup> Vide artigo 290º n. 2 da Constituição. **Constituição da República Portuguesa**, Edição 2005, Almedina, Coimbra, 2005.

<sup>165</sup> **Constituição da República Portuguesa**, Edição 2005, Almedina, Coimbra, 2005.

<sup>166</sup> **Constituição da República Portuguesa**, Edição 2005, Almedina, Coimbra, 2005.

<sup>167</sup> Preâmbulo da Constituição da República Portuguesa. **Constituição da República Portuguesa**, Edição 2005, Almedina, Coimbra, 2005, p.7.

fundamentais apenas passíveis de restrição quando a própria Lei Fundamental o declare e na estrita medida do necessário – *artigo 18º n.2 CRP*<sup>168</sup>.

E de facto a Lei Fundamental prevê a possibilidade de algumas restrições à liberdade de expressão, reunião, manifestação e associação, nomeadamente no que toca aos direitos dos militares em serviço efectivo – *artigo 270º CRP*.

Não estamos portanto perante direitos intocáveis. Novamente, a democracia tem limites. Mas se, no caso dos militares no activo essa restrição se entende, a Lei não permite mais. Só em casos muito excepcionais é possível suspender certos direitos de forma geral, mas nenhum desses direitos que são passíveis de ser restritos são os de expressão e opinião. Aliás o artigo 19º n.1 da Constituição é explícito ao dizer que:

*Os órgãos de soberania não podem, conjunta ou separadamente, suspender o exercício dos direitos, liberdades e garantias, salvo em caso de estado de sítio ou de estado de emergência, declarados na forma prevista na Constituição.*

Esta norma é, diga-se, semelhante ao artigo 1º da Constituição de 1933. Já no que à liberdade de expressão diz respeito, consagra o artigo 37º n.1 da CRP que:

*Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.*

e no n.2 que

*O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.*

Para que essa censura não exista, a Constituição garante a liberdade de imprensa (artigo 38º n.1); a liberdade de culto (artigo 41º); de criação cultural (artigo 42º); de reunião, manifestação e associação (artigo 45º e 46º); bem como o direito a participar na vida pública directa ou indirectamente (artigo 48º).

---

<sup>168</sup> Sobre a interpretação deste artigo a doutrina diverge, mas não abordaremos esse assunto aqui por fugir ao escopo desta dissertação. Para mais detalhe sobre o tema ver **MIRANDA**, Jorge, *Manual de Direito Constitucional – Tomo IV: Direitos Fundamentais*, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2000.

Mas será que é mesmo assim? Será que há mesmo esta liberdade toda?

### 1.5. As “purgas” da democracia

Derrubada a II República, à III República não lhe chegou a cristalização constitucional da proibição de uma ideologia que apoiasse o antigo regime ou ideias vagamente parecidas, como veremos no subcapítulo seguinte. Abril tinha de apagar por completo a memória do Professor Doutor Oliveira Salazar, mesmo que este nunca tenha sido dado ao culto da sua imagem. Contudo era uma Era que tinha terminado. E no fervor dos tempos novos, impôs-se nas mentes de então, a ideia de que seria necessário eliminar tudo o que pudesse ser considerado como uma memória glorificante do regime deposto.

Assim a primeira coisa a ser destruída foram as estátuas do Professor Salazar. Aquela<sup>169</sup> que existia em Santa Comba Dão, local de nascimento do Estadista, em frente ao Tribunal, foi alvo de dois atentados. Um primeiro por vandalismo logo em 1974 e um outro, em 1978, à bomba, que lhe arrancou a cabeça<sup>170</sup>. Já a estátua que se encontrava no pátio interior do Palácio da Foz em Lisboa foi embrulhada num pano negro no dia 28 de Maio de 1974 (data da Revolução Nacional que instaurara a II República) pelo Movimento Democrático de Artistas Plásticos<sup>171</sup>. Também a estátua do Marechal Óscar Carmona, antigo Presidente da República, que se encontrava no Campo Grande em Lisboa foi derrubada.

Depois foi a vez de os bairros habitacionais, tendo o Bairro Doutor Oliveira Salazar, mandado construir pelo Ministro Duarte Pacheco, passado rapidamente a “Bairro do Alvito”, e de as ruas passarem a ter nomes de “heróis da revolução” ou então, simplesmente, passarem a conter a data do golpe.

Seguiram-se os Estádios, tendo o Estádio da Frente Nacional Alegria no Trabalho, em Alvalade, passado a chamar-se “Estádio 1º de Maio”. A própria FNAT passou então a denominar-se INATEL. O antigo Estádio 28 de Maio em Braga passou também ele a chamar-se “Estádio 1º de Maio”.

E, por fim, as pontes, sendo o caso mais emblemático o da Ponte Salazar, que no registo é, na verdade, denominada *Ponte Sobre o Tejo*, mas que foi imediatamente renomeada como “Ponte 25 de Abril”. No que toca à agora conhecida como “Ponte de Vila Franca de Xira” foi a única que conservou o nome oficial de Ponte Marechal Carmona,

---

<sup>169</sup> Vide Anexo I, figura 1.

<sup>170</sup> LUSA/SOL, “Monumento aos «heróis do Ultramar» onde já esteve estátua Salazar gera críticas”, in Semanário SOL, 2010/05/12, [http://canais.sol.pt/paginainicial/sociedade/interior.aspx?content\\_id=172185](http://canais.sol.pt/paginainicial/sociedade/interior.aspx?content_id=172185), consultado a 27 de Janeiro de 2013 às 02:50.

<sup>171</sup> Vide Anexo I, figura 2.

provavelmente porque já antes do golpe de Estado era chamada de Ponte de Vila Franca e não Ponte Marechal Carmona.

Por todo o País o pós-golpe foi tempo de purgas. Ruas, bairros, estátuas, pontes, estádios, edifícios, tudo o que pudesse mencionar o antigo regime tinha de desaparecer.

Resta a pergunta: será isto um acto democrático? Não é isto, censura? Não deveriam estas alterações ter sido submetidas a consulta popular? A explicação para a legitimidade destes actos só pode residir no tumulto pós-“revolução”, quando as instituições estavam ainda a ser reestruturadas e o futuro do País era incerto, com os comunistas de um lado a tentar transformar o País numa República Socialista ao estilo da União Soviética e os democratas do outro lado a tentar conduzir o país no rumo das democracias europeias.

As purgas dos monumentos não foram, assim, mais que mera censura à História e ao Regime que cessava. Foram actos realizados por aqueles com poder que destruíram obras artísticas com base em julgamentos políticos.

Mau augúrio para a recém-criada Democracia.

## **1.6. Portugal moderno: a censura nos dias de hoje**

Falámos sobre a censura no Reino de Portugal, na I República, no Estado Novo, falámos sobre a censura no período de implantação da III República.

Resta-nos agora questionar se, como definimos no início deste trabalho, ainda subsistem, em Portugal, *actos realizados pelo Estado ou por organismos revestidos de ius imperii, que limitam, condicionam ou suprimem qualquer forma de expressão, tendo como única base decisões fundadas em julgamentos morais, políticos, e/ou em interesses privados dos detentores do poder.*

### **1.6.1. Censura ideológica: Os “fascistas” e a Lei 64/78 de 6 de Outubro**

Não obstante todas as garantias dadas pela Constituição no que toca à democracia e à liberdade de expressão e opinião, a própria CRP, fruto da infecção ideológica de que falámos supra, não resistiu a inserir uma norma puramente ideológica (entre as muitas que possuía) no seu texto, acabando por restringir uma série de direitos fundamentais e violar o próprio princípio da igualdade que dizia defender.

Assim, numa atitude claramente contrária ao espírito democrático que proclama, estipula o seguinte:

#### Artigo 46º

(...)

4. Não são consentidas (...) organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

Esta norma, resultante da atitude persecutória pós-25 de Abril, permanece ainda hoje na CRP. E o que ela nos diz basicamente é que, para a III República, a liberdade de pensamento e de opinião só é aceite enquanto se conformar com a opinião da elite governante e reinante.

A *demokratia*, o governo do povo, desaparece sempre que der jeito ao poder instalado e assim, nas palavras de Paulo Otero,

*“(...)uma “divinização” do princípio maioritário, elevado à categoria de fonte de verdade expressa na lei, acaba por fazer sucumbir às suas próprias mãos a democracia, assistindo-se à instauração de um totalitarismo democraticamente legitimado.”*<sup>172</sup>

Num sistema onde há efectiva liberdade de expressão esta norma constitucional é inaceitável. Se a proibição de organizações paramilitares é compreensível à luz do princípio da segurança, e a proibição de organizações racistas segue a tendência Europeia pós-Segunda Guerra Mundial e é vista à luz do princípio da igualdade entre os Homens, a proibição de determinada ideologia continua a não ser compreensível.

É, como dissemos, um atentado em primeiro lugar contra as liberdades de pensamento, expressão e associação, liberdades que a III República diz defender. E em segundo lugar atenta contra o próprio princípio da igualdade. Se a *ratio legis*<sup>173</sup> fosse a proibição de ideologias de cariz extremista e totalitário por se entender, quiçá, que a influência das mesmas pudesse colocar em causa a paz pública, então também deveriam proibir os partidos comunistas e de extrema-esquerda. Tal não acontece.

Há ainda um outro detalhe na norma que permite o silenciamento “democrático” de qualquer organização: o termo “fascista”.

---

<sup>172</sup> OTERO, Paulo, *A Democracia Totalitária: Do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária*, 1ª Edição, Princípia, 2001, p. 172.

<sup>173</sup> Isto é, a razão de ser da Lei.

Se, como vimos, na Alemanha e na Áustria a legislação é inequívoca a identificar qual a ideologia que é proibida – o nacional-socialismo – a CRP, ao usar o termo “fascista”, fá-lo sem o mínimo de consideração pelo verdadeiro significado do termo<sup>174</sup>. Pelo contrário, visa com ele abarcar toda e qualquer ideologia de Direita mais conservadora. Aliás, a Constituição deixa a concretização do que se entende por “fascista” para uma Lei ordinária, facilmente alterável no Parlamento por qualquer maioria simples dos deputados. O que se afigura um expediente perigoso, dada a facilidade com que o conceito poderá ser manipulado.

Até hoje, a pressão psicológica da CRP parece ter surtido efeito, mas há que recordar os casos de partidos como o Movimento de Acção Nacional (M.A.N.) que acabou extinto depois de acusarem membros do mesmo de assassinar um cidadão africano. E o próprio Tribunal Constitucional ponderou, a quando da transformação do antigo P.R.D. de Ramalho Eanes, no novo P.N.R (Partido Nacional Renovador), se o mesmo não poderia constituir uma associação de cariz fascista<sup>175</sup>.

Mas o que entende então a Lei por “*fascismo*”?

O texto Constitucional em si não responde a esta pergunta, mas o preenchimento do sentido do termo é feito na Lei 64/78 de 6 de Outubro<sup>176</sup>. Ela considera “fascistas” organizações

*(...)que, pelos seus estatutos, pelos seus manifestos e comunicados, pelas declarações dos seus dirigentes ou responsáveis ou pela sua actuação, mostrem adoptar, defender, pretender difundir ou difundir efectivamente os valores, os princípios, os expoentes, as instituições e os métodos característicos dos regimes fascistas que a História regista, nomeadamente o belicismo, a violência como forma de luta política, o colonialismo, o racismo, o corporativismo, ou a exaltação das personalidades mais representativas daqueles regimes. (artigo 3º n.1)*

---

<sup>174</sup> A verdade é que o “Fascismo”, ao contrário do Nacional-Socialismo, nunca foi verdadeiramente teorizado pelos seus criadores. Como tal, os historiadores decidiram defini-lo com base nas acções e ideias de Mussolini. Na Lei Fundamental, o termo é utilizado, como diz Michael E. Newton, para denegrir opositores políticos, algo que é confirmado pela concretização que depois a Lei dá ao termo usado na Constituição. Sobre o tema da não teorização do Fascismo, Cfr. **NEWTON**, Michael E. *The Path to Tyranny: A history of free society's descent into tyranny*, 2ª Edição, Eleftheria Publishing, 2010, pp. 155-182.

No mesmo sentido, em Portugal, Cfr. **MARQUES BESSA**, António, **NOGUEIRA PINTO**, Jaime, *Introdução à Política – Tomo I – O Poder na História*, Editorial Verbo, 1999.

<sup>175</sup> **Acórdão do Tribunal Constitucional** nº250/00, processo nº32/PP, 2ª Secção, disponível em <http://w3b.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20000250.html>, consultado a 20 de Dezembro de 2010.

<sup>176</sup> **Diário da República**, Série I, nº 230, sexta-feira 6 de Outubro de 1978, <http://dre.pt/pdf1sdip/1978/10/23000/20792080.pdf>, pp.2079-2080.

Uma análise deste texto permitir-nos-á perguntar se, por acaso, as associações de cariz Marxista não exaltam também as personalidades da sua história (Marx, Lenine, Estaline, etc...) e se aquelas não usaram também a violência como forma de luta (a execução dos Czares da Rússia, a guerra de guerrilha de Fidel Castro...).

E depois há, claro, o uso indiscriminado do termo “fascista” estendendo-o não só ao verdadeiro regime fascista de Benito Mussolini, mas também “colocando no mesmo saco” o Nacional-Socialismo de Adolf Hitler, o Franquismo espanhol e o Estado Novo do Professor Doutor Oliveira Salazar. A Lei ignora que, historicamente, *Fascismo* há só um, e o termo denomina o tipo de regime que vigorou, única e exclusivamente, em Itália<sup>177</sup>.

Falha, portanto, a compreensão de que o regime que vigorava em Portugal, e que os golpistas procuravam perseguir, não era um regime fascista. O Professor Salazar referiu-se a ele como um Estado “*profundamente nacional, popular mas não demagógico, representativo mas antidemocrático, forte mas não tirânico nem absorvente*”<sup>178</sup> e os factos apontam, de facto, para essa prática, não tendo Portugal aderido ao culto divino do líder, nem às grandes paradas do partido do Estado, nem tampouco foram os portugueses consumidos pela máquina do Estado, vivendo em função dela, como aconteceu na Itália Fascista. O regime foi construído por Salazar e à imagem de Salazar, simplesmente porque teve origem num golpe militar e foram os militares que lhe entregaram as rédeas do Poder. Ao contrário de Hitler e Mussolini, o Professor Salazar não chegou ao Governo através de um partido político nem através de eleições. Foi convidado pelos militares e pelos militares mantido.

E se é verdade que existiam alguns pontos de contacto entre o Salazarismo e o Fascismo, como a concentração de poderes no Governo e o corporativismo, estes aspectos não tiveram origem no Fascismo Italiano nem foram influenciados por ele. Quanto às diferenças entre o Salazarismo e o Nazismo são tão abissais que nos vamos escusar aqui a referi-las, dizendo simplesmente que o Nazismo era anti-religioso e o Salazarismo era profundamente Católico (já que o próprio regime possuía raízes no catolicismo social<sup>179</sup>), aspecto que, podendo parecer insignificante, é a base de uma miríade de diferenças, a começar pela forma como ambos os regimes olhavam para o Ser Humano.

---

<sup>177</sup> Cfr. **NEWTON**, Michael E. *The Path to Tyranny: A history of free society's descent into tyranny*, 2ª Edição, Eleftheria Publishing, 2010, pp. 155-182.

<sup>178</sup> Cfr. **SALAZAR**, António de Oliveira, “*A Constituição das Câmaras na Evolução da Política Portuguesa*” in Discursos (1928-1934), I, Coimbra, 1935, págs. 378-379.

<sup>179</sup> Cfr. **MARQUES BESSA**, António, **NOGUEIRA PINTO**, Jaime, *Introdução à Política – Tomo I – O Poder na História*, Editorial Verbo, 1999, p.163.

O regime português não era, portanto, ao contrário do apelido que a Constituição de 1976 lhe deu, fascista. Foi um regime de “*natureza híbrida*”<sup>180</sup>. Um regime autoritário de Direita mas de inspiração Católica. Dificilmente “fascista” na definição que a História lhe deu.

Posto isto, já se vê que a norma do artigo 46º n.4 não pode ser tida como democrática. Primeiro porque nega uma ideologia (que, como vimos, são de facto várias ideologias) com base nos preconceitos de quem fez o golpe de Estado; segundo porque recusa a livre associação a qualquer grupo de cidadãos que não comungue das ideias dominantes; terceiro porque viola o mais básico direito fundamental de uma sociedade democrática que é a liberdade de pensamento, expressão e reunião.

Observa-se assim uma visível obstrução à democracia, petrificada na Lei Fundamental de um Estado, com vista à supressão de qualquer “saudosismo” ou tentativa de mudar o regime vigente, buscando reprimir-se qualquer ideia ou opinião que possa ser mais favorável ao anterior regime ou mesmo à própria pessoa do Professor Salazar.

Veja-se, por exemplo, a reacção da ex-deputada do Partido Comunista Português, Odete Santos, quando, num concurso de televisão destinado a eleger, através do voto dos telespectadores, aquele que teria sido “o maior português de sempre”, a vitória foi do Professor Oliveira Salazar (com 41% dos votos) em detrimento do ex-líder comunista Álvaro Cunhal (que ficou em 2º lugar com 19.1%)<sup>181</sup>. A ex-deputada começou a vociferar contra a vitória dizendo que a mesma, resultado de uma eleição livre, era uma apologia ao Fascismo e proibida pela Constituição<sup>182</sup>. O Partido Comunista aliás, como a própria ex-deputada afirma, até tentou impedir que a figura do ex-Presidente do Conselho fosse a votos, exercendo pressão junto da RTP, mesmo depois de, na altura, a RTP, por iniciativa própria e depois de ver que os espectadores estavam todos a votar no Professor Salazar para finalista, o ter retirado do concurso só o tendo recolocado quando uma onda de polémica se gerou em torno do tema.

Ao contrário de Países Europeus como a Alemanha e a Áustria, Portugal não possui qualquer tipo de Lei que proíba a defesa de ideais ou posse de materiais relacionados com o regime nacional-socialista. Proíbe que tais ideias se tornem em ideologia partidária, mas não proíbe que indivíduos as professem.

No entanto a divulgação da ideologia nacional-socialista pode ser considerada um crime de incitamento ao ódio, previsto e punido pelo artigo 240º do Código Penal. No

---

<sup>180</sup> **NOGUEIRA PINTO**, Jaime, *Salazar visto pelos seus próximos (1946-1968)*, 4ª Edição, Bertrand Editora, Lisboa, 2007, p. 11.

<sup>181</sup> Fonte: **RTP – Rádio e Televisão de Portugal**, <http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/grandesportugueses/>, consultado a 20 de Dezembro de 2011 às 03:22.

<sup>182</sup> O vídeo da eleição, com a reacção da ex-deputada, pode ser hoje revisto no *YouTube* em <http://www.youtube.com/watch?v=hHWtZtXHkq8>. Encontra-se também disponível no DVD apenso a esta Tese com o título “vídeo nº 2”.



entanto, à semelhança da Lei Francesa e ao arrepio das soluções Austro-Germânicas, o nosso Código Penal não persegue uma ideologia específica. Diz ele (sublinhado nosso):

*Artigo 240.º*

*Discriminação racial, religiosa ou sexual*

1—*Quem:*

- a) Fundar ou constituir organização ou desenvolver actividades de propaganda organizada que incitem à discriminação, ao ódio ou à violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, religião, sexo ou orientação sexual, ou que a encorajem; ou*
- b) Participar na organização ou nas actividades referidas na alínea anterior ou lhes prestar assistência, incluindo o seu financiamento;*

*é punido com pena de prisão de um a oito anos.*

2 — *Quem, em reunião pública, por escrito destinado a divulgação ou através de qualquer meio de comunicação social ou sistema informático destinado à divulgação:*

- a) Provocar actos de violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, religião, sexo ou orientação sexual; ou*
- b) Difamar ou injuriar pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, religião, sexo ou orientação sexual, nomeadamente através da negação de crimes de guerra ou contra a paz e a humanidade; ou*
- c) Ameaçar pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, religião, sexo ou orientação sexual;*

*com a intenção de incitar à discriminação racial, religiosa ou sexual, ou de a encorajar, é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.*<sup>183</sup>

---

<sup>183</sup> PIZARRO DE ALMEIRA, Carlota, VILALONGA, José Manuel (org.) *Código Penal Português*, Almedina, Setembro de 2007, p.133.

Ou seja, em Portugal, se a divulgação de ideias neo-nazis for feita através de forma organizada, é punida. Se for feita através de qualquer meio com *intenção* de apelar a actos físicos ou psíquicos, é punida. Mas não o é por ser *aquela* ideologia, é-o por ser uma ideologia que apela à agressão contra outros seres humanos. Assim, se um militante de um partido de esquerda (seja ele socialista, trotskista, maoísta, estalinista, etc.) apelar a actos de discriminação contra outros, também será punido de igual maneira.

No entanto, este tipo de previsão e punição não deve ser vista como censura. Não há qualquer juízo político na previsão e punição de um crime de ódio, na medida em que não se está a apontar baterias a um determinado grupo de pessoas.

Bem diferente é, como vimos, aquilo que a Lei 64/78 de 6 de Outubro faz relativamente a um grupo de ideologias de Direita. Nada, por exemplo, na defesa dos ideais do Estado Novo, contempla qualquer tipo de discurso que possa apelar ao ódio contra Raças ou nacionalidades. E, no entanto, é proibido aos portugueses associarem-se para defender tais valores no jogo político.

Vimos, portanto, que no que toca à ideologia política, a censura ainda existe, baseada em preceitos legais mesmo que inquinados por falta de rigor histórico.

Mas o grave é que 36 anos depois da implantação do regime democrático, ainda existe uma tentação enorme para censurar por parte daqueles que governam. Uma análise à História da democracia portuguesa revela vários casos de censura, poucos exercidos pelo Estado mas quase todos exercidos por influência do Estado. É de alguns desses casos que trataremos de seguida.

### 1.6.2. Censura de conteúdos

À semelhança de outros Países Europeus, também Portugal tem Leis no que toca à disseminação de determinados conteúdos. O Decreto-Lei 254/76 de 7 de Abril de 1976<sup>184</sup>, complementado pelo Decreto-Lei 647/76 de 31 de Julho<sup>185</sup>, com as alterações da Lei 30/2006 de 11 de Julho<sup>186</sup> acautela a distribuição e exibição de conteúdos pornográficos e indecentes, regulando a sua venda e tabelando as penalizações para infracções à respectiva lei. Uma vez que as justificações são semelhantes à dos outros países europeus, vamos escusar-nos aqui a entrar em profundidade na Lei Portuguesa.

Contudo, há um aspecto que gostaríamos de salientar, até por comparação à atitude que, como vimos, existe face ao mesmo tema nos EUA.

---

<sup>184</sup> **Diário da República**, Série I nº83, 7 de Abril de 1976, <http://dre.pt/pdf1sdip/1976/04/08300/07010702.pdf>, pp. 701-702.

<sup>185</sup> **Diário da República**, Série I nº 178, 31 de Julho de 1976, <http://www.dre.pt/pdf1s/1976/07/17800/18371837.pdf>, p.1837.

<sup>186</sup> **Diário da República**, Série I Nº 132, 11 de Julho de 2006, <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/13200/48244835.pdf>, pp.4824-4835.

Em Portugal, a citada Lei onde esse tipo de conteúdos de cariz obsceno é regulado, diz no seu intróito justificativo:

*“A sua edição e a sua venda (de obras pornográficas) em estabelecimentos especializados, a pessoas e por pessoas de maioridade, ou de idade qualificada, é hoje uma prática generalizada no comum dos países (...). Ai da liberdade de expressão e pensamento, no dia em que o Estado se arvora em fiscal da criação artística e da sua procura, ainda que a pretexto de zelo moral ou de defesa dos costumes.”*

Eis a diferença curiosa face especialmente à doutrina americana sobre o tema. Em Portugal a Lei assume claramente as obras pornográficas e obscenas como obras de arte de pleno direito, englobadas na esfera da liberdade de criação. Assim sendo, a produção de obras pornográficas é, em Portugal, à luz da Lei, considerada um exercício da liberdade de expressão, independentemente do quão ofensiva essa obra possa ser. Os limites não são feitos à obra em si mas tão-somente à sua exibição e forma de difusão. Não há, portanto, limites à obscenidade que possa ser produzida, contanto que a mesma respeite as regras para a sua distribuição e, claro está, os limites impostos pela Lei Penal.

Ao contrário dos outros países europeus que vimos, Portugal não possui nenhuma espécie de Comissão de Censura. Existe, sim, um órgão estatal – a Inspeção-Geral das Actividades Culturais – mas trata-se de um órgão cuja competência se limita essencialmente à classificação etária de filmes, tal como acontece nos outros países europeus<sup>187</sup>. No entanto, ao contrário, por exemplo, da BBFC, o IGAC não tem poderes para proibir a difusão de obras, a menos que estas violem a Lei (como, por exemplo, pornografia infantil). E nesses casos, a proibição é de cariz penal e não feita com base em critérios livremente definidos pelo IGAC.

Contudo, em Portugal, assiste-se a um fenómeno curioso. Ao arrepio do que acontece na Europa, os actos de censura (ou, pelo menos, como tal denominados) registados até hoje nunca são, salvo raríssimas excepções, relacionados com conteúdos hipoteticamente considerados pornográficos ou obscenos.

Em Portugal a tendência parece ser a de censurar com base em interesses meramente políticos ou circunstanciais, ainda que disfarçados de actos de abnegada acção de preservação da moral.

---

<sup>187</sup> A classificação em Portugal é feita com base no Decreto-Lei nº 396/82 de 21 de Setembro. Cfr. **Diário da República**, Série I, n.º 219, 21 de Setembro de 1982, <http://www.dre.pt/pdf1s/1982/09/21900/29782981.pdf>, pp.2978-2981.

Vejamos apenas alguns dos casos mais mediáticos e analisemos então se, à luz do conceito de censura por nós proposto, podem ou não ser considerados como tal:

- O Estado Novo nunca gostara de José Vilhena. Os seus desenhos pouco Católicos e muitas vezes propositadamente provocatórios eram o material de que a censura se alimentava, o que o tornou o autor mais censurado da II República<sup>188</sup>. Com a queda do Estado Novo, a chegada da “democracia” e a “abolição” da censura, seria de esperar que Vilhena pudesse começar a publicar as suas obras socialmente provocatórias de forma livre. Seria de esperar, mas não foi assim que sucedeu. Logo em 1974, após a edição de Natal, José Vilhena vê suspensa a sua revista “*Gaiola Aberta*” por 60 dias. O crime? Delito de opinião. José Vilhena ousara criticar a atitude dos comunistas durante o PREC que se vivia. Na Edição de Natal<sup>189</sup> de 15 de Dezembro de 1974, Vilhena colocara na capa dois divíduos com chapéus de cozinheiro - um segurando uma foice e outro um martelo – a correr atrás de um peru que tinha gravado nas penas a palavra “CAPITAL”. Em baixo podia ler-se a legenda “O peru deste Natal”. Ora, com a forte influência do Partido Comunista na época – afinal o 25 de Novembro só ocorreria quase 1 ano depois – os poderes instalados decidiram “repreender” Vilhena pela ousadia. O facto de só o terem feito por 60 dias deveu-se, pelo que pudemos deduzir da pouca informação disponível, à situação de instabilidade política, militar e social de então. Se tivessem ousado censurar o artista – como é também típico dos regimes comunistas – poderiam ter dado um sinal contrário à população que facilmente se colocaria contra o PCP, ajudada certamente pela resistência do antigo regime que aproveitaria para usar o acto como prova de que as promessas do MFA não passavam de propaganda do Partido Comunista. Vilhena não resistiu, ainda assim, a contra-atacar e, quando a revista voltou às bancas em Fevereiro de 1975, o artista adicionou, ao lado do título da revista – “*Gaiola Aberta*” – as palavras “entreaberta”<sup>190</sup>.
- Em 1979, cinco anos depois do golpe que instaura a III República, o cartoonista Augusto Cid viu serem-lhe apreendidos judicialmente 2 livros. Eram eles “*Eanito, el Estático*”<sup>191</sup> e “*O Superman*”<sup>192</sup>. O motivo? Satirizavam o então Presidente da

---

<sup>188</sup> Cfr. **CASTANHEIRA**, José Pedro, “Os 900 livros que a censura proibiu”, in *Expresso*, 2012/04/21, <http://expresso.sapo.pt/os-900-livros-que-a-censura-proibiu=f720543>, consultado a 6 de Janeiro de 2013 às 01:37.

<sup>189</sup> Vide Anexo I, figura 3.

<sup>190</sup> Vide Anexo I, figura 4.

<sup>191</sup> Vide Anexo I, figura 5.

<sup>192</sup> Vide Anexo I, figura 6.

República, General Ramalho Eanes, que, pouco dado a brincadeiras, pediu ao Tribunal que apreendesse as obras e condenasse o cartoonista a pagar-lhe uma indemnização<sup>193</sup>. O efeito da apreensão não foi grande uma vez que havia poucos motivos legais para manter os livros apreendidos mas o autor chegou a ser condenado a uma multa de 200 contos a pagar como indemnização ao Presidente, valor que à data era consideravelmente elevado. Em 1980 também o seu livro “*O último Tarzan*” viria a ser apreendido pelas autoridades, mas a apreensão durou pouco tempo. Este uso dos meios judiciais representa uma forma alternativa de tentar impedir, ou pelo menos condicionar, futuras publicações de um autor através do medo das repercussões jurídicas de algo que pode, eventualmente, ofender alguém. As obras em questão, como disse Cid, “*Eram livros de combate, um bocado panfletários, e apanharam desprevenida a classe política, que não estava preparada para uma crítica tão dura, muito menos Ramalho Eanes, um militar*”<sup>194</sup>. Apesar de se poder levantar a questão dos limites da liberdade de expressão, há que recordar que o *cartoon* é um meio de sátira. Trata-se de humor e como tal não visa, de facto, ofender ninguém. Criticar sim, mas não ofender. Como tal, o uso do poder judicial, neste caso, configura, a nosso ver, um caso de censura indirecta porque, neste caso, aquele que detém o poder para censurar é instrumentalizado para o fazer e não o faz por vontade própria. No caso dos cartoons o que temos é alguém (que neste caso era o próprio Presidente da República) que utiliza os meios judiciais para conseguir que algo seja censurado. Não tendo sido Eanes a censurar directamente Cid, tentou fazê-lo através de terceiros, instrumentalizando o seu direito ao bom-nome para o conseguir.

- Chegam os anos oitenta e chega a vez da televisão. Herman José, reconhecido como o maior humorista português da actualidade, é também o humorista mais vezes censurado. Depois de *O Tal Canal* (1983) e de *Hermanias* (1984), Herman regressa em 1988 à antena do então único canal televisivo com um novo programa: *Humor de Perdição*. Este programa, ao contrário dos anteriores, ficou para a História não tanto pelos personagens dele saídos mas por ter sido a primeira vez que um programa de televisão foi censurado em directo. Viviam-se, em Portugal, tempos de

---

<sup>193</sup> **RALHA**, Leonardo, “Augusto Cid: “Pedi a Eanes para não levarem um cão com problemas de barriga”, in *Correio da Manhã*, 2012/10/14, <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/domingo/augusto-cid-pedi-a-eanes-para-nao-levarem-um-caocom-problemas-de-barriga-com-video>, consultado a 20 de Janeiro de 2013 às 20:57.

<sup>194</sup> **FREITAS**, Helena de Sousa, “Polémicos e censurados: A difícil relação com os poderes” in “*Cartoons de imprensa: a rir se castigam os costumes*”, in *Jornalismo & Jornalistas*, nº37, Janeiro/Março 2009, [http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37\\_6\\_Cartoonsdeimprensa.pdf](http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37_6_Cartoonsdeimprensa.pdf), consultado a 20 de Janeiro de 2013 às 00:57, p.16.

mudança no panorama político. O país acabara de aderir à CEE e pela primeira vez existia um governo com maioria absoluta de um só partido no Parlamento, algo que nunca havia acontecido na jovem III República, e que não se via em Portugal desde o tempo da União Nacional. Com essa maioria veio também uma certa vontade de “mostrar quem manda” e ainda o primeiro episódio de Humor de Perdição não tinha ido para o ar e já o director da RTP, Carlos Pinto Coelho, avisava Herman José que o novo Poder não lhe achava muita graça. Para piorar a situação, o à data Presidente Mário Soares, que nunca tivera uma relação muito boa com o então Primeiro-Ministro Cavaco Silva, decidiu visitar as gravações do programa onde pousou para fotos a rir e a conviver com os actores<sup>195</sup>. Este gesto, obviamente, não pode deixar de ser levado em conta para perceber a atitude de animosidade do Governo perante o programa. Aquilo que mais irritava os poderes de então, ou pelo menos aquilo que davam a entender como motivo de desagrado, era o quadro “Entrevistas Históricas” onde o actor Vítor de Sousa ia entrevistando uma série de personagens da História de Portugal, interpretadas por Herman José. Herman já havia sido, aliás, avisado pela direcção do canal e aconselhado a “*aligeirar o programa porque tinham vinte e duas chamadas a dizer que o programa era porco e nojento*”<sup>196</sup>. Esses telefonemas de desagrado não nutriram, contudo, grande efeito em Herman. Pelo contrário. A quatro episódios do fim da série, Herman coloca o Governador da Índia, Afonso de Albuquerque, a dizer “*Eu não era para vir. Eu acho este programa uma vergonha. Porco. Uma vergonha. Se fosse Administrador acabava com isto*”<sup>197</sup>. Aqueles que estavam no Poder certamente que não apreciaram as provocações e decidiram mostrar a sua força. Foi assim que, no domingo em que o programa continha uma “Entrevista Histórica” à Rainha Santa Isabel, Herman e a sua equipa assistiram à transmissão do programa com um corte feito por terceiros. A entrevista histórica à Rainha Santa Isabel fora cortada pelo canal. Para justificar o acto, é colocado a correr o boato de que, no fim da entrevista, quando a Rainha abria o regaço, de lá caíam preservativos. A verdade é que o que a Rainha retirava, era uma carcaça e quando o entrevistador começa a gritar “Milagre!” ela responde-lhe que não era milagre coisa nenhuma, que era o lanche dela e que o

---

<sup>195</sup> Cfr. **SANTOS**, António Costa, **JOSÉ**, Herman, *Herman: O Verdadeiro Artista*, 1ª Edição, Guerra e Paz Editores, Outubro 2011, pp. 183-188.

<sup>196</sup> Palavras do próprio Herman José, proferidas no Museu da Electricidade em Lisboa, sábado 2 de Fevereiro de 2012, em conversa pública com a jornalista Ana Mesquita, no âmbito do ciclo de conversas subordinadas ao tema “O Riso por quem o faz”, parte da exposição “*Riso – Uma exposição a sério*”. Uma gravação feita pelo autor desta dissertação encontra-se disponível no DVD a ela anexo com o nome “vídeo nº 5”.

<sup>197</sup> O sketch pode ser visionado em <http://www.youtube.com/watch?v=NDFmJb7vN2Q>, e encontra-se também no DVD apenso a esta Tese com o nome “vídeo nº 6”.

tinha ido buscar ao bar da estação.<sup>198</sup> Hoje Herman diz que teria dialogado com a administração da RTP porque acha que o canal tem o direito de não transmitir algo com que não se sente confortável<sup>199</sup>. Mas a verdade é que em 1988, houve um acto de censura evidente. Assim, temos um acto (o corte da entrevista) exercido por quem tinha poder (administração da RTP) que limita a liberdade artística de alguém (Herman) para satisfazer fins meramente políticos (mostrar quem manda).

- Novamente em 1996, agora no âmbito do programa *Parabéns*, também uma rábula de Herman foi censurada. O sketch, da autoria da recém-criada “Produções Fictícias”, assinado por Nuno Markl e Nuno Artur Silva, consistia numa paródia a um método de jornalismo que a SIC acabara de introduzir nos seus jornais da noite, que consistia no envio de repórteres para todos os locais onde algo estivesse a acontecer, de forma a conseguir sempre as notícias em primeira-mão. A ideia proposta<sup>200</sup> por Nuno Artur Silva a Nuno Markl era a de colocar um repórter da SIC na Última Ceia de Cristo. No sketch, um repórter da estação de Carnaxide ia ao local fazer a cobertura do evento. Lá, Judas anunciava uma conferência de imprensa depois do jantar, Jesus Cristo era chamado de “Jota Cê” pelos apóstolos, Pedro recusava comentar a sucessão a Cristo, Judas pedia a Cristo que multiplicasse amêijoas e no fim os apóstolos combinavam ir beber um copo quando João se lembra que era suposto Judas beijar Cristo, acabando o sketch com os apóstolos todos a gritar “beija, beija, beija!”<sup>201</sup>. O sketch foi primeiro emitido a 28 de Outubro de 1994, na Rádio Comercial. Essa primeira encarnação, por ter sido emitida na rádio – meio de comunicação que na altura estava em queda acentuada de ouvintes – só gerou alguns pequenos protestos por parte de alguns ouvintes mais conservadores. Mas quando o sketch foi novamente recriado, desta vez em televisão, na rubrica “*Herman Zap*” do programa *Parabéns*, o caso não foi tão pacífico. O texto havia levado cortes prévios a pedido do próprio Herman, mas ainda assim não chegou. A televisão era um meio que abrangia muitíssimo mais público e portanto a polémica em torno do sketch foi proporcional à dimensão do meio de comunicação usado. De entre as reacções negativas, a mais forte veio, como seria de esperar, da Igreja Católica, tendo levado mesmo a uma cruzada contra sketches religiosos encabeçada

<sup>198</sup> O sketch foi, entretanto, já transmitido na íntegra, e pode ser visto em <http://www.youtube.com/watch?v=Z1LW7WQXI6k> ou no DVD anexo com o nome “vídeo nº7”.

<sup>199</sup> Cfr. Vídeo nº5. Museu da Electricidade, Lisboa, sábado 2 de Fevereiro de 2013, Ciclo de conversas “O Riso por quem o faz”, parte da exposição “*Riso – Uma exposição a sério*”.

<sup>200</sup> Cfr. **SANTOS**, Inês Fonseca, *Produções Fictícias – 13 anos de insucessos*, 1ª Edição, Oficina do Livro, Abril 2006, pp. 63-67.

<sup>201</sup> *Fac simile* da versão original do texto publicado no jornal *Já* a 24 de Outubro de 1996 e reproduzido em **SANTOS**, Inês Fonseca, *Produções Fictícias – 13 anos de insucessos*, 1ª Edição, Oficina do Livro, Abril 2006, p. 67. Vide Anexo I, figura 7.

pela Rádio Renascença<sup>202</sup> e críticas por parte de figuras políticas como Marcelo Rebelo de Sousa<sup>203</sup>. A R.T.P. acabou por pressionar Herman José e o programa *Parabéns* chegou também ele ao fim.

- Em 1992 foi a primeira vez que o Governo interveio directamente num acto de censura. O então subsecretário de Estado da Cultura do Governo de Cavaco Silva, Professor Doutor António de Sousa Lara, vetou a proposta de levar o livro de José Saramago “*Evangelho Segundo Jesus Cristo*” a concorrer ao prémio literário europeu. O motivo apresentado foi o de que o livro era extremamente ofensivo para a Igreja Católica e para os Católicos. Sendo que a esmagadora maioria da população portuguesa é Católica, o livro não reflectia os sentimentos de Portugal<sup>204</sup>, dividia até os portugueses e como tal não podia ser levado como representante do País. Este argumento já fora também usado, como dissemos *supra*, por Marcelo Rebelo de Sousa a quando do sketch de Herman sobre a Última Ceia de Cristo. Temos portanto uma decisão de um órgão com poder público que impede a participação de uma obra num concurso com base num julgamento moral e político. Uma vez que Portugal é um Estado laico, a utilização de argumentos religiosos por parte do Governo não é aceitável já que não cabe ao Estado definir o que ofende ou não os Portugueses nem o que ofende ou não a Igreja Católica. Não está sequer em causa matéria que pudesse colocar a questão da segurança dos cidadãos. Imagine-se que o livro era antes “*O Evangelho segundo Maomé*”. Nesse caso o acto de levar a concurso, em nome de Portugal, um livro desses, poderia despoletar uma reacção violenta por parte de extremistas islâmicos. Estaríamos perante um caso onde se justificaria o veto com base no direito superior à segurança. Não porque haja maior respeito por um credo do que por outro, mas porque são do conhecimento dos Estados os métodos usados pelos extremistas de uma das religiões em questão para responder a algo que consideram “ofensivo” para com o seu Profeta. Mas não é o caso. Não há nenhuma “ameaça Católica” e dificilmente os Católicos portugueses iriam pegar em forquilhas e archotes em resposta. Como tal, temos de o classificar como um acto de censura puro e simples, acto que teve o apoio do então Primeiro-

<sup>202</sup> Cfr. **SANTOS**, Inês Fonseca, *Produções Fictícias – 13 anos de insucessos*, 1ª Edição, Oficina do Livro, Abril 2006, p. 65.

<sup>203</sup> As declarações de Marcelo Rebelo de Sousa, à data Presidente do PSD, podem ser encontradas na 17ª Crónica da 2ª série de “*Os Incorrigíveis*” de Herman José, disponível em <http://videos.sapo.pt/Z8l7qiroVBioc4YFU4Sv>, entre os minutos 1:40-2:05. (Uma cópia da crónica encontra-se disponível no DVD apenso a esta dissertação com o título “vídeo nº8”)

<sup>204</sup> Cfr. **ANDRADE**, Sérgio P., “*Cronologia: As polémicas de José Saramago*”, in Público, <http://publico.pt/cultura/noticia/cronologia-as-polemicas-de-jose-saramago-actualizada-1442502>, consultado a 2013/01/20 às 21:21.



Ministro Cavaco Silva<sup>205</sup> e que, portanto, não se tratou de uma decisão exclusiva do Subsecretário de Estado. Já Saramago acabou por abandonar o País e mudar-se para a ilha de Lanzarote em Espanha onde morreu, não tendo nunca mais voltado a viver em Portugal, não obstante lhe ter sido atribuído o Prémio Nobel da Literatura em 1998.

- Em 2004 novo acto de censura por parte do Estado, desta vez tentando dissimular o mesmo. Durão Barroso abandonara o País para assumir o cargo de Presidente da Comissão Europeia em Bruxelas e Santana Lopes havia sido indigitado para o cargo de Primeiro-Ministro. Contudo o Governo Santana Lopes nunca foi particularmente forte e pouco depois de tomar posse estava já moribundo, constantemente envolvido em escândalos e problemas, sendo atacado por todos os quadrantes da sociedade, o que culminou com um artigo de Cavaco Silva (à data na condição de Professor universitário) sobre a boa e a má moeda. Entre os atacantes ao Governo de Santana Lopes, esteve um ex-líder do próprio PSD, que possuía uma rubrica de comentários na TVI: o Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Marcelo Rebelo de Sousa. O Governo, farto de tanta crítica, decidiu exercer pressão sobre o Professor de Direito por intermédio do então Presidente da Media Capital – detentora da TVI – Paes do Amaral. Após comentários do então Ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva, o Professor é chamado à atenção e pressionado pela administração do canal no sentido de não fazer tantas críticas ao Executivo do seu próprio partido. O Professor não gostou dessa pressão e pôs fim aos comentários na TVI, afastando-se da estação<sup>206</sup>.

Estamos, claramente, perante um caso de censura. Há um acto do Estado que, ainda que indirectamente, leva ao condicionamento e à supressão de uma opinião contrária, com base em interesses políticos daqueles com poder. À mesma conclusão chegou a então Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) que a 17 de Novembro de 2004 emitiu uma deliberação<sup>207</sup> sobre o assunto. Este caso, aliás, como pode ler-se na deliberação da AACS, levou mesmo a que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa tenha sido recebido em audiência pelo então Presidente da República Jorge Sampaio, que se revelou preocupado com este tipo de atitudes,

<sup>205</sup> **S.A.** “Sousa Lara voltaria a vetar livro de Saramago”, in TSF, 2004/04/15, [http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=768316](http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=768316), consultado a 21 de Dezembro de 2012 às 23:37.

<sup>206</sup> **SÁ**, Paula, “Marcelo saiu da TVI por pressão”, in Diário de Notícias, 2009/09/04, [http://www.dn.pt/inicio/tv/interior.aspx?content\\_id=1352379&seccao=Media](http://www.dn.pt/inicio/tv/interior.aspx?content_id=1352379&seccao=Media), consultado a 20 de Janeiro de 2012 às 21:38; e **S.A.**, “Marcelo abandona posto de comentador”, in TSF, 2004/10/06, [http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=769627](http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=769627), consultado a 4 de Janeiro de 2012 às 21:53.

<sup>207</sup> **Relatório da Alta Autoridade para a Comunicação Social**, <http://www.jornalistas.eu/?n=2732>, consultado a 2012/01/04 às 22:37.

atitudes que certamente estiveram também presentes na mente do Presidente quando a 22 de Dezembro de 2004 emitiu o Decreto do Presidente da República nº. 100-B/2004<sup>208</sup> que demitiu o Governo e dissolveu o Parlamento, convocando eleições legislativas, para assegurar o “regular funcionamento das instituições democráticas”.

- Em 2007 o Governo age pela primeira vez, desde a implantação da democracia, contra um funcionário fora do âmbito profissional (ao contrário do que acontecera com a directora do Centro de Saúde, como veremos *infra*). Quando vieram a lume documentos que indicavam que o então Primeiro-Ministro José Sócrates não detinha uma licenciatura legítima em Engenharia (apesar de utilizar o título de “engenheiro”) e que todo o processo da sua licenciatura na extinta Universidade Independente tinha tido contornos pouco legais, como é apanágio dos portugueses, meio País andou entretido a fazer piadas sobre o assunto.

Mas para os membros do aparelho do Estado, os seus funcionários não tinham direito a fazer humor sobre isso. E quando um professor contou uma piada sobre a licenciatura de Sócrates a um colega, a Directora da DREN (Delegação Regional de Educação do Norte), suspendeu<sup>209</sup> o professor por considerar o comentário insultuoso para com o primeiro-ministro. Curiosamente o docente em causa, Fernando Charrua, havia sido deputado do PSD<sup>210</sup>, partido então na oposição. As circunstâncias em que tudo aconteceu, nunca foram bem explicadas. Fernando Charrua argumentou que não fez a piada no exercício das suas funções mas sim a título pessoal, dentro do seu gabinete, com um colega. Isto afasta qualquer tipo de conduta que possa ser censurável à luz da sua relação com o Estado através da DREN. Não há um desrespeito público, no exercício das funções, para com o Primeiro-Ministro. Há apenas uma piada entre dois amigos num ambiente isolado. Por isso mesmo, a suspensão não pode ter como motivo qualquer quebra de lealdade. Até porque fazer uma piada não implica sequer qualquer quebra de lealdade ou qualquer insulto. Tanto que nem sequer foi aberto um processo disciplinar, que é o procedimento adequado em casos desses. Houve, portanto, por parte da Directora da DREN (alguém com poder) um acto gratuito de punição do

<sup>208</sup> **Diário da República** - I Série-A n.º 298, 22 de Dezembro de 2004, <http://dre.pt/pdf1s/2004/12/298A01/00020002.pdf>, p.7286.

<sup>209</sup> **GOMES**, João Cortesão, “Professor de Inglês suspenso de funções por ter comentado licenciatura de Sócrates”, in **Público**, 2007/05/19, <http://publico.pt/sociedade/noticia/professor-de-ingles-suspenso-de-funcoes-por-ter-comentado-licenciatura-de-socrates-1294471>, consultado a 23 de Janeiro de 2013 às 03:50.

<sup>210</sup> **LUSA**, “Piada sobre licenciatura de Sócrates motiva pedido de audição da Ministra”, in **Público**, 2007/05/22, <http://publico.pt/politica/noticia/piada-sobre-licenciatura-de-socrates-motiva-pedido-de-audicao-da-ministra-1294736>, consultado a 23 de Janeiro de 2013 às 03:55.

exercício da liberdade expressão por delito de opinião. A censura da piada teve como base interesses políticos e nada mais. À mesma conclusão chegaram o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto que, em Junho de 2011 condenou o Estado a pagar uma indemnização de 12 mil euros, bem como o Tribunal Central Administrativo do Norte que, no âmbito do recurso interposto pelo Estado da decisão, a confirma. É também entendimento do Tribunal Central Administrativo do Norte que o afastamento teve motivações políticas<sup>211</sup>. O que torna o caso num claro exemplo de censura.

- Também em 2007 o Governo demite a Directora do Centro de Saúde do Minho por não ter retirado logo um cartaz que havia sido afixado nas instalações do Centro de Saúde e onde declarações do Ministro da Saúde Correia de Campos eram usadas de forma considerada jocosa<sup>212</sup>. Este foi um caso considerado de censura porque existia alguém com poder a dizer a alguém para não fazer pouco dele. Mas será isto um *verdadeiro* caso de censura? A resposta é *não*. Este é um dos casos em que o direito à liberdade de expressão encontra outros direitos e colide com eles. Estamos a falar nele porque entendemos que importa também dar um exemplo de algo que, na percepção comum, poderá afigurar-se como um acto de censura mas que, de facto, não é. Ao contrário do *Caso Charrua* que vimos supra, neste caso em concreto o que temos é uma funcionária do Ministério da Saúde a desobedecer a uma ordem directa do seu superior hierárquico. Apesar de ser apetecível acusar o Ministro de censura porque se tratava de um cartaz jocoso para com a sua pessoa, a questão é que se tratava de um cartaz afixado num estabelecimento sob tutela do Ministro e a directora do local responde hierarquicamente ante o Ministro. Portanto está obrigada ao dever de respeito e obediência ao superior hierárquico. Assim sendo, não há verdadeiramente censura porque, apesar de existir um acto de alguém com *ius imperii*, trata-se de uma ordem administrativa que visava garantir o respeito pelo bom-nome do responsável pela pasta que tutela o local onde o cartaz estava. Tratava-se de um Centro de Saúde – estabelecimento que está sob as ordens do Ministério da Saúde – e estamos perante um caso em que uma ordem dada à directora do espaço pelo seu superior hierárquico foi desobedecida. Note-se que o

---

<sup>211</sup> **SANCHES**, Andreia, “Estado paga indemnização de 12 mil euros a professor acusado de insultar Sócrates”, in Público, 2013/01/22, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/tribunal-confirma-condenacao-do-estado-no-caso-do-afastamento-de-fernando-charrua-da-dren-1581636>, consultado a 23 de Janeiro de 2013 às 04:05.

<sup>212</sup> **LUSA**, “Directora de centro de Saúde demitida por não retirar cartaz “jocoso” para Correia de Campos”, in dnoticias, 2007/06/28, <http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/173811-directora-de-centro-de-saude-demitida-por-nao-retirar-cartaz-jocoso-para-cor>, consultado a 23 de Janeiro de 2013 às 04:31.

cartaz nem sequer era da autoria da directora do Centro de Saúde<sup>213</sup>. Portanto nem sequer podemos dizer que tenha sido uma limitação à liberdade de expressão da própria.

- O mesmo não pode ser dito do que sucedeu em 2009 quando o Governo socialista de José Sócrates decidiu intervir, tal como no “caso Marcelo” o fizera o Governo do PSD, num telejornal da TVI. Depois de publicamente criticado pelo próprio primeiro-ministro Sócrates, o *Jornal Nacional* de sexta-feira apresentado pela jornalista Manuela Moura Guedes é extinto na véspera de ir para o ar, quando se preparava para apresentar novas provas que comprometiam José Sócrates no caso judicial Freeport. A Administração da Media Capital – que controla a TVI – alegou que recebera instruções de Espanha, do grupo Prisa, que por sua vez detém a Media Capital, mas os espanhóis desmentiram e disseram que se tinha tratado de uma decisão exclusiva dos directores da estação<sup>214</sup>. A oposição acusou Sócrates<sup>215</sup> – que já havia dito numa entrevista à RTP que o *Jornal Nacional* era “*uma caça ao homem*”, um “*telejornal travestido*” cujo único objectivo era “*o ataque pessoal feito de ódio e perseguição pessoal*”<sup>216</sup> – de estar por detrás da decisão da Administração da TVI. Em reacção a essa entrevista de Sócrates à RTP, o então director-geral da estação, José Eduardo Moniz (marido da jornalista Manuela Moura Guedes) apresentou um comunicado onde claramente acusou o Primeiro-Ministro de pressões para tentar silenciar o jornalismo de investigação do canal<sup>217</sup>. Mais tarde, sem motivo aparente, o *Jornal Nacional* é cancelado. A TVI, após a empresa espanhola Prisa ter negado qualquer envolvimento no caso, emite um comunicado onde alega a “necessidade de homogeneizar”<sup>218</sup> o estilo do *Jornal* de sexta-feira com aquele do resto da semana. Mas o certo é que o *jornal* de sexta-feira, exclusivamente apresentado por Moura Guedes, era aquele que, dos três canais generalistas, tinha mais audiência àquele dia da. Era também aquele onde se

<sup>213</sup> LUSA, “Directora de Centro de Saúde de Vieira do Minho demitida por “quebrar dever de lealdade”, in Público, 2007/06/28, <http://publico.pt/politica/noticia/directora-de-centro-de-saude-de-vieira-do-minho-demitida-por-quebrar-dever-de-lealdade-1297989>, consultado a 23 de Janeiro de 2013 às 04:37.

<sup>214</sup> LUSA, “Prisa: decisão de acabar o ‘Jornal Nacional’ foi apenas interna”, in Expresso, 2009/11/25, <http://expresso.sapo.pt/prisa-decisao-de-acabar-o-jornal-nacional-foi-apenas-interna=f549427>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 03:49.

<sup>215</sup> S.A., “TVI: “Liberdade de informação foi afectada”, diz Ferreira Leite”, in Expresso, 2009/09/05, <http://expresso.sapo.pt/tvi-liberdade-de-informacao-foi-afectada-diz-ferreira-leite=f534156>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:01.

<sup>216</sup> O vídeo das declarações do primeiro-ministro Sócrates bem como de José Eduardo Moniz pode ser revisto em <http://www.youtube.com/watch?v=MhyMzxVNbus> e encontra-se no DVD apenso a esta Tese com o nome “vídeo nº 3”.

<sup>217</sup> Vide <http://www.youtube.com/watch?v=MhyMzxVNbus> e vídeo nº3 no DVD apenso a esta dissertação.

<sup>218</sup> LUSA, “Suspensão teve a ver com homogeneização da informação”, in Expresso, 2009/09/03, <http://expresso.sapo.pt/suspensao-teve-a-ver-com-homogeneizacao-da-informacao=f533854>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:14.

apresentavam, regra-geral, as peças de jornalismo de investigação sobre casos que melindravam o Governo socialista. Houve várias trocas de acusações entre a TVI, o Governo e até ex-funcionários<sup>219</sup> do canal sobre o “Jornal Nacional de Sexta”. A verdade sobre quem acabou com, e porquê acabou, o Jornal de Manuela Moura Guedes talvez nunca venha a ser conhecida. Mas a história dos factos conhecidos permite-nos chegar a uma conclusão: houve, sem dúvida, pressão para silenciar a locutora e o seu Jornal. Independentemente de esta ter vindo de José Sócrates, de Espanha ou simplesmente de uma decisão editorial, estamos perante uma jornalista polémica que se viu silenciada de repente por um acto de alguém com poder, sem que tal silenciamento tenha motivos legítimos. Porque a verdade é que as peças que estavam preparadas para o Jornal de sexta-feira foram emitidas conforme planeado. O que leva concluir que o “alvo a abater” não foi propriamente um jornal mas uma jornalista em particular. Outro indicador de que se tratou de um acto de censura é o facto de, após a suspensão pela Administração da Media Capital do Jornal, a direcção da TVI ter apresentado a demissão e a redacção do jornal ter classificado o sucedido como um atentado à liberdade de imprensa<sup>220</sup>. A própria ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, organismo que substituiu a AACS) acabou por se pronunciar sobre o caso e, numa deliberação aprovada por unanimidade, reprovou a interferência da Administração da TVI nas competências da Direcção do canal para pôr fim ao Jornal Nacional de Sexta<sup>221</sup>.

- Ainda em 2010, o humorista Zé Diogo Quintela, membro do grupo *Gato Fedorento*, abandona o jornal *A Bola* depois de ver um texto seu ser cortado sem aviso prévio. Desta vez por iniciativa do director do jornal, Vítor Serpa. Zé Diogo Quintela envolvera-se numa querela com o escritor Miguel Sousa Tavares, também cronista do jornal. O director justifica o corte com a falta de interesse, no âmbito do jornal desportivo, de “*prosseguir um cansativo e desinteressante (para os leitores de A Bola) contencioso particular com Miguel Sousa Tavares*”<sup>222</sup>. Zé Diogo Quintela

<sup>219</sup> LUSA, “Ex-editor acusa Moniz de o obrigar a alinhar o jornal pelo de Moura Guedes”, in Expresso, 2009/09/04, <http://expresso.sapo.pt/ex-editor-acusa-moniz-de-o-obrigar-a-alinhar-jornal-pelo-de-moura-guedes=f534025>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:20.

<sup>220</sup> Cfr. BAIÃO, Ana, “Manuela Moura Guedes rescinde e sai da TVI”, in Expresso, 2010/10/19, <http://expresso.sapo.pt/manuela-moura-guedes-rescinde-e-sai-da-tvi=f610190>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:35.

<sup>221</sup> Cfr. LIMA, Rosa Pedrosa, “ERC reprova intervenção da Administração da TVI no fim do Jornal Nacional de Manuela Moura Guedes”, in Expresso, 2009/10/14, <http://expresso.sapo.pt/erc-reprova-intervencao-da-administracao-da-tvi-no-fim-do-jornal-nacional-de-manuela-moura-guedes=f541380>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:35.

<sup>222</sup> MACHADO, Ana, RIBEIRO, Susana Almeida, “Membros do Gato Fedorento deixam “A Bola” por contencioso com Sousa Tavares”, in Público, 2010/11/11, <http://publico.pt/media/noticia/membros-dos-gato-fedorento-deixam-a-bola-por-contencioso-com-sousa-tavares-1465529>, consultado a 22 de Janeiro de 2013 às 05:12.

acusou o jornal de ter publicado a sua crónica, cortando as partes que queriam sem que o autor tivesse sequer sido informado da intenção. O acto levou à saída do humorista bem como de Ricardo Araújo Pereira que também se demitiu em solidariedade com o amigo e colega. Ora bem, o que temos aqui é um caso de censura? Pode ser. Há, de facto, um corte feito por alguém com poder a uma obra de outrem, sem o consultar. Mas terá servido algum interesse particular? Aparentemente não. O director, com base nos factos conhecidos, limitou-se a agir no interesse do jornal que dirige. No entanto há que ver que o corte se tratava de uma resposta a uma acusação de Sousa Tavares, feita pelo mesmo meio. O que significa que o texto de Zé Diogo Quintela continha uma defesa do seu bom-nome. Na tentativa de manter o nível no jornal, o director impediu um cronista de se defender de outro, cortando o seu texto, sem que sequer o tenha informado. Isso, parece-nos grave. Porque revela um juízo moral feito à priori pelo director. Numa situação normal, o que seria aceitável à luz do princípio da liberdade de expressão e da defesa do bom-nome seria o director publicar a crónica conforme escrita pelo autor e depois sim, chamar ambos os cronistas e resolver o assunto. Não o fez e preferiu usar o poder e a autoridade que tinha para pôr fim a uma disputa. Não é um caso grave de censura, mas não deixa de ser um caso de censura. Há alguém com poder que censura outrem abaixo de si com base em julgamentos morais. Da mesma opinião foi a ERC, a quem Zé Diogo Quintela apresentou queixa, tendo a entidade reguladora considerado que a atitude de Vítor Serpa “(...)extravasa dos limites dos poderes de gerais de orientação que lhe assiste(...)” e que o corte “(...)representa uma distorção inaceitável da opinião do autor e traduz igualmente um comportamento que ofende a boa-fé e as expectativas dos leitores(...)”<sup>223</sup>.

### 1.7. Um perigo actual e futuro: o “Novo” Acordo Ortográfico

“A lei de hoje não deve ser um acto da vontade geral de ontem, e nós estamos comprometidos a fazer não o que todos quiseram mas o que todos querem”<sup>224</sup>.

Esta frase de Rousseau, aplicada ao assunto em epígrafe, não podia ser mais apropriada. Porquê?

Em 1990, os Estados que compõe a CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa – assinaram, por iniciativa própria e sem qualquer tipo de consulta popular, aquilo que foi chamado de “Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”. Tal acordo foi

---

<sup>223</sup> MACHADO, Ana, “ERC dá razão a José Diogo Quintela contra A Bola”, in Público, 2011/07/06, <http://www.publico.pt/media/noticia/erc-da-razao-a-jose-diogo-quintela-contr-a-bola-1501649>, consultado a 23 de Janeiro de 2013 às 03:40.

<sup>224</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques, *O Contrato Social (Manuscrito de Genebra)*, Colecção Temas & Debates, Círculo de Leitores, Dezembro 2008, p.107.

feito por influência do então Presidente Brasileiro José Sarney que mandatou o seu Embaixador, Antônio Houaiss, para conseguir convencer Portugal a assinar um novo Acordo. A ideia era a mesma do costume: unificar a ortografia do Português.

Com efeito, desde o início do século XX que as ortografias Portuguesa (e de todas as antigas províncias ultramarinas, à data ainda parte de Portugal) e Brasileira divergiram.

No Brasil decidiram começar a simplificar a ortografia em 1907 e aproximá-la da realidade linguística brasileira, onde a fonética e a sintaxe eram e são substancialmente diferentes da fonética e sintaxe do Português europeu. Como o Brasil já era uma nação independente, decidiram incorporar as vivências linguísticas locais e “actualizar” o Português lá escrito que era, até então, igual ao escrito em Portugal, sendo ambos o Português etimológico, ou seja, aquele que ainda estava fundamentalmente ligado às raízes das palavras (como acontece em praticamente todas as Línguas Europeias. Note-se, por exemplo, que o “ph” com função de “f” é comum ao Inglês, ao Francês e ao Alemão, como era ao Português. Porque a etimologia assim o dita.)

Em Portugal, a I República decidiu fazer igualmente uma reforma ortográfica – independente da Brasileira – para simplificar a ortografia e, pela primeira vez na História de um País com mais de 800 anos, legislar sobre a mesma. A ideia dessa reforma ortográfica levada a cabo em 1911 era bem-intencionada: tentavam simplificar para alfabetizar. Portugal era, à data, um país profundamente analfabeto. Os motivos do Brasil foram semelhantes.

Em 1915 a Academia de Letras Brasileira decide adoptar de forma incondicional a reforma ortográfica portuguesa de 1911. Em 1919, o Brasil decide revogar essa decisão. No início dos anos vinte do século XX, Portugal e Brasil começam a tentar reaproximar-se ortograficamente. É assinado em 1931 o primeiro Acordo Ortográfico entre os dois países e são assinados acordos preliminares que tentavam levar a uma reaproximação das ortografias. O Acordo de 1931 nunca foi posto em prática. Em 1943 o Brasil decide elaborar um Formulário Ortográfico para a sua escrita, Formulário ainda hoje em vigor. Em 1945 – quando tanto em Portugal como no Brasil vigoravam duas ditaduras – assina-se um segundo Acordo Ortográfico que unificava quase 100% da ortografia de ambos os países, através de uma distribuição equitativa dos “sacrifícios”. Portugal abdicava de consoantes etimológicas sem valor diacrítico (nomeadamente “cês” e “pês” depois das vogais “i” e “u” como em “aflicção” ou “fructo”) e o Brasil repunha na sua ortografia as consoantes que em Portugal possuem valor diacrítico – ou seja, indicam a abertura da vogal que as antecede (como “adopção” ou “actor”). Portugal implementou este Acordo Ortográfico através do Decreto 35 228 de 8 de Dezembro de 1945 (mais tarde ligeiramente alterado pelo Decreto-Lei 32/73 de 6 de Fevereiro) que ainda hoje se mantém em vigor. Já o Brasil aprovou-o através do Decreto-Lei 8.286 de 5 de Dezembro de 1945. Contudo o Senado Federal nunca

o ratificou e dez anos mais tarde o Brasil decidiu, unilateralmente, revogar o AO45 em terras de Vera Cruz através do Decreto-Lei 2.623, de 21 de Outubro de 1955.

Assim se mantiveram duas ortografias vigentes: no Brasil a que resultou de um Vocabulário Ortográfico elaborado pelos Brasileiros em 1943; e em Portugal a ortografia resultante do AO45. Durante décadas ambos os povos comunicaram sem problemas - apesar das divergências ortográficas e de sintaxe – e deram ao Mundo grandes escritores de Língua Portuguesa.

A última aproximação ortográfica deu-se em 1973. Começava-se a preparar então um novo Acordo mas o Estado Novo foi derrubado, o Império desmoronou e Portugal entrou numa época de convulsões políticas e sociais. Em 1986 é elaborada a primeira tentativa de novo Acordo Ortográfico, por influência do Brasil, mas o projecto revelou-se tão ridículo e a oposição foi tanta que o Acordo de 1986 nunca chegou a parte alguma.

Quando todos pensavam que a polémica tinha terminado, eis que em 1990 surge, do nada, um novo Acordo, elaborado e assinado à pressa, com base no projecto de 1986 mas sem algumas pequenas regras que haviam gerado polémica antes (como a supressão do “h” inicial e a supressão de todos os acentos agudos nas palavras paroxítonas). Este novo Acordo Ortográfico de 1990 (doravante AO90), propunha-se “unificar” a Língua Portuguesa e pôr fim à “teimosia lusitana”<sup>225</sup>.

No entanto, apesar de assinado, o AO90 nunca chegara a ser ratificado por uma série de países (de entre os quais Angola e Moçambique que ainda não ratificaram, à data em que escrevemos estas linhas<sup>226</sup>), o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, exigido pelo artigo 2º do próprio AO90, nunca foi elaborado e durante mais de uma década os Estados lusófonos meteram o projecto de lado.

Foi já no século XXI que, de repente, a CPLP decidiu ir buscar o AO90 à gaveta onde se encontrava. Através de manobras jurídicas atentatórias da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, à qual Portugal está obrigado<sup>227</sup>, criou-se um 2º Protocolo Modificativo.

Este viria a servir de justificação para que o Governo Português emitisse em 2008 uma Resolução do Conselho de Ministros – Resolução 8/2011 – onde impôs de forma perfeitamente ilegal, o chamado “Novo Acordo Ortográfico” a todos os órgãos do Estado. Antes disso foram emitidos vários pareceres sobre o Acordo onde o veredicto científico – à

---

<sup>225</sup> Esta é a expressão insultuosa usada na Nota Explicativa que acompanha o AO90 (vide Anexo II, 4.2 al.d). Cfr. **Diário da República**, Série I nº193 de 23 de Agosto de 1991, <http://dre.pt/pdf1s%5C1991%5C08%5C193A00%5C43704388.pdf>, p.4384.

<sup>226</sup> 7 de Janeiro de 2013.

<sup>227</sup> Sobre a violação da Convenção de Viena e subsequente ilegalidade do 2º Protocolo Modificativo, pronunciaram-se os Professores da Faculdade de Direito de Coimbra **FARIA COSTA**, José, **FERREIRA DE ALMEIDA**, Francisco, “O chamado ‘novo acordo ortográfico’: um descaso político e jurídico”, in *Diário de Notícias*, Fevereiro 2012, [http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content\\_id=2300823&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=2300823&page=-1), consultado a 25 de Janeiro de 2013 às 05:23.



excepção do parecer da Academia de Ciências de Lisboa da autoria de Malaca Casteleiro (co-autor do AO90) – era invariavelmente devastador para o projecto<sup>228</sup>.

Também a sociedade civil se mobilizou – e mobiliza – contra o AO90. Em 2008, antes ainda da Resolução do Governo Sócrates, deu entrada na Assembleia da República uma petição de nome “Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico”<sup>229</sup>, cujo primeiro signatário é o poeta e jurista Vasco Graça Moura, que juntou variadíssimas figuras públicas portuguesas e cidadãos comuns, de todos os quadrantes políticos. A petição foi arquivada com mais de 113 mil assinaturas válidas. Convirá recordar que o número de assinaturas necessárias para a constituição de um partido político em Portugal é de 7500 assinaturas<sup>230</sup>. Mais de 113 mil portugueses – suficiente para criar 15 partidos políticos - assinaram a petição, num gesto de cidadania raro em Portugal. Foi, até à data, a maior manifestação de liberdade de expressão levada a cabo por um grupo não organizado de cidadãos. O relatório que dela saiu apontou problemas graves ao AO90<sup>231</sup>. O Manifesto continua disponível na internet e a recolher assinaturas e já ultrapassou as 128 mil. Ainda que já não produza efeitos práticos, não deixa de ser expressiva a continua adesão de mais e mais portugueses a ele.

No entanto, desde que em 2011 o Conselho de Ministros emitiu a mencionada Resolução e muitas instituições começaram a aplicar – de forma completamente acrítica – o AO90, a despeito da evidente oposição da maioria e da ilegalidade de tal prática. E assim se manterá até a legalidade ser reposta em Portugal.

As editoras, essas, apressaram-se, obviamente, a adoptar o Acordo, mesmo que em tempos tenham assumido o mesmo como inútil<sup>232</sup>. Afinal, é necessário vender novos dicionários, livros escolares e material para “ensinar” a “nova” ortografia.

É neste panorama que surge a nossa questão: *poderá o AO90 ser instrumentalizado, agora e no futuro, para censurar textos?*

A questão parece-nos pertinente e merecedora de algumas linhas nesta dissertação.

---

<sup>228</sup> Todos os pareceres técnico-científicos sobre o Acordo Ortográfico podem ser encontrados na página do Prof. Dr. ANTÓNIO EMILIANO, membro do departamento de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em <http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/AOLP90/index.html>, consultado a 25 de Janeiro de 2013 às 05:47.

<sup>229</sup> **Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico**, <http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/>, consultado a 26 de Janeiro de 2013 às 01:32.

<sup>230</sup> Vide Lei Orgânica n.º 2/2008 de 14 de Maio, **Diário da República**, Série I nº93, 14 de Maio de 2008, <http://www.dre.pt/pdf1s/2008/05/09300/0263302637.pdf>, pp.2633-2637.

<sup>231</sup> **Relatório Final da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura**, nº154/12ª/CESC/2009, <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=11826>, consultado a 26 de Janeiro de 2013 às 01:10.

<sup>232</sup> S.A. “Comunicado de Imprensa - Estudo revela inutilidade do Acordo Ortográfico”, Associação Portuguesa de Editores e Livrários, 2008/05/14, <http://www.apel.pt/pageview.aspx?pageid=118>, consultado a 27 de Janeiro de 2013 às 06:35.

A ortografia, como ensina o Professor António Emiliano, “*não é apenas património cultural do povo português: sendo um sistema de codificação da língua escrita, o domínio da ortografia é a ferramenta que dá acesso a todas as áreas do saber*”<sup>233</sup>. Sendo ela veículo de transmissão de saber, de transmissão de ideias, é um instrumento fundamental para qualquer humano comunicar com os seus pares quando não o pode fazer oralmente. É, portanto, um veículo da liberdade de expressão.

Podemos, assim, perguntar logo à partida se o Estado terá legitimidade para legislar sobre a ortografia. Pode o Estado impor, legitimamente, uma forma de escrever aos seus cidadãos?

Para as Repúblicas Portuguesas, a resposta é afirmativa. Para nós, bem como para outras culturas, como por exemplo as Anglo-saxónicas, não. Apesar da bondade que vemos na ideia de legislar sobre a ortografia, apesar de entendermos que o objectivo único de tal acção é garantir igualdade de acesso e compreensão da Língua escrita a todos, não deixa de nos incomodar que o Estado possa interferir numa matéria que é a exteriorização de pensamentos e ideias sob a forma de símbolos. Seria o mesmo que legislar sobre a forma como se deve pronunciar as palavras, de forma a suprimir os sotaques regionais, como forma de garantir a mesma transversalidade na compreensão. Mas o Estado tal não faz (e esperemos, nunca faça). Legislar sobre a Língua – escrita ou falada – não faz parte do *contrato social* com o Estado, adopte-se a concepção de “contrato social” que se adoptar<sup>234</sup>.

Ora porque há-de então o Estado ditar aos cidadãos como devem ou não escrever? Se a ortografia é, acima de tudo, algo pessoal, o Estado não deveria fazer mais do que sugerir uma forma de escrever. Nunca impor uma. Aliás, é isso que defendeu o Tribunal Constitucional Alemão quando foi chamado a pronunciar-se sobre uma reforma ortográfica tentada entre Alemanha, Áustria e Suíça. No entender do Tribunal, o Estado só pode impor uma norma ortográfica na escola. Fora dela, os Alemães são livres de escrever como bem entenderem<sup>235</sup>. Os Estados Unidos e o Reino Unido, por exemplo, não possuem sequer normas ortográficas legiferadas, sendo que o Inglês usado a nível internacional tende a ser aquele da chamada “norma de Oxford”.

---

<sup>233</sup> **EMILIANO**, António, “*Acordo ortográfico: pareceres ignorados, deveres do Estado e direitos dos cidadãos*” in *Apologia do desacordo ortográfico: textos de intervenção em defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico de 1990*, Verbo, Fevereiro 2010, p. 115.

<sup>234</sup> Sobre o conceito de pacto social, vide **LARA**, António de Sousa, *Da História das Ideologias Políticas à Teoria das Ideologias*, Volume I, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1994.

Para uma resenha das principais concepções de contrato social, vide **LARA**, António de Sousa, *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, 5ª Edição, ISCSP, Setembro 2009, pp.601-617. No sentido de aprofundar conhecimentos sobre as principais concepções de contrato social, vide **ROUSSEAU**, Jean-Jacques, *O Contrato Social (Manuscrito de Genebra)*, Colecção Temas & Debates, Círculo de Leitores, Dezembro 2008;

**HOBBS**, Thomas, *Leviathan*, Oxford World's Classics, Oxford University Press, New York-USA, 1998; e

**LOCKE**, John, *Dois Tratados do Governo Civil*, Edições 70, Outubro 2006.

<sup>235</sup> **Acórdão do Tribunal Constitucional Alemão**, BVerfG, 1 BvR 1640/97 vom 14.7.1998, Absatz-Nr. (1-170), [http://www.bverfг.de/entscheidungen/rs19980714\\_1bvr164097.html](http://www.bverfг.de/entscheidungen/rs19980714_1bvr164097.html), consultado a 15 de Janeiro de 2013.

No entanto o mesmo não sucede em Portugal. O Estado impõe aos cidadãos uma forma de escrever. Claro, não policia os mesmos para aferir do cumprimento da sua regra, mas dá luz verde para que terceiros o façam. E é aqui que entram as editoras e os jornais.

As grandes editoras começaram a editar livros seguindo as regras confusas de um Acordo que não está em vigor. E por conseguinte começaram a traduzir os autores estrangeiros para a “novilíngua” que resulta do AO90, privando os portugueses de aceder aos textos numa norma em que se revejam e que seja a sua.

E os autores portugueses?

Os que já estão mortos são “acordizados” sem apelo nem agravo (imagine-se o que pensaria Fernando Pessoa, que se opôs à Reforma de 1911, ao ver os seus livros publicados agora). Já os autores ainda vivos, na sua maioria, mantêm a ortografia antiga<sup>236</sup>. As editoras até agora têm, aparentemente, permitido tal “liberdade”. Que não é, na verdade, liberdade nenhuma. Trata-se de um direito legal dos mesmos como consta do artigo 54º n.1 do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos:

*1 – (...) o autor goza durante toda a vida do direito de reivindicar a paternidade da obra e de assegurar a genuinidade e integridade desta, opondo-se à sua destruição, a toda e qualquer mutilação, deformação ou outra modificação da mesma e, de um modo geral, a todo e qualquer acto que a desvirtue e possa afectar a honra e reputação do autor.*<sup>237</sup>

E se tal não fosse suficiente, basta dizer que o direito ao uso da Língua materna é um direito Constitucionalmente protegido, ligado à identidade cultural de cada indivíduo<sup>238</sup>.

Isto poderia ser suficiente para se pôr fim à discussão. Mas não é. Porque se é verdade que o autor pode reclamar a intocabilidade da ortografia da sua obra, também é verdade que a Editora não está obrigada a publicar a obra do autor. É uma empresa privada, pode determinar os critérios editoriais que entender.

Por isso perguntamos: será aceitável a rejeição de uma obra simplesmente com base na ortografia que o autor decide usar? Não será isso um acto de censura? Se nem o Estado deveria intervir nesta matéria, será que é legítimo a uma editora recusar a

---

<sup>236</sup> Vide **ALMEIDA**, Sérgio, “Escritores resistem ao Acordo Ortográfico”, in *Jornal de Notícias*, 2012/05/23, <http://www.jn.pt/blogs/babel/archive/2012/05/23/escritores-resistem-ao-acordo-ortogr-225-fico.aspx>, consultado a 15 de Janeiro de 2013 às 04:12.

<sup>237</sup> **Diário da República**, Série I nº61, 14 de Março de 1985, <http://dre.pt/pdf1sdip/1985/03/06100/06620689.pdf>, pp.662-689.

<sup>238</sup> Cfr. *Artigo 78.º, VI*, in **MIRANDA**, Jorge, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, 2.ª Edição, Coimbra Editora, 2010, p. 1442.

publicação de uma obra com base no argumento da ortografia? A resposta, no nosso entender, deve ser não.

Mas é uma questão preocupante. Aliás, essa mesma preocupação foi expressa pelo PEN Internacional – organização que agrega escritores de todo o mundo e que é órgão consultivo da UNESCO e da ONU – quando em Agosto de 2012 o seu Comité de Tradução e Direitos Linguísticos aprovou uma resolução (Resolução E) que condena o AO90. Nela pode ler-se:

*“(...) Tanto quanto podemos ver, não há nada na iniciativa Portuguesa que faça mais do que limitar a força natural de uma Língua através da tentativa de limitar a sua criatividade através de um colete-de-forças de regras burocráticas.*

*(...)*

*É desapontante que as autoridades que, qualquer que seja o seu poder, não têm conhecimento real de como as Línguas vivem e crescem, tentem limitar a força do Português através da imposição de regras artificiais desenhadas para minar a força da Língua – isto é, a sua capacidade para constantemente se reinventar.”<sup>239</sup>*

De facto, se as Editoras impuserem a um escritor o uso de uma ortografia, estão a limitar a sua liberdade de expressão. Estamos perante um acto de censura como o definimos. É um acto realizado por uma entidade com poder que limita uma forma de expressão – a expressão escrita – com base num julgamento político (porque é isso que o AO90 é: uma questão política) feito pelo detentor do poder.

Se é verdade que as Editoras de livros até agora têm respeitado o desejo dos autores, o mesmo não pode ser dito daqueles jornais que já adoptaram o “Acordo”. Neles, não só os jornalistas são forçados a aplicar o AO, como, nalguns, até os cronistas o têm de fazer.

A 11 de Janeiro de 2013, no programa “Jornal da Semana” do Porto Canal, o comentador Rui Moreira revelou que no “*Jornal de Notícias*” onde é cronista, é obrigado a escrever de acordo com as “regras” do AO90, não lhe tendo sido dada a hipótese de não o fazer<sup>240</sup>. E, de facto, uma análise à página da internet do JN e a um exemplar em papel do

---

<sup>239</sup> Tradução nossa. O original – em Inglês – pode ser lido em **Comité de Tradução e Direitos Linguísticos, Resolução E**, Agosto 2012, <http://www.serbesti.net/?id=1806>, consultado a 15 de Janeiro de 2013 às 05:29.

<sup>240</sup> O vídeo da intervenção está disponível em <http://youtu.be/yG7mFHc5kqE>, e também no DVD que acompanha esta Tese com o título “vídeo nº 4”.

mesmo revela que não há textos escritos ao abrigo da “antiga” ortografia, isto é, da ortografia legalmente em vigor. Trata-se de um gravíssimo caso, no nosso entender, de censura por parte do jornal. Trata-se de um acto de uma entidade com poder que condiciona a expressão de alguém para servir interesses próprios. E mesmo que, neste caso, a “conversão” seja deixada aos editores, o certo é que há um acto sobre uma obra alheia que a adultera, e que é feita simplesmente para servir interesses do jornal. Algo que nada de bom faz antever para o futuro, caso a democracia não vingue nesta matéria.

Outros jornais como, por exemplo, o Diário de Notícias, adoptaram uma outra estratégia. Os jornalistas são à mesma obrigados a escrever segundo o AO90. Já os cronistas podem não o fazer. Mas recebem uma notinha no fim do seu texto que diz *“Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico.”*

Esta pequena frase é, no nosso entender, uma forma de estigmatizar o autor. Fazendo-o sentir-se como “fora do normal” (como se cumprir a Lei fosse fora do normal), é algo que pode coagir psicologicamente o autor do texto a optar por utilizar uma grafia que lhe é estranha para satisfazer os desejos editoriais do patrão. Trata-se de uma limitação à liberdade de expressão tão grave como a completa supressão do texto porque se está a interferir de forma ilegítima com uma forma de expressão – a escrita – sem qualquer objectivo que sequer o possa justificar.

## **Conclusões**

Começámos esta dissertação com uma pergunta em duas partes: pretendíamos saber se é possível a coexistência da censura e da democracia no mesmo Estado e, obtida a resposta, se poderíamos dizer que há ou não, censura no Portugal pós-25 de Abril, no Portugal moderno, em suma, na III República.

Respondamos já à primeira parte da questão: sim.

A censura, ao contrário do que poderíamos ser levados a pensar, não é de todo incompatível com a democracia. Aquilo que a pode tornar incompatível com um regime que se baseia na liberdade e na participação do povo nas decisões colectivas, é o grau de censura exercido sobre esse mesmo povo e os alvos da censura em si.

Como vimos, a actividade censória no Ocidente está bem viva. E foca-se em duas grandes categorias: a censura de ideologias políticas e a censura de conteúdos.

Quanto à censura de ideologias, vimos que na Europa há, actualmente dois temas de que é praticamente proibido falar: Nacional-Socialismo e Holocausto.

A reacção da grande maioria dos Estados Europeus após a vitória dos Aliados sobre a Alemanha de Hitler levou a que muitos deles criassem legislação própria para perseguir aqueles que ainda defendiam e defendem a ideologia nacional-socialista. Alguns desses Estados, como a Alemanha e a Áustria, decidiram apontar baterias de forma muito específica a uma só ideologia: o nazismo. Através de duras Leis que impõem o silêncio sob pena de prisão a todos aqueles que ousarem defender os ideais de Hitler, acabaram por restringir o próprio debate sobre o tema a um dos lados do argumento. Autores como David Irving são perseguidos e punidos pelo “crime” de questionar a existência do Holocausto ou de que Hitler teria conhecimento da “Solução Final para a questão Judaica”. Ainda que a maioria discorde destas opiniões, mandariam as regras do debate sério que tais opiniões pudessem ser expressadas e fossem caladas, unicamente, pelos argumentos contrários. Tal não é a opinião Austro-Germânica.

Outros Estados há, como o Reino Unido, onde tais ideologias não são sequer perseguidas, muito menos punidas. São simplesmente caladas pelo debate de ideias.

E depois há o meio-termo onde encontramos países como França e Portugal. Em França é crime negar o holocausto e materializar qualquer tipo de expressão de apoio a actos racistas, anti-semitas ou xenófobos. Contudo, nada proíbe em si o apoio do Nacional-Socialismo, contanto que não seja negado o holocausto nem apoiada qualquer acção que execute os ideais anti-semitas do nazismo.

Já em Portugal, Lei alguma proíbe a adesão ao ideário Nazi, desde que tal adesão não se materialize em acções contra outros seres humanos. A negação do holocausto é perfeitamente possível e não passível de punição pela lei criminal. No entanto, a própria Constituição de Portugal proíbe uma miríade de ideologias da chamada “extrema-direita” de participar na vida política – mesmo que tais associações não perfilhem qualquer ideal eugénico ou incentivem a qualquer tipo de violência – num acto que considerámos de censura.

Do outro lado do Atlântico, o cenário é completamente diferente.

Nos EUA só a Segurança Nacional é mais preciosa que o direito a exprimir ideias e ideais políticos, sejam eles quais foram. Em Terras do Tio Sam é possível ser-se neo-nazi, comunista ou anarquista, pouco importa. Qualquer acto contra outro ser humano é punido mas a ideologia política que o motivou é irrelevante. Um crime de ódio é um crime de ódio e ninguém é especialmente punido por perfilhar uma em vez de outra. Contudo, como vimos, depois do 11 de Setembro essa liberdade de expressão sofreu uma considerável machadada. Não porque se tenha passado, à semelhança da Europa, a punir a negação do holocausto ou a defesa das ideias nazis, mas sim porque se passou a aceitar menos bem demonstrações de desagrado para com as decisões do Governo, especialmente aquelas que dizem respeito à política externa americana.

Já quando se trata da censura de conteúdos, o tabuleiro é invertido.

Na Europa há uma maior permissividade no que toca à divulgação de conteúdos, especialmente aqueles considerados “indecentes” ou “obscenos”<sup>241</sup>. Com efeito, a regulamentação deste tipo de conteúdo é feita por entidades ou do Estado ou com poderes pelo Estado atribuídos, e visa maioritariamente a classificação dos conteúdos de acordo com uma escala etária previamente definida. Só em casos muito raros é que alguma obra é banida por essas entidades e mesmo assim nunca é banida por tempo indefinido. A exceção é, como vimos, a Alemanha e a Áustria, no que a obras produzidas pela propaganda nazi diz respeito. Essa proibição segue, contudo, a política de silenciamento ideológica levada a cabo pela Lei Penal.

Neste aspecto Portugal é um país até relativamente permissivo. Não encontramos registo de qualquer filme “banido” do território nacional. Vimos que há legislação que regulamenta, à semelhança dos restantes países Europeus, a distribuição de filmes de índole pornográfica e que restringem a sua comercialização a lojas especializadas, mas pouco mais. Aliás, Portugal está, nesse aspecto, em avançado estado de “liberalização” já que, como vimos, é um Estado onde se aceita a pornografia como forma de Arte e, como tal, protegida pelo direito à liberdade de expressão.

Já nos Estados Unidos a situação difere. Com a FCC, a Federação garante que nenhum tipo de material “obsceno” ou “indecente” é permitido nas televisões. A garra castradora da FCC chega ao ponto de censurar o próprio discurso humano, impedindo os americanos de utilizarem expressões “menos próprias”, mesmo quando em estados de euforia. Vimos como a FCC persegue canais de televisão e instituições por não terem censurado previamente determinado conteúdo, mesmo quando tal conteúdo é completamente inofensivo para o público-alvo. Vimos, também, como a jurisprudência americana é volátil no que se entende por “obscenidade” e “indecência”, e como a FCC se aproveita disso para expandir o seu braço censório sobre a liberdade de expressão Norte-Americana.

Em resumo, vimos que, apesar da existência generalizada de democracias no Ocidente, a censura continua, nele, bem viva. Há três grandes temas em que, no Ocidente, é complicado tocar: no sexo, na Raça, e no holocausto.

---

<sup>241</sup> Esporadicamente há tentativas na Europa para banir a pornografia, mas tais tentativas redundam sempre no óbvio fracasso. A mais recente tentativa que visava eliminar estereótipos de género nos *media*, previa banir toda a forma de pornografia dos *media* e proibir a promoção do turismo sexual. Esta legislação, claramente censória, acabou aprovada preliminarmente, mas sem os artigos que impunham aos Estados esse tipo de acções de censura. Vide **Proposta 2012/2116(INI)**, [http://www.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&reference=2012/2116\(INI\)#foreCast](http://www.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&reference=2012/2116(INI)#foreCast), consultado a 12 de Março de 2013 às 19:25.

Estas são as três áreas onde, de forma geral, há censura no Ocidente. Mas e Portugal? Afinal, que podemos dizer da Pátria que nos viu nascer?

Portugal é, como sempre, um caso à parte.

Nele, não é complicado falar no Holocausto. Podemos negá-lo, podemos aceitá-lo, a verdade é que a maioria dos Portugueses não está sequer preocupado com o tema. Afinal, Portugal foi um país neutro durante a Segunda Guerra Mundial e, apesar da passagem de vários judeus fugidos da Europa Central, por Lisboa, os Portugueses continuaram com a sua vida e depressa esqueceram o assunto. Ligam-no aos Nazis mas pouco mais. Afinal, Portugal é um país com “telhados de vidro” no que toca aos judeus. Leis relativas ao holocausto fariam pouco sentido em Portugal, não só porque não há grande movimento de contestação ao mesmo, como Portugal não tem motivos para legislar sobre o assunto.

No que à Raça diz respeito, também a legislação portuguesa se limita a condenar os chamados crimes de ódio, mas nada mais. Apesar da proibição genérica de discriminação por motivos raciais presente na Constituição da República Portuguesa<sup>242</sup> – artigo 13º (Princípio da Igualdade) – ninguém é preso ou condenado por ser racista, a menos que tal visão social se materialize em casos previstos pelo artigo 240º do Código Penal<sup>243</sup>. No entanto, e apesar da falta de dados estatísticos mais concretos, não é difícil admitirmos que o racismo em Portugal é algo que só publicamente é condenado. Em todo o Português há um pouco de racismo, nem que seja quando se exalta e precisa de encontrar um culpado para a sua frustração. Ainda assim, não somos um Povo particularmente hostil. Em Portugal existe aquilo a que a ONU chamou de “racismo subtil”<sup>244</sup>. Portanto também não é um tema particularmente discutido.

No que ao sexo concerne, não tem Portugal grandes pruridos. Como vimos, ao contrário da jurisprudência Norte-Americana, em Portugal a pornografia é considerada uma forma de Arte e protegida pelo direito constitucional à liberdade de expressão. Há leis que regulamentam a distribuição e difusão de conteúdos pornográficos mas o resto é pacífico. A entidade responsável pela televisão raramente intervém em assuntos relacionados com o sexo, mesmo quando são transmitidos conteúdos menos próprios em horários diurnos.

À medida que os anos vão passando sobre os conceitos de “moral” e “bons costumes” da II República, Portugal tem-se tornado um país mais permissivo nessa área e onde, apesar da atitude discreta portuguesa, o sexo e a sexualidade se têm tornado

---

<sup>242</sup> Cfr. **Constituição da República Portuguesa**, Edição 2005, Almedina, Coimbra, 2005.

<sup>243</sup> Cfr. **PIZARRO DE ALMEIRA**, Carlota, **VILALONGA**, José Manuel (org.) *Código Penal Português*, Almedina, Setembro de 2007, p.133

<sup>244</sup> **HENRIQUES**, Joana Gorjão, “*ONU traça retrato de discriminação e “racismo subtil” em Portugal*” in Público, 2012/09/26, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/onu-traca-retrato-de-discriminacao-e-racismo-subtil-em-portugal-1564647>, consultado a 18 de Fevereiro de 2013 às 05:23.



assuntos mais banais e que não necessitam de um organismo censório que vá controlando tais conteúdos.

Mas Portugal, como dissemos, é um caso à parte. Onde noutros países estão temas como o holocausto e o sexo, em Portugal está a Religião e o Poder.

“Deus, Pátria e Família” é uma trindade que já quase nada diz aos Portugueses. Mas “Fado, Futebol e Fátima” continuam vivos na nossa cultura. Especialmente no que diz respeito à reverência devida a Fátima e à Igreja Católica em geral. E em Portugal, não obstante a “suposta” laicidade do Estado, vimos que este actuou censoriamente, mais que uma vez, em defesa da “moral Católica”. Os casos da censura à “Última Ceia de Cristo”, ao sketch com a Rainha Santa Isabel e ao “*Evangelho segundo Jesus Cristo*” foram dois casos paradigmáticos dessa “defesa” da Igreja Católica por parte do Estado e de entidades por ele controladas (nos dois primeiros casos, a RTP).

Nota-se que o regime continua a conviver mal com os artistas. O problema é que, na ausência de uma censura prévia, a censura a programas, como os de Herman José, acabou sempre por ter de ser feita *a posteriori*. E se com livros como “*O Evangelho segundo Jesus Cristo*” é mais fácil censurá-los, o mesmo não acontece com os *media*. E aqui a dificuldade do Estado em esconder estes impulsos censórios reside no *boom* dos meios de comunicação que surgiram desde 1974.

E este *boom* veio trazer dores de cabeça acrescida àqueles no Poder. Com o chamado jornalismo de investigação quer por parte de jornais quer por parte de telejornais, e com os canais televisivos a digladiarem-se em nome das audiências, o jornalismo em particular começou a explorar com maior veemência as vidas daqueles que governam. Isso deixa claramente desconfortáveis os que mandam. E quando alguém detém Poder e se sente incomodado com algo, a tendência é para usar esse poder para “eliminar” a fonte do incómodo. E em Portugal os governantes têm vindo a exercer esse Poder com mais frequência do que antes. Como pudemos observar, só na primeira década do século XXI houve mais casos tornados públicos de governantes que se intrometeram em linhas editoriais do que no último quarto do século XX.

Será irrealista pensar, obviamente, que antes do século XXI os governantes portugueses não exerceram nunca o seu Poder junto de órgãos de comunicação social de forma a censurar determinadas opiniões ou conteúdos incómodos para os agentes. No entanto não há registos públicos dessa interferência. Temos os registos de pressões e interferências feitas em nome da “moral Católica” como nos casos dos programas de Herman ou do livro de Saramago. Mas pouco mais.

Note-se, no entanto, um outro dado curioso. Enquanto no século XXI os casos que vimos de censura por parte de governantes foram feitos directamente e pela capacidade de pressão que os cargos públicos trazem com eles, no pós-25 de Abril e até ao fim dos anos

80, os nossos governantes optaram por outros métodos menos públicos. Nomeadamente o recurso aos tribunais. Foi o que aconteceu, como vimos, no caso dos cartoons sobre o General Ramalho Eanes.

Temos, portanto, dois métodos típicos usados por aqueles com Poder em Portugal: ora instrumentalizam a Justiça de forma a conseguir que determinados conteúdos sejam censurados ou reprimidos – seja através do confisco de obras ou da intimidação através de processos judiciais contra jornalistas – ora utilizam os meios à sua disposição enquanto detentores do Poder, para conseguir que as fontes de incómodo sejam silenciadas.

Este *modus operandi* Português parece-nos muito mais perigoso que o tipo de censura que encontramos no resto do Ocidente. Por injustas que sejam as perseguições a determinadas ideologias na Europa, o certo é que as regras são claras, por mais abusador que nos possa parecer o zelo da FCC no que toca aos conteúdos televisivos nos EUA, o certo é que toda essa actuação é feita ao abrigo da Lei e as “regras do jogo” são conhecidas de todos. Em Portugal tal não acontece. À excepção da Lei que proíbe de forma genérica “fascismos” e que já criticámos, e das excepções constitucionais à liberdade de expressão de determinados funcionários de certos sectores do Estado (nomeadamente as Forças Armadas), mais previsão legal alguma dá ao Poder o direito ou a capacidade de interferir na liberdade de expressão (e informação). Assim, as intromissões e pressões levadas a cabo durante a história da III República Portuguesa levam-nos a concluir que sim, há censura em Portugal. Ela é tão velha como nós e connosco continua a viver. A única diferença é que, na III República, à falta de instituições censórias oficiais e regras definidas para a sua actuação, os actos de censura revestem um carácter de obscuridade e secretismo pouco saudáveis.

A Winston Churchill atribui-se o mediatismo da expressão, proferida num discurso na Câmara dos Comuns a 11 de Novembro de 1947, “(...)a democracia é a pior forma de Governo tirando todas as outras formas já tentadas de tempos a tempos”<sup>245</sup>. E, de facto, mesmo a democracia mais desenvolvida tem os seus defeitos.

Vimos como nos EUA – o país tido como “estandarte” da democracia – a liberdade de expressão não é tão universal e absoluta como se poderia pensar, e mesmo dentro dos limites do respeito pelo próximo está sujeita a restrições muitas vezes severas.

A democracia Portuguesa é relativamente jovem. Mas isso não é justificação para que nela encontremos tantos casos de censura com a mão do Estado. Não quando aquilo

---

<sup>245</sup> LANGWORTH, Richard (ed.), *Churchill by Himself: The Definitive Collection of Quotations*, 1<sup>st</sup> Edition, PublicAffairs, New York, Outubro 2008, p.573. (Tradução nossa).

que é dito, na própria Constituição, o contrário. Portugal está muitíssimo longe de ser uma democracia perfeita. Mas um bom passo nessa direcção seria, por exemplo, a clara definição de um regime de censura onde fossem colocadas de forma clara as regras do jogo. Não seria nada de extraordinário. Vimos como na Europa e nos EUA existe censura institucionalizada e não é por isso que essas sociedades se tornaram menos livres. Essas sociedades tornaram-se, no entanto, mais transparentes quando comparadas com Portugal.

Em Portugal já não existe uma única televisão controlada pelo Estado, e mesmo que os políticos consigam interferir nas linhas editoriais das televisões e dos jornais privados como se viu, haverá sempre o “problema” da internet, que como novo meio de comunicação de massas, não tem quem a consiga controlar (apesar das várias tentativas de legislar sobre ela) e por isso qualquer censura que consiga ser feita nos *media* tradicionais não é passível de ser feita nos novos *media*. Ainda que a Lei consiga prever casos em que conteúdos na internet possam ser retirados da fonte principal (imagine-se uma publicação num *blog* que atente contra o bom-nome de alguém), essa informação não desaparece. Nem mesmo através da Lei se consegue apagar algo da internet uma vez lá colocado. Porque a internet não pertence a ninguém pertencendo a toda a gente. É global. E isso torna a actuação dos governantes mais facilmente escrutável e denunciável. É, por isso, cada vez mais imperioso que os Estados democráticos caminhem no sentido de maior transparência.

Acabando-se com a dissimulação de dizer que “em democracia não há censura”, caminha-se de forma mais proveitosa para uma melhor democracia.

O jogo da democracia só é justo e honesto quando todas as cartas estão sobre a mesa. E a carta da regulamentação da censura tem de ser colocada no baralho. É inútil tentar escondê-la. Especialmente em Portugal.

A censura viveu connosco desde sempre.

E não se irá embora tão cedo.

## Bibliografia

### Obras e artigos académicos

**A.A.V.V.**, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Temas e Debates, Porto, 2001.

**A.A.V.V.** *Catecismo da Igreja Católica: Compêndio*, Libreria Editrice Vaticana, 395. 1855-1861 1874, 2005.

(Cópia digital disponível em [www.vatican.va/archive/compendium\\_ccc/documents/archive\\_2005\\_compendium-ccc\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html))

**ALBUQUERQUE**, Ruy e Martim de, *História do Direito Português - II Volume*, Faculdade de Direito de Lisboa, 1983.

**ANDRADE**, José Carlos Vieira, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 3ª Edição, Almedina, Coimbra, Janeiro 2006.

**BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, *Globalização e Anti-Globalização no Mundo C. Uma visão analítica (Tese de Doutoramento)*, Edição de Autor, Policopiada, Lisboa, 2008.

**BERNS**, Walter, “Pornography vs. Democracy: the case for censorship”, in *The Public Interest* nº22, Inverno 1971.

(Cópia digital disponível em [http://www.nationalaffairs.com/public\\_interest/detail/pornography-vs-democracy-the-case-for-censorship](http://www.nationalaffairs.com/public_interest/detail/pornography-vs-democracy-the-case-for-censorship), consultado a 2011/12/13 às 23:10.)

**BOBBIO**, Norberto, *et al.*, *Dicionário de Política – Volume 1*, 12ª Edição, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

**BUESCU**, Ana Isabel, *D. João III*, Coleção Reis de Portugal, Vol. XV, Círculo de Leitores, Mem Martins, Setembro-Outubro 2005, p. 245-248

**CATARINO**, João Ricardo, *Redistribuição Tributária – Estado Social e Escolha Individual*, Coleção Teses, Almedina, Outubro 2008.

**DE BEER**, C.S. “*Spesiale uitgawe – Vryheid van spraak*”, in Tydskrif vir Geesteswetenskappe, Suid Afrikaanse Akademie vir Wetenskap & Kuns, Pretória – África do Sul, Jaargange 49, No. 1, Março 2009.

**DELGADO DA SILVA**, António, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações*, Typografia Maigrense, Lisboa, 1828.

(Uma cópia digital está disponível em: [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=109&id\\_obra=73&pagina=682](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=109&id_obra=73&pagina=682))

**DWORKIN**, Ronald M., “*Lord Devlin and the Enforcement of Morals*” in Faculty Scholarship Series, [http://digitalcommons.law.yale.edu/fss\\_papers/3611](http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/3611), 1966, p. 988-1005.

**EMILIANO**, António, “*Acordo ortográfico: pareceres ignorados, deveres do Estado e direitos dos cidadãos*” in *Apologia do desacordo ortográfico: textos de intervenção em defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico de 1990*”, Verbo, Fevereiro 2010.

**EPPS**, Garrett (ed.) *Freedom of the Press: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2008.

**GÓIS**, Damião de, *Chronica do sereníssimo Rei D. Manoel*, Primeira Parte, Capítulo CII, Officina de Miguel Manescal da Costa, Lisboa, 1749, p.141-142.  
(Uma cópia digital está disponível na Biblioteca Nacional Digital em <http://purl.pt/288>)

**GRONBECK**, Bruce E. “*The USA Patriot Act: coming to terms with silenced voices*”, in *The Public*, Vol.11, 2, USA, 2004.

**HEFNER**, Hugh, (ed.), *Playboy – Entertainment for Men*, Playboy Enterprises, Inc., USA, 1953.

**HEYMAN**, Steven J. “*Rising the balance: an inquiry into the foundations and limits of freedom of expression*” in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009.

**HOBBS**, Thomas, *Leviathan*, Oxford World’s Classics, Oxford University Press, New York-USA, 1998;

- KELLY**, Christopher. *“Rousseau and the Case for (and against) Censorship”* in *The Journal of Politics* Vol. 59, nº4, USA, University of Texas Press, 1997.
- LANGWORTH**, Richard (ed.), *Churchill by Himself: The Definitive Collection of Quotations*, 1<sup>st</sup> Edition, PublicAffairs, New York, Outubro 2008.
- LARA**, António de Sousa, *Da História das Ideologias Políticas à Teoria das Ideologias*, Volume I, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1994.
- LARA**, António de Sousa, *Elementos de Ciência Política*, 4ª Edição, Papelaria Fernandes, Sintra, 1995.
- LARA**, António de Sousa, *Ciências Políticas – Metodologia, Doutrina e Ideologia*, ISCSP, Lisboa 1998.
- LARA**, António de Sousa, *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, 5ª Edição, ISCSP, Setembro 2009.
- LOCKE**, John, *Dois Tratados do Governo Civil*, Edições 70, Outubro 2006.
- LONG**, Roderick T. "Towards a Libertarian Theory of Class" in *Social Philosophy and Policy* 15, no. 2, Verão 1998: pp.303-349; reimpresso em **PAUL**, Ellen Frankel, **MILLER**, Fred D. Jr., e **PAUL** Jeffrey, (Eds.), *Problems of Market Liberalism*, Cambridge University Press, 1998.  
(Cópia digital disponível no site do autor em <http://www.praxeology.net/libclass-theory-part-1.pdf>, consultado a 10 de Dezembro de 2011 às 21:32.)
- MACKINNON**, Catherine, *“Pornography, Civil Rights, and Speech”*, in *Harvard Civil Rights/ Civil Liberties Law Review* 20, nº 1, 1985.
- MARQUES BESSA**, António, **NOGUEIRA PINTO**, Jaime, *Introdução à Política – Tomo I – O Poder na História*, Editorial Verbo, 1999
- MARSH**, D. e **STOKER**, G. (eds.) *Theory and methods in political science*, 3rd Edition, Palgrave Macmillan, England, 2002

- MEIKLEJOHN**, Alexander *"The First Amendment is an absolute"* in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009.
- MILL**, John Stuart, *Da Liberdade de Pensamento e Expressão*, Leya – Colecção BIS, 1ª Edição, Alfragide, 2010.
- MIRANDA**, Jorge, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, 2.ª Edição, Coimbra Editora, 2010
- MIRANDA**, Jorge, *Manual de Direito Constitucional – Tomo IV: Direitos Fundamentais*, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2000.
- MONTEIRO**, Nuno Gonçalo, *D. José*, Colecção Reis de Portugal, Vol. XXV, Círculo de Leitores, Mem Martins, Setembro-Outubro 2006.
- MOREIRA**, Adriano, *Ciência Política*, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2009.
- NEWTON**, Michael E. *The Path to Tyranny: A history of free society's descent into tyranny*, 2ª Edição, Eleftheria Publishing, 2010.
- NOGUEIRA PINTO**, Jaime, *Salazar visto pelos seus próximos (1946-1968)*, 4ª Edição, Bertrand Editora, Lisboa, 2007.
- OLIVEIRA E COSTA**, João Paulo, *D. Manuel I*, Colecção Reis de Portugal, Vol. XIV, Círculo de Leitores, Mem Martins, Abril 2005
- OTERO**, Paulo, *A Democracia Totalitária: Do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária*, 1ª Edição, Príncípia, 2001.
- PETERS**, Guy B., *Institutional theory in political science: The new institutionalism*, Continuum, New York, reimpressão 2000.
- RAWLS**, John, *Uma Teoria da Justiça*, 1ª Edição, Editorial Presença, Lisboa 1993.
- REBELO DE SOUSA**, Marcelo, *Ciência Política – Conteúdos e Métodos*, LEX – Edições Jurídicas, Lisboa, 1998.

- RIBEIRO DE MENEZES**, Filipe, *Salazar: Uma Biografia Política*, 2ª Edição, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2012.
- ROUSSEAU**, Jean-Jacques, *O Contrato Social (Manuscrito de Genebra)*, Coleção Temas & Debates, Círculo de Leitores, Dezembro 2008;
- SADE**, Marquês de, *Os Cento e Vinte Dias de Sodoma*, Antígona, 2007.
- SALAZAR**, António de Oliveira, “A Constituição das Câmaras na Evolução da Política Portuguesa” in *Discursos (1928-1934)*, I, Coimbra, 1935.
- SALAZAR**, António de Oliveira, “Oração” in **BRAGA DA CRUZ**, Manuel (org.), *Inéditos e Dispersos – I – Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Bertrand Editora, 1997.
- SALAZAR**, António de Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Atomic Books, 2007.
- SANTOS**, António Costa, **JOSÉ**, Herman, *Herman: O Verdadeiro Artista*, 1ª Edição, Guerra e Paz Editores, Outubro 2011.
- SANTOS**, Inês Fonseca, *Produções Fictícias – 13 anos de insucessos*, Oficina do Livro, 1ª Edição, Abril 2006
- SARAIVA**, José Hermano, *História concisa de Portugal*, 24ª Edição, Publicações Europa-América, Coleção Saber, Outubro 2007.
- STONE**, Geoffrey R. “Content regulation and the First Amendment” in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009
- SUNSTEIN**, Cass R., “Free Speech Now” in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009.
- VIEIRA**, Joaquim, *Portugal: Século XX – Crónica em Imagens 1970-1980*, Círculo de Leitores, 2000



**WARBURTON**, Nigel, *Free Speech: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, New York – USA, 2009.

## **Legislação, Acórdãos e Relatórios Oficiais**

### **Legislação Nacional**

**Constituições Portuguesas 1822 | 1826 | 1838 | 1911 | 1933**, Edições da Assembleia da República, Lisboa, 2009.

**Constituição da República Portuguesa**, Edição 2005, Almedina, Coimbra, 2005.

**Declaração Universal dos Direitos o Homem**, *Textos de Direito Internacional Público I*, 4ª edição, revista e actualizada, AAFDL, Lisboa, 2004.

**Diário do Governo** n.º 164 – Ano 1912, Segunda-feira 15 de Julho,  
<http://www.dre.pt/pdfgratis/1912/07/16400.pdf>, p.2513.

**Diário da República**, Série I nº83, 7 de Abril de 1976,  
<http://dre.pt/pdf1sdip/1976/04/08300/07010702.pdf>, pp. 701-702.

**Diário da República**, Série I nº 178, 31 de Julho de 1976,  
<http://www.dre.pt/pdf1s/1976/07/17800/18371837.pdf>, p.1837.

**Diário da República**, Série I nº 230, sexta-feira 6 de Outubro de 1978,  
<http://dre.pt/pdf1sdip/1978/10/23000/20792080.pdf>, pp.2079-2080.

**Diário da República**, Série I n.º 219, 21 de Setembro de 1982,  
<http://www.dre.pt/pdf1s/1982/09/21900/29782981.pdf>, pp.2978-2981.

**Diário da República**, Série I nº61, 14 de Março de 1985,  
<http://dre.pt/pdf1sdip/1985/03/06100/06620689.pdf>, pp.662-689. (*Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*).

**Diário da República**, Série I nº193 de 23 de Agosto de 1991,  
<http://dre.pt/pdf1s%5C1991%5C08%5C193A00%5C43704388.pdf>, p.4384.

**Diário da República**, Série I n.º 298, 22 de Dezembro de 2004,  
<http://dre.pt/pdf1s/2004/12/298A01/00020002.pdf>, p.7286.

**Diário da República**, Série I Nº 132, 11 de Julho de 2006,  
<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/13200/48244835.pdf>, pp.4824-4835.

**Diário da República**, Série I nº93, 14 de Maio de 2008,  
<http://www.dre.pt/pdf1s/2008/05/09300/0263302637.pdf>, pp.2633-2637.

**Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais**, *Textos de Direito Internacional Público I*, 4ª edição, revista e actualizada, AAFDL, Lisboa, 2004.

**PIZARRO DE ALMEIRA**, Carlota, **VILALONGA**, José Manuel (org.) *Código Penal Português*, Almedina, Setembro de 2007, p.133.

**Programa do MFA**, Centro de Documentação 25 Abril da Universidade de Coimbra,  
<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-1.HTM>, consultado a 14 de Dezembro de 2012 às 03:33.

### **Legislação Estrangeira**

**Acordo de Londres** in Projecto Avalon, Faculdade de Direito da Universidade de Yale,  
<http://avalon.law.yale.edu/imt/imtchart.asp>, consultado a 6 de Outubro de 2012.

**Bill of Rights** in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009.

**Constitution of the United States of America** in **AMAR**, David Vikram (ed.) *Freedom of Speech: its Constitutional History and the Contemporary Debate*, Prometheus Books, New York – USA, 2009.

**Estatuto do Tribunal Militar Internacional** *in* Projecto Avalon, Faculdade de Direito da Universidade de Yale, <http://avalon.law.yale.edu/imt/imtconst.asp>, consultado a 6 de Outubro de 2012.

**Jugendschutzgesetz (JuSchG)**, <http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/juschg/gesamt.pdf>, consultado a 25 de Outubro de 2012.

**Loi du 29 juillet 1881 sur la liberté de la presse**,  
[http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do;jsessionid=6FD902A7B67B20328130CA560B3594C1.tpdjo10v\\_1?cidTexte=LEGITEXT000006070722&dateTexte=20121006](http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do;jsessionid=6FD902A7B67B20328130CA560B3594C1.tpdjo10v_1?cidTexte=LEGITEXT000006070722&dateTexte=20121006), consultado a 6 de Outubro de 2012.

**Loi no 90-615 du 13 juillet 1990 tendant à réprimer tout acte raciste, antisémite ou xénophobe**,  
<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000532990&dateTexte=&categorieLien=id>, consultado a 6 de Outubro de 2012.

**Loi no 94-665 du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française**, ORF n°180, 5 août 1994, p. 11392,  
<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000349929&dateTexte=&categorieLien=id>, consultado a 25 de Outubro de 2012.

**Obscene Publications Act 1959**,  
[http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1959/66/pdfs/ukpga\\_19590066\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1959/66/pdfs/ukpga_19590066_en.pdf)  
consultado a 25 de Outubro de 2012

**Obscene Publications Act 1964**,  
[http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1964/74/pdfs/ukpga\\_19640074\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1964/74/pdfs/ukpga_19640074_en.pdf),  
consultado a 25 de Outubro de 2012.

**Ordem Globos de Ouro** disponível em  
[http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-04-43A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-04-43A1.pdf), consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:36.

**Protection of Children Act 1978**,  
[http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1978/37/pdfs/ukpga\\_19780037\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1978/37/pdfs/ukpga_19780037_en.pdf),  
consultado a 25 de Outubro de 2012.

**Public Order Act 1986,**

[http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1986/64/pdfs/ukpga\\_19860064\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1986/64/pdfs/ukpga_19860064_en.pdf)  
consultado a 25 de Outubro de 2012.

**Strafgesetzbuch (StGB),**

<http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/stgb/gesamt.pdf>, consultado a 24 de Setembro de 2012.

***“Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (USA PATRIOT) Act of 2001.”***

[http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107\\_cong\\_public\\_laws&docid=f:publ056.107.pdf](http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf), consultado a 19 de Agosto de 2012 às 02:53.

**Verbotsgesetz 1947**, Ausgegeben am 6. Juni 1945, 4. Stück, Jahrgang 1945,

[http://www.ris.bka.gv.at/Dokumente/BgblPdf/1945\\_13\\_0/1945\\_13\\_0.pdf](http://www.ris.bka.gv.at/Dokumente/BgblPdf/1945_13_0/1945_13_0.pdf), consultado a 21 de Setembro de 2012.

**Video Recordings Act 2010,**

[http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/1/pdfs/ukpga\\_20100001\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/1/pdfs/ukpga_20100001_en.pdf), consultado a 25 de Outubro de 2012.

**Völkerstrafgesetzbuches (VStGB),**

<http://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/vstgb/gesamt.pdf>, consultado a 24 de Setembro de 2012.

**Acórdãos**

**Acórdão do Tribunal Constitucional Alemão**, BVerfG, 1 BvR 1640/97 vom 14.7.1998, Absatz-Nr. (1-170),

[http://www.bverfg.de/entscheidungen/rs19980714\\_1bvr164097.html](http://www.bverfg.de/entscheidungen/rs19980714_1bvr164097.html), consultado a 15 de Janeiro de 2013.

**Acórdão do Tribunal Constitucional Português** nº250/00, processo nº32/PP, 2ª Secção, disponível em <http://w3b.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20000250.html>,

consultado a 20 de Dezembro de 2010.

**Acórdão *Chaplinsky v. New Hampshire***

<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&vol=315&invol=568>,  
consultado a 13 de Outubro de 2012 às 02:21.

**Acórdão *Erznoznik v. City of Jacksonville***

<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=us&vol=422&invol=205>,  
consultado a 10 de Novembro de 2012 às 03:32.

**Acórdão *FCC v. Pacifica Foundation***

<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=US&vol=438&invol=726>,  
consultado a 14 de Novembro de 2012.

**Acórdão *Schenck v. United States***

[http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC\\_CR\\_0249\\_0047\\_ZO.html](http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC_CR_0249_0047_ZO.html),  
consultado a 10 de Novembro de 2012 às 01:12.

## **Relatórios Oficiais**

**Comité de Tradução e Direitos Linguísticos, Resolução E, Agosto 2012,**

<http://www.serbesti.net/?id=1806>, consultado a 15 de Janeiro de 2013 às 05:29.

**Relatório Anual de Protecção da Constituição 2011,**

[http://www.verfassungsschutz.de/download/SHOW/vsbericht\\_2011\\_engl.pdf](http://www.verfassungsschutz.de/download/SHOW/vsbericht_2011_engl.pdf),  
consultado a 24 de Setembro de 2012 às 02:00.

**Relatório da Alta Autoridade para a Comunicação Social,**

<http://www.jornalistas.eu/?n=2732>, consultado a 2012/01/04 às 22:37.

**Relatório Final da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, nº154/12ª/CESC/2009,**

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=11826>, consultado a 26 de Janeiro de 2013 às 01:10.

**Relatório da FCC**, File No. EB-04-IH-0589,

[http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-05-23A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-05-23A1.pdf), consultado a 15 de Novembro de 2012 às 02:40.

**WELBORN**, Angie A., **COHEN**, Henry, “*Regulation of Broadcast Indecency: Background and Legal Analysis*”, Congressional Research Service Report for Congress, USA, 2005/12/02, <http://fpc.state.gov/documents/organization/57868.pdf>, p. 11, consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:38.

### **Peças jornalísticas**

**ALBRECHTSEN**, JANET, “*The freedom to be offensive*“, in The Australian, 2009/04/20, <http://www.theaustralian.com.au/opinion/the-freedom-to-be-offensive/story-e6frg6zo-1225700205161>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 05:20.

**ALMEIDA**, Sérgio, “*Escritores resistem ao Acordo Ortográfico*“, in Jornal de Notícias, 2012/05/23, <http://www.jn.pt/blogs/babel/archive/2012/05/23/escritores-resistem-ao-acordo-ortogr-225-fico.aspx>, consultado a 15 de Janeiro de 2013 às 04:12.

**ANDRADE**, Sérgio P., “*Cronologia: As polémicas de José Saramago*“, in Público, <http://publico.pt/cultura/noticia/cronologia-as-polemicas-de-jose-saramago-actualizada-1442502>, consultado a 2013/01/20 às 21:21.

**BAIÃO**, Ana, “*Manuela Moura Guedes rescinde e sai da TVI*“, in Expresso, 2010/10/19, <http://expresso.sapo.pt/manuela-moura-guedes-rescinde-e-sai-da-tvi=f610190>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:35.

**BOWCOTT**, OWEN, “*Alleged Holocaust denial held at Heathrow*“, in The Guardian, 2008/10/02, <http://www.guardian.co.uk/world/2008/oct/02/secondworldwar.austrelia>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 05:12.

**CASTANHEIRA**, José Pedro, “*Os 900 livros que a censura proibiu*“, in Expresso, 2012/04/21, <http://expresso.sapo.pt/os-900-livros-que-a-censura-proibiu=f720543>, consultado a 6 de Janeiro de 2013 às 01:37.

**CHAPMAN**, James, “Free speech ‘strangled by law that bans insults’ and is abused by over-zealous police and prosecutors”, in Daily Mail, 2012/05/15, <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2145009/Public-Order-Act-Free-speech-strangled-law-bans-insults.html>, consultado a 25 de Outubro de 2012.

**FARIA COSTA**, José, **FERREIRA DE ALMEIDA**, Francisco, “O chamado ‘novo acordo ortográfico’: um descaso político e jurídico”, in Diário de Notícias, Fevereiro 2012, [http://www.dn.pt/inicio/opiniaio/interior.aspx?content\\_id=2300823&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/opiniaio/interior.aspx?content_id=2300823&page=-1), consultado a 25 de Janeiro de 2013 às 05:23.

**FREITAS**, Helena de Sousa, “Polémicos e censurados: A difícil relação com os poderes” in “Cartoons de imprensa: a rir se castigam os costumes”, in Jornalismo & Jornalistas, nº37, Janeiro/Março 2009, [http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37\\_6\\_Cartoonsdeimprensa.pdf](http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37_6_Cartoonsdeimprensa.pdf), p.16.

**GOMES**, João Cortesão, “Professor de Inglês suspenso de funções por ter comentado licenciatura de Sócrates”, in Público, 2007/05/19, <http://publico.pt/sociedade/noticia/professor-de-ingles-suspenso-de-funcoes-por-ter-comentado-licenciatura-de-socrates-1294471>, consultado a 2013/01/23 às 03:50.

**HENRIQUES**, Joana Gorjão, “ONU traça retrato de discriminação e ‘racismo subtil’ em Portugal” in Público, 2012/09/26, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/onu-traca-retrato-de-discriminacao-e-racismo-subtil-em-portugal-1564647>, consultado a 18 de Fevereiro de 2013 às 05:23.

**JAS/SPIEGEL**, “German Intelligence Has 130 Informants in Extremist Party”, in Der Spiegel, 2011/12/12, <http://www.spiegel.de/international/germany/infiltrating-the-far-right-german-intelligence-has-130-informants-in-extremist-party-a-803136.html>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 02:08.

**LIMA**, Rosa Pedroso, “ERC reprova intervenção da Administração da TVI no fim do Jornal Nacional de Manuela Moura Guedes”, in Expresso, 2009/10/14, <http://expresso.sapo.pt/erc-reprova-intervencao-da-administracao-da-tvi-no-fim-do-jornal-nacional-de-manuela-moura-guedes=f541380>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:35.

**LUSA**, *"Directora de centro de Saúde demitida por não retirar cartaz "jocosos" para Correia de Campos"*, in *dnoticias*, 2007/06/28, <http://www.dnoticias.pt/actualidade/pais/173811-directora-de-centro-de-saude-demitida-por-nao-retirar-cartaz-jocosos-para-cor>, consultado a 2013/01/23 às 04:31.

**LUSA**, *"Directora de Centro de Saúde de Vieira do Minho demitida por quebrar dever de lealdade"*, in *Público*, 2007/06/28, <http://publico.pt/politica/noticia/directora-de-centro-de-saude-de-vieira-do-minho-demitida-por-quebrar-dever-de-lealdade-1297989>, consultado a 2013/01/23 às 04:37.

**LUSA**, *"Ex-editor acusa Moniz de o obrigar a alinhar o jornal pelo de Moura Guedes"*, in *Expresso*, 2009/09/04, <http://expresso.sapo.pt/ex-editor-acusa-moniz-de-o-obrigar-a-alinhar-jornal-pelo-de-moura-guedes=f534025>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:20.

**LUSA/SOL**, *"Monumento aos «heróis do Ultramar» onde já esteve estátua Salazar gera críticas"*, in *Semanário SOL*, 2010/05/12, [http://canais.sol.pt/paginainicial/sociedade/interior.aspx?content\\_id=172185](http://canais.sol.pt/paginainicial/sociedade/interior.aspx?content_id=172185), consultado a 2013/01/27 às 02:50.

**LUSA**, *"Piada sobre licenciatura de Sócrates motiva pedido de audição da Ministra"*, in *Público*, 2007/05/22, <http://publico.pt/politica/noticia/piada-sobre-licenciatura-de-socrates-motiva-pedido-de-audicao-da-ministra-1294736>, consultado a 2013/01/23 às 03:55.

**LUSA**, *"Prisa: decisão de acabar o 'Jornal Nacional' foi apenas interna"*, in *Expresso*, 2009/11/25, <http://expresso.sapo.pt/prisa-decisao-de-acabar-o-jornal-nacional-foi-apenas-interna=f549427>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 03:49.

**LUSA**, *"Suspensão teve a ver com homogeneização da informação"*, in *Expresso*, 2009/09/03, <http://expresso.sapo.pt/suspensao-teve-a-ver-com-homogeneizacao-da-informacao=f533854>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:14.

**MACHADO**, Ana, *"ERC dá razão a José Diogo Quintela contra A Bola"*, in *Público*, 2011/07/06, <http://www.publico.pt/media/noticia/erc-da-razao-a-jose-diogo-quintela-contra-a-bola-1501649>, consultado a 23 de Janeiro de 2013 às 03:40.



**MACHADO**, Ana, **RIBEIRO**, Susana Almeida, *"Membros do Gato Fedorento deixam 'A Bola' por contencioso com Sousa Tavares"*, in Público, 2010/11/11, <http://publico.pt/media/noticia/membros-dos-gato-fedorento-deixam-a-bola-por-contencioso-com-sousa-tavares-1465529>, consultado a 2013/01/22 às 05:12.

**PARKER**, Andrew, *"US bars friends over Twitter joke"*, in The Sun, 2012/01/30, <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/news/4095372/Twitter-news-US-bars-friends-over-Twitter-joke.html>, consultado a 10 de Novembro de 2012 às 02:27.

**RALHA**, Leonardo, *"Augusto Cid: 'Pedi a Eanes para não levarem um cão com problemas de barriga'"*, in Correio da Manhã, 2012/10/14, <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/domingo/augusto-cid-pedi-a-eanes-para-nao-levarem-um-cao-com-problemas-de-barriga-com-video>, consultado a 2013/01/20 às 20:57.

**SÁ**, Paula, *"Marcelo saiu da TVI por pressão"*, in Diário de Notícias, 2009/09/04, [http://www.dn.pt/inicio/tv/interior.aspx?content\\_id=1352379&seccao=Media](http://www.dn.pt/inicio/tv/interior.aspx?content_id=1352379&seccao=Media), consultado a 2012/01/20 às 21:38.

**SANCHES**, Andreia, *"Estado paga indemnização de 12 mil euros a professor acusado de insultar Sócrates"*, in Público, 2013/01/22, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/tribunal-confirma-condenacao-do-estado-no-caso-do-afastamento-de-fernando-charrua-da-dren-1581636>, consultado a 23 de Janeiro de 2013 às 04:05.

**S.A.**, *"'Anti-Semitic' Turkish Blockbuster Denied Release in Germany"*, in Spiegel Online, 2011/01/26, <http://www.spiegel.de/international/germany/valley-of-the-wolves-controversy-anti-semitic-turkish-blockbuster-denied-release-in-germany-a-741780.html>, consultado a 25 de Outubro de 2012.

**S.A.**, *"Apologetic Jackson says 'costume reveal' went awry"*, CNN, 2004/02/03, <http://edition.cnn.com/2004/US/02/02/superbowl.jackson/>, consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:30.

**S.A.**, *"Comunicado de Imprensa - Estudo revela inutilidade do Acordo Ortográfico"*, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, 2008/05/14,

<http://www.apel.pt/pageview.aspx?pageid=118>, consultado a 27 de Janeiro de 2013 às 06:35.

**S.A.**, *"Holocaust denial to be released"*, BBC News, 2006/12/20, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6196073.stm>, consultado a 22 de Setembro de 2012 às 04:48.

**S.A.**, *"Marcelo abandona posto de comentador"*, in TSF, 2004/10/06, [http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=769627](http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=769627), consultado a 2012/01/04 às 21:53.

**S.A.**, *"Rowan Atkinson: we must be allowed to insult each other"*, in The Telegraph, 2012/10/18, <http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/law-and-order/9616750/Rowan-Atkinson-we-must-be-allowed-to-insult-each-other.html>, consultado a 25 de Outubro de 2012 às 04:34.

**S.A.**, *"Sousa Lara voltaria a vetar livro de Saramago"*, in TSF, 2004/04/15, [http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=768316](http://www.tsf.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=768316), consultado a 21 de Dezembro de 2012 às 23:37.

**S.A.**, *"TVI: 'Liberdade de informação foi afectada', diz Ferreira Leite"*, in Expresso, 2009/09/05, <http://expresso.sapo.pt/tvi-liberdade-de-informacao-foi-afectada-diz-ferreira-leite=f534156>, consultado a 21 de Janeiro de 2013 às 04:01.

**S.A.**, *"Twitter joke to 'destroy America' reportedly gets U.K. tourists barred from US"*, in Fox News, 2012/01/30, <http://www.foxnews.com/travel/2012/01/30/twitter-joke-to-destroy-america-gets-tourists-barred-from-us/>, consultado a 10 de Novembro de 2012 às 02:40.

**STARNES**, Todd, *"WH silent over demands to denounce 'Piss Christ' artwork"*, in FOX News, 2012/09/21, <http://radio.foxnews.com/toddstarnes/top-stories/wh-silent-over-demands-to-denounce-piss-christ-artwork.html>, consultado a 16 de Novembro de 2012 às 22:58.

**TRAYNOR**, Ian, *"Irving jailed for denying Holocaust"*, in The Guardian, 2006/02/21, <http://www.guardian.co.uk/world/2006/feb/21/thefarright.highereducation>, consultado a 22 de Setembro de 2012 às 04:36.

**V.V.A.A.**, *“Germany Faces Tough Battle to Ban Far-Right NPD”*, in Der Spiegel, 2012/12/07, <http://www.spiegel.de/international/germany/protected-by-the-constitution-germany-faces-tough-battle-to-ban-far-right-npd-a-802014.html>, consultado a 20 de Setembro de 2012 às 02:13.

## **Outros documentos**

### **Vídeo**

**TANNER**, Jerome, *Who’s Nailin’ Paylin?*, Hustler Video, produzido por Larry Flynt, USA, 2008, DVD.

**Vídeo nº1** - *As afirmações de David Irving sobre o holocausto*

<http://youtu.be/D2ZzrYRRpHU>

Minutos 05:30 a 09:39.

Localização e data do vídeo desconhecidas.

(Uma cópia do vídeo encontra-se no DVD apenso a esta Tese).

**Vídeo nº2** - *Reacção da ex-deputada Odete Santos à eleição do Professor Oliveira Salazar como “Grande Português”.*

<http://www.youtube.com/watch?v=hHWtZtXHkq8>.

©RTP – Março 2007.

(Uma cópia do vídeo encontra-se no DVD apenso a esta Tese).

**Vídeo nº 3** - *Declarações de Sócrates e de José Eduardo Moniz sobre o Jornal Nacional*

<http://www.youtube.com/watch?v=MhyMzxVNbus>

©TVI – 22 de Abril de 2009.

(Uma cópia do vídeo encontra-se no DVD apenso a esta Tese).

**Vídeo nº4** – *Declarações de Rui Moreira sobre o Acordo Ortográfico*

<http://youtu.be/yG7mFHc5kqE>

©Porto Canal – 11 de Janeiro de 2013.

(Uma cópia do vídeo encontra-se no DVD apenso a esta Tese).

**Vídeo nº5 – Declarações de Herman José sobre “Humor de Perdição”**

Conversa “O Riso por quem o faz”, parte da exposição *Riso – Uma exposição a sério*.

Museu da Electricidade, Lisboa, sábado 2 de Fevereiro de 2013.

©DBS – Fevereiro 2013.

(O original, captado pelo autor desta dissertação, encontra-se no DVD apenso a esta Tese).

**Vídeo nº6 – Sketch “Entrevista Histórica a Afonso Albuquerque”**

<http://www.youtube.com/watch?v=NDFmJb7vN2Q>

©RTP – 1988

(Uma cópia do vídeo encontra-se no DVD apenso a esta Tese).

**Vídeo nº7 – Sketch “Entrevista Histórica à Rainha Santa Isabel”**

<http://www.youtube.com/watch?v=Z1LW7WQXI6k>

©RTP – 1988

(Uma cópia do vídeo encontra-se no DVD apenso a esta Tese).

**Vídeo nº8 - Declarações de Marcelo Rebelo de Sousa sobre o sketch de Herman “A última ceia de Cristo”**

“Os Incorrigíveis”, 2ª Série - 17ª Crónica de Herman José

<http://videos.sapo.pt/Z8I7qiroVBioc4YFU4Sv>

Minutos 1:40 a 2:05

©Sapo – 10 de Janeiro de 2008

(Uma cópia do vídeo encontra-se no DVD apenso a esta Tese).

**Guias, queixas, discussões e comunicados oficiais**

**Classificação da BBFC do filme “Grotesque”**

<http://www.bbfc.co.uk/website/Classified.nsf/0/CBAD4497BEC6D8A18025761600520707> (consultado a 25 de Outubro de 2012 às 03:24.).

**Complaints Regarding Various Television Broadcasts Between February 2, 2002 and March 8, 2005**

[http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-06-17A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-06-17A1.pdf)

(consultado a 15 de Novembro de 2012 às 01:58).

**Comunicado do Presidente da FCC sobre o caso “Super Bowl”**

[http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/DOC-243435A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/DOC-243435A1.pdf)

(consultado a 14 de Novembro de 2012 às 05:33).

**Excertos da discussão no Senado dos Estados Unidos sobre “Piss Christ”**

[http://www.csulb.edu/~jvancamp/361\\_r7.html](http://www.csulb.edu/~jvancamp/361_r7.html)

(consultado a 10 de Novembro de 2012, às 02:13).

**FCC Guide**

<http://www.fcc.gov/guides/obscenity-indecency-and-profanity>.

(consultado a 11 de Novembro de 2012 às 02:17).

**Proposta 2012/2116(INI)**

[http://www.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&reference=2012/2116\(INI\)#foreCast](http://www.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=en&reference=2012/2116(INI)#foreCast), consultado a 12 de Março de 2013 às 19:25.

**S.A.**, “*The sbbfc Student Guide 2005/06*”, British Board of Film Classification, 2005, [http://www.sbbfc.co.uk/Assets/documents/sbbfc\\_online\\_new.pdf](http://www.sbbfc.co.uk/Assets/documents/sbbfc_online_new.pdf), p.1, consultado a 25 de Outubro de 2012 às 01:27.

**Páginas na internet**

**António Emiliano – Página com os vários pareceres sobre o Acordo Ortográfico**

<http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/AOLP90/index.html>

(consultado a 25 de Janeiro de 2013 às 05:47).

**Centre National du Cinéma et de l'image animée**

<http://www.cnc.fr/web/en/about-us>

(consultado a 25 de Outubro de 2012 às 04:34).

**David Irving - Página pessoal**

<http://www.fpp.co.uk/Auschwitz/docs/controversies/Reward.html>

(consultado a 20 de Setembro de 2012 às 05:41).

**Directório Bibliográfico online do Congresso Americano**

<http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=B000499>

(consultado a 13 de Outubro de 2012 às 01:16).

**Fundação Friedrich Niemöller**

<http://www.martin-niemoeller-stiftung.de/4/daszitat/a31>

(consultado a 20 de Agosto de 2012).

**Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico,**

<http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa/>

(consultado a 26 de Janeiro de 2013 às 01:32).

**Resultados das últimas eleições federais Alemãs,**

[http://www.bundeswahlleiter.de/en/bundestagswahlen/BTW\\_BUND\\_09/ergebnisse/bundesergebnisse/index.html](http://www.bundeswahlleiter.de/en/bundestagswahlen/BTW_BUND_09/ergebnisse/bundesergebnisse/index.html)

(consultado a 24 de Setembro de 2012 às 01:56).

**RTP – Rádio e Televisão de Portugal,**

<http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/grandesportugueses/>

(consultado a 20 de Dezembro de 2011 às 03:22).

**Southern Poverty Law Center – USA**

<http://www.splcenter.org/get-informed/intelligence-files/profiles/david-irving>

(consultado a 21 de Setembro de 2012 às 02:10).

## ANEXO I

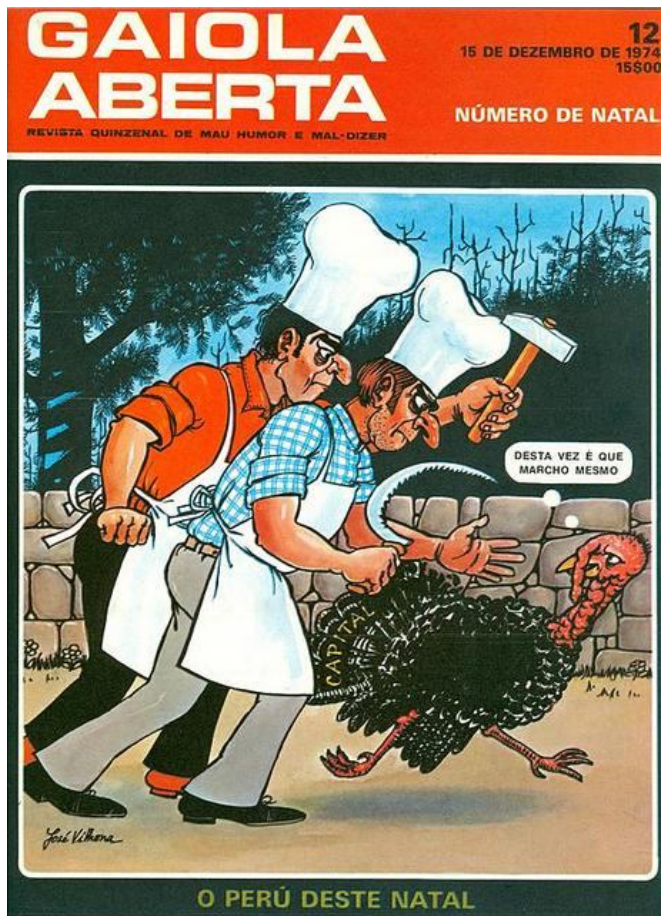


**Figura 1** - ©Arquivo do Diário de Notícias (1978), in **VIEIRA**, Joaquim, Portugal: Século XX – Crónica em Imagens 1970-1980, Círculo de Leitores, 2000, p. 127.



**Figura 2** - ©Eduardo do Gageiro - Arquivo Fotográfico de Lisboa – Centro Português de Fotografia (1974), in **VIEIRA**, Joaquim, Portugal: Século XX – Crónica em Imagens 1970-1980, Círculo de Leitores, 2000, p. 127.





**Figura 3** - ©José Vilhena (1974)

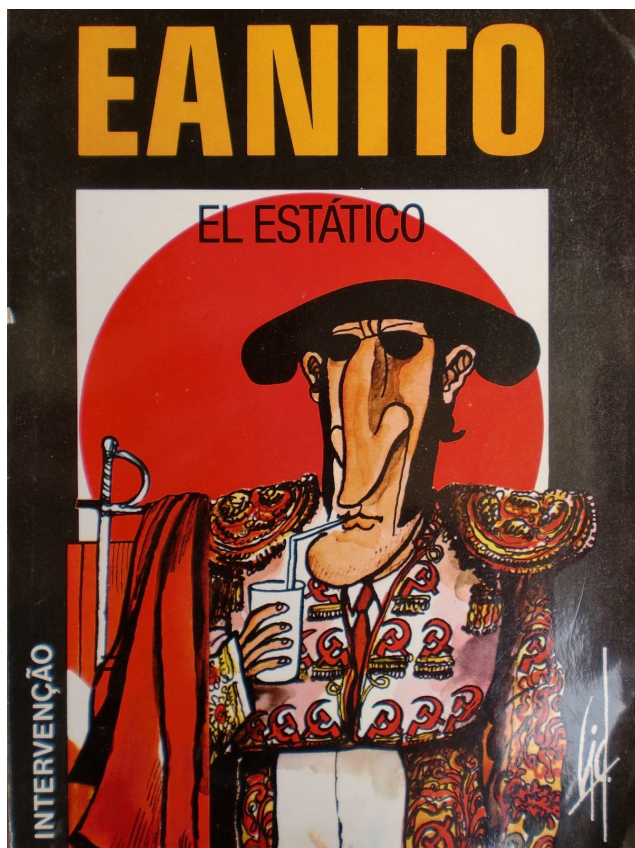
(Fonte: <http://www.flickr.com/photos/josevilhena/4492370061/>).

**Figura 4** - ©José Vilhena (1974)

(Fonte: <http://www.flickr.com/photos/josevilhena/4492370061/>).

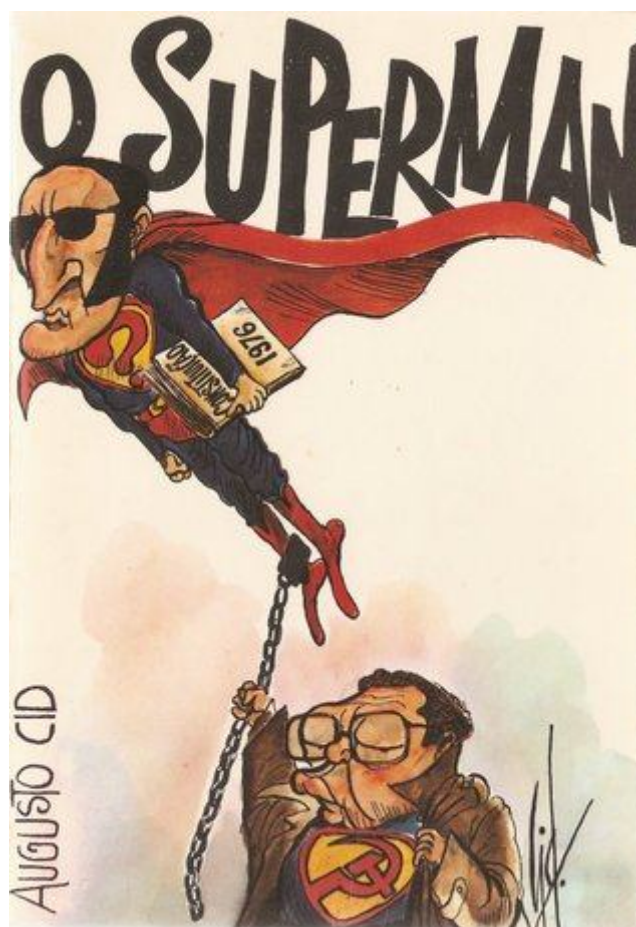






**Figura 5** - ©José Vilhena (1979)  
(Fonte: <http://www.flickr.com/photos/josevilhena/4492370061/>).

**Figura 6** - ©José Vilhena (1979)  
(<http://www.goodreads.com/book/show/12694951-o-superman/>).



# A versão original

*A Última Ceia*, antes de qualquer rasura, é esta. A rábula, escrita por Nuno Artur Silva e Nuno Markl, foi para o ar em 28 de Outubro de 1994, na Rádio Comercial.

Olá, bem-vindos a mais uma emissão de *O Repórter não Estava Lá*, um programa em que recriámos, em exclusivo para si, os acontecimentos que marcaram a História da Humanidade, mas que nem as câmaras nem os microfones puderam captar.

Ouçã no episódio de hoje, *A Última Ceia*. Saiba tudo sobre as últimas horas do jovem da Nazaré que mudou o mundo. O que terá acontecido realmente naquela noite fatídica em que *Jota Cê* saiu com os amigos pela última vez? De que falaram? O que comeram? Quem pagou a conta? Por que é que uns foram convidados, e outros não? Tudo isto e muito mais em *O Repórter não Estava Lá*.

Atenção, o que vão ouvir é uma reconstituição feita por estudiosos conceituados, à luz das mais recentes descobertas sobre os acontecimentos que rodearam *A Última Ceia*. O que vão ouvir é uma simulação. Jerusalém, ano zero, quinta-feira, oito da noite, à porta do restaurante O Prepúcio. Como é que seria se o nosso repórter estivesse lá?

**Repórter** Olá, boa noite. Estamos aqui à porta do restaurante onde vai decorrer a Última Ceia. Os primeiros convivas já começaram a chegar e o próprio *Jota Cê* acaba de entrar, acenando para a multidão que o aguardava entusiasticamente. Estou a ver ali Judas Iscariotes a aproximar-se. Vou tentar chegar à fala com ele...

Judas, boa noite! Bem disposto? Não quer comentar os rumores segundo os quais Judas estaria envolvido numa conspiração para denunciar *Jota Cê* aos romanos?

Judas Eu não quero prestar declarações. Depois do jantar darei uma conferência de imprensa.

**Repórter** Mas, Judas...  
(bump)

**Repórter** Humph!... Repórter impedido de prosseguir o seu trabalho. Bem, e parece que vem aí o apóstolo Pedro. Pedro, confirma-se que está a pensar deixar a pesca e dedicar-se em *full-time* ao apostolado?

Pedro Não sei, é uma coisa que temos que ver. O apostolado é uma nova profissão, com um mercado para explorar, mas com os seus riscos. Nada nos diz que esta religião veio para ficar. Mas, se a coisa correr mal e a gente tiver que fechar a loja, olhe - o melhor que tenho a fazer é dedicar-me à pesca... outra vez.

**Repórter** É verdade que o senhor tem o apoio das bases para suceder a *Jota Cê* na direcção do movimento?

Pedro Bom, não sei do que é que a menina está a falar. O *Jota Cê* é fundamental. Longe de mim pensar numa sucessão, precisamente agora que o movimento está em plena expansão. Ele é que é o nosso líder indiscutível. Ele é que é o homem do leme.

**Repórter** Bem, mas vamos lá dentro agora, ver o que é que se está a passar...

**Criado** Então o que é que vai ser?

**JC** Carne de porco à alentejana para todos.

**Paulo** Ó *Jota Cê*, mas nós somos judeus. Não podemos...

**JC** Ah, é verdade... Então podem vir só as amêijoas, para primeiro prato. Depois vem o borrego.

**Paulo** Eh pá, já viram que somos treze? Isto é mau agouro. Quem é que falta?

**João** É o Eusébio.

**Paulo** É sempre o mesmo - diz que vem, mas nunca aparece. É um corte, é o que é.

**JC** Que se lixe... Isto a vida são dois dias. E, no meu caso, talvez menos.

**Repórter** Foram as palavras sábias de *Jota Cê*. E as amêijoas estão já a chegar.

(barulho de talheres)

**Judas** Então isto é que é uma dose? Eh pá. Ó *Jota Cê*, multiplica lá aqui as amêijoas!

**JC** Estás parvo? Isso não é pão nem peixe... Com amêijoas não sei. Julgas que eu sou o David Copperfield?

**Judas** Eh pá, se era para isso, tínhamos mandado vir os carapaus.

**JC** Ah, só uma coisa antes de começarem a comer - este é o meu corpo, este é o meu sangue.

**Judas** Eh pá, agora à mesa, não. Está o pessoal a comer...

**Repórter** O jantar decorre animado. Foram encomendadas doze doses de cabrito e uma omeleta de camarão para Judas.

E, terminado o jantar, vamos ouvir...

**JC** Bem, bora aí tomar um copo a qualquer lado?

**Paulo** Então, mas isto não era a Última Ceia?

**JC** É só mais um copo. Vamos ao Jardim das Oliveiras. Tem uma esplanada bestial com vista para o rio.

**Paulo** E deixam-nos entrar assim, treze gajos sozinhos, sem miúdas?

**JC** Não há problema. O porteiro conhece-me.

**João** Mas espera aí... Não era agora que o Judas devia...?

**Paulo** Eia, pois era!...

(batendo com pratos, todos) - Beija, beija, beija...

**Repórter** E, senhores ouvintes, com esta reconstituição rigorosa deste momento crucial da História da Humanidade, termina o nosso programa *O Repórter não Estava Lá*, hoje, na Última Ceia.

Deixamo-vos com as canções dos convivas a caminho do Jardim das Oliveiras, quiçá já um pouco alegres... ■

24 OUTUBRO 96



A versão original do *sketch* «A Última Ceia», publicada no jornal *Já*

Figura 7 ©Produções Fictícias. In SANTOS, Inês Fonseca, *Produções Fictícias – 13 anos de insucessos*, Oficina do Livro, 1ª Edição, Abril 2006, p.67.